




elecnor

CONTAS ANUAIS E
RELATÓRIO DE GESTÃO

2016



CONTAS ANUAIS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Índice

AUDITORIA

04

INFORMAÇÃO ECONÔMICA ECONÓMICA DO GRUPO ELEC NOR

07

RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO

15

RELATÓRIO DE GESTÃO

97

INFORMAÇÃO ECONÔMICA DA ELEC NOR, S.A.

109



KPMG Auditores, S.L.
Torre Iberdrola
Plaza Euskadi, 5
Planta 7ª
48009 Bilbao

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

Aos Acionistas da
Elecnor, S.A.

Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Elecnor, S.A. ("Sociedade") e de suas sociedades controladas ("Grupo") que compreendem a demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016, a conta de resultados consolidada, a demonstração do resultado global consolidado, a demonstração das mutações no patrimônio líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o relatório da diretoria consolidado correspondentes ao exercício encerrado na referida data.

Responsabilidade dos Administradores em relação às demonstrações financeiras consolidadas

Os Administradores da Sociedade são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas anexas, que deverão expressar a imagem fiel do patrimônio consolidado, da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados da Elecnor, S.A. e de suas sociedades controladas, de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adotadas pela União Europeia (NIIF-UE), e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicáveis ao Grupo na Espanha, e do controle interno que considerarem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas sem qualquer incorreção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas com base em nossa auditoria, que foi realizada de acordo com a norma reguladora de auditoria de contas em vigor na Espanha. Essa norma requer o cumprimento de exigências éticas, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas não têm incorreções materiais.

Uma auditoria exige a execução de procedimentos para a obtenção de evidência de auditoria quanto aos valores e à informação revelada nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do parecer do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de incorreção material nas demonstrações financeiras consolidadas, em razão de fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração, por parte dos administradores da sociedade, das demonstrações financeiras consolidadas, visando planejar os procedimentos de auditoria que forem apropriados conforme as circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela diretoria, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas consideradas em conjunto.



Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a imagem fiel do patrimônio consolidado e da situação financeira consolidada da Elecnor, S.A. e de suas sociedades controladas em 31 de dezembro de 2016, bem como de seus resultados consolidados e fluxos de caixa consolidados correspondentes ao exercício anual encerrado na referida data, de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adotadas pela União Europeia, e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicáveis na Espanha.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

O relatório de gestão consolidado anexo do exercício de 2016 contém as explicações que os Administradores da Elecnor, S.A. consideram pertinentes sobre a situação do Grupo, a evolução de seus negócios e sobre outros assuntos, e não faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Verificamos que a informação contábil que o citado relatório de gestão consolidado contém está de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2016. Nosso trabalho como auditores se limita à verificação do relatório de gestão consolidado com a abrangência mencionada neste mesmo parágrafo, e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registros contábeis da Elecnor, S.A. e de suas sociedades controladas.

KPMG Auditores, S.L.

(Assinado no documento original em espanhol)

Cosme Carral López-Tapia

24 de fevereiro de 2017



INFORMAÇÃO
ECONÔMICA DO
GRUPO **ELEC**NOR
2016

Elecnor, S.A.e Sociedades controladas que compõem o Grupo Elecnor

DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Milhares de euros)

Ativo	2016	2015
Ativo não circulante:		
Ativo intangível-		
Fundo de comércio (Nota 7)	32.107	33.372
Outros ativos intangíveis, líquido (Nota 8)	52.407	60.461
	84.514	93.833
Imobilizado tangível, líquido (Nota 9)	1.267.987	1.199.882
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	165.615	124.632
Ativos financeiros não circulantes (Nota 11)		
Participações financeiras	4.432	4.401
Outros investimentos financeiros	778.629	572.720
Derivados	523	7.958
	783.584	585.079
Impostos diferidos ativos (Nota 18)	98.427	80.433
Total do ativo não circulante	2.400.127	2.083.859
Ativo circulante:		
Estoque (Nota 3.l)	14.947	15.034
Devedores comerciais e outras contas a receber (Nota 12a)	1.031.068	968.723
Devedores comerciais, empresas relacionadas (Nota 26)	18.890	10.726
Administração Pública, devedora (Nota 19)	59.103	48.279
Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades (Nota 19)	7.314	6.901
Outros devedores	13.769	15.028
Investimentos em empresas relacionadas no curto prazo (Nota 26)	15	268
Outros ativos circulantes	10.550	11.673
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes (Nota 12 b)	317.350	336.989
Ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 3.a)	47.143	4.058
Total do ativo circulante	1.520.149	1.417.679
Total do Ativo	3.920.276	3.501.538

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Patrimônio líquido (Nota 13):		
Da Sociedade controladora-		
Capital social	8.700	8.700
Outras reservas	548.798	419.580
Ajustes de avaliação patrimonial	(71.796)	(71.781)
Resultado do exercício atribuído à Sociedade controladora	68.465	65.662
Dividendo por conta do exercício (Nota 5)	(4.481)	(4.350)
	549.686	417.811
De participações não controladoras	430.354	322.560
Total do patrimônio líquido	980.040	740.371
Passivo não circulante:		
Subvenções (Nota 3.q)	7.578	7.141
Receitas diferidas	2.160	6.541
Provisões para riscos e despesas (Nota 16)	18.719	11.704
Obrigações e outros valores negociáveis (Nota 14)	38.689	-
Dívida financeira (Nota 14)	1.139.319	1.110.280
Derivados (Notas 14 e 15)	28.920	35.145
Outros passivos não circulantes	19.644	25.218
Impostos diferidos passivos (Nota 18)	87.384	66.961
Total do passivo não circulante	1.342.413	1.262.990
Passivo circulante:		
Obrigações e outros valores negociáveis (Nota 14)	74.298	99.419
Dívida financeira (Nota 14)	190.940	191.462
Derivados (Nota 14 e 15)	5.821	6.702
Credores comerciais, empresas coligadas e relacionadas (Nota 26)	2.437	2.366
Credores comerciais e outras contas a pagar-		
Dívidas por compras ou por prestação de serviços	541.093	526.649
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado (Nota 17)	583.925	515.735
	1.125.018	1.042.384
Outras dívidas-		
Administração Pública, credora (Nota 19)	61.417	61.371
Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades (Nota 19)	26.716	19.016
Outros passivos circulantes	86.839	75.457
	174.972	155.844
Ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 3.a)	24.337	-
Total do passivo circulante	1.597.823	1.498.177
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.920.276	3.501.538

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Ecnor, S.A. e Sociedades controladas que compõem o Grupo Ecnor

CONTAS DE RESULTADOS CONSOLIDADAS

correspondentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Milhares de euros)

	(Débito) Crédito	
	2016	2015
Operações continuadas:		
Valor líquido do volume de negócios (Nota 21)	2.035.136	1.881.143
Varição do estoque de produtos acabados e em elaboração (Nota 3.)	1.777	(1.882)
Aprovisionamentos (Nota 21)	(1.038.781)	(967.612)
Outras receitas operacionais (Notas 2.g, 3.h e 3.q)	132.224	159.120
Despesas com pessoal (Nota 21)	(551.345)	(513.343)
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(334.699)	(333.116)
Amortizações, deterioração e dotações para provisões (Nota 21)	(77.584)	(99.877)
Resultado Operacional	166.728	124.433
Receitas financeiras (Notas 11 e 21)	67.856	76.906
Despesas financeiras (Nota 21)	(100.711)	(92.733)
Diferenças de câmbio (Nota 2.f)	(6.946)	14.479
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros -	(314)	2.811
Varição do valor justo em instrumentos financeiros (Nota 2.g)	486	(174)
Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizados aplicando o método de equivalência patrimonial (Nota 10)	2.210	3.038
Resultado antes de impostos	129.309	128.760
Impostos sobre lucros (Nota 19)	(43.573)	(38.427)
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	85.736	90.333
Resultado do exercício	85.736	90.333
Atribuível a:		
Acionistas da Sociedade controladora	68.465	65.662
Juros minoritários (Nota 13)	17.271	24.671
Lucro por ação (em euros) (Nota 28)		
Básico	0,81	0,78
Diluído	0,81	0,78

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Elecnor, S.A e Sociedades controladas que compõem o Grupo Elecnor

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GLOBAL CONSOLIDADO

nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Milhares de euros)

	Notas explicativas	Exercício 2016	Exercício 2015
RESULTADO CONSOLIDADO DA CONTA DE RESULTADOS (I)		85.736	90.333
Outro resultado global			
Itens que serão reclassificados para resultados			
Receitas e despesas imputadas diretamente no patrimônio líquido:			
- Para as coberturas de fluxos de caixa	Nota 15	(9.581)	1.786
- Diferenças de Conversão	Nota 13	153.328	(176.925)
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalencia patrimonial	Nota 10	(12.305)	(6.031)
- Efeito tributário	Notas 15 e 18	2.592	(512)
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS IMPUTADAS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO (II)		134.034	(181.682)
Transferência para a conta de resultados consolidada:			
- Para as coberturas de fluxos de caixa	Nota 15	9.325	3.937
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalencia patrimonial	Nota 10	11.056	12.281
- Efeito tributário	Notas 15 e 18	(2.331)	(984)
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS PARA A CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADA (III)		18.050	15.234
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS CONSOLIDADAS RECONHECIDAS (I+II+III)		237.820	(76.115)
a) Atribuídas à entidade controladora		155.628	(35.363)
b) Atribuídas a participações não controladoras		82.192	(40.752)

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Elecnor, S.A e Sociedades controladas que compõem o Grupo Elecnor

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Milhares de euros)

	Capital social	Ajustes de avaliação	Reserva legal	Outras reservas restritas	Outros Reservas voluntárias	Reservas em sociedades consolidadas	Ações próprias	Diferenças de conversão	Total Reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendo por conta entregue no exercício	Participações não controladoras	Total Patrimônio
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.700	(82.258)	1.743	22.279	496.542	117.061	(22.264)	(130.540)	402.563	58.542	(4.193)	344.124	809.736
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2015	-	10.477	-	-	-	-	-	(111.502)	(101.025)	65.662	-	(40.752)	(76.115)
Distribuição do resultado:													
Para reservas	-	-	-	-	17.641	19.134	-	-	36.775	(36.775)	-	-	-
Para dividendo complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.574)	-	(658)	(18.232)
Para dividendo por conta do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.193)	4.193	-	-
Compra de ações próprias	-	-	-	2.191	(2.191)	-	(2.191)	-	(2.191)	-	-	-	(2.191)
Venda de ações próprias	-	-	-	(2.114)	2.116	-	2.114	-	2.116	-	-	-	2.116
Transferência entre reservas	-	-	-	2.787	(22.125)	19.338	-	-	0	-	-	-	-
Dividendo por conta entregue no exercício de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.350)	-	(4.350)
Variações de participações em sociedades controladas (Nota 13.e)	-	-	-	-	-	(3.623)	-	4.496	873	-	-	16.718	17.591
Outras operações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	3.308	3.308
Outros	-	-	-	-	-	8.688	-	-	8.688	-	-	(180)	8.508
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.700	(71.781)	1.743	25.143	491.983	160.598	(22.341)	(237.546)	347.799	65.662	(4.350)	322.560	740.371
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2016	-	(15)	-	-	-	-	-	87.178	87.163	68.465	-	82.192	237.820
Distribuição do resultado:													
Para reservas	-	-	-	-	13.577	29.230	-	-	42.807	(42.807)	-	-	-
Para dividendo complementar (Notas 5 e 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.505)	-	(1.170)	(19.675)
Para dividendo por conta do exercício de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.350)	4.350	-	-
Compra de ações próprias	-	-	-	1.214	(1.214)	-	(1.214)	-	(1.214)	-	-	-	(1.214)
Venda de ações próprias	-	-	-	(1.566)	1.372	-	1.566	-	1.372	-	-	-	1.372
Transferência entre reservas	-	-	-	-	(2.626)	2.626	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo por conta entregue no exercício de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.481)	-	(4.481)
Variações de participações em sociedades controladas (Nota 13.e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937	937
Outras operações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.279	24.279
Outros	-	-	-	-	-	(925)	-	-	(925)	-	-	1.556	631
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.700	(71.796)	1.743	24.791	503.092	191.529	(21.989)	(150.368)	477.002	68.465	(4.481)	430.354	980.040

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

ELECNOR, S.A. e Sociedades controladas que compõem o Grupo Elecnor

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 E DE 2015 (Milhares de euros)

	Exercício 2016	Exercício 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Resultado consolidado do exercício	85.736	90.333
Ajustes por-		
Amortizações e variações de provisões de ativos circulantes e não circulantes (Notas 8, 9, 12 e 21)	78.501	86.104
Varição de provisões para riscos e despesas (Nota 21)	2.784	13.548
Imputação receitas diferidas	(138)	(405)
Imputação das subvenções de imobilizado	(596)	(789)
Resultado líquido de sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(2.210)	(3.038)
Varição do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 15)	(486)	174
Deterioração e resultado líquido por alienação de instrumentos financeiros (Notas 2.g e 13)	(21.715)	(28.421)
Receitas e despesas financeiras (Nota 21)	32.855	15.827
Diferenças de câmbio	6.946	-
Imposto sobre sociedades	43.573	38.427
Recursos provenientes das operações	225.250	211.760
Varição do capital circulante:		
Varição de devedores comerciais e outros ativos circulantes	(65.839)	(61.586)
Varição do estoque	87	(3.412)
Varição de credores comerciais e outras contas a pagar	83.911	129.911
Varição em outros ativos e passivos circulantes	(4.586)	(4.967)
Imposto sobre lucros pagos	(40.761)	(34.789)
Fluxos líquidos de caixa de atividades operacionais (I)	198.062	236.917
Fluxos de caixa por atividades de investimento:		
Aquisição de empresas do grupo, coligadas e entidades controladas em conjunto (Nota 7)	-	(1.929)
Aquisição de ativos intangíveis (Nota 8)	(1.998)	(937)
Saídas de caixa por contribuições as empresas coligadas (Nota 10)	(247)	(13.702)
Aquisição de carteira de valores e outros investimentos financeiros não circulantes (Nota 11)	(115.217)	(44.681)
Aquisição de ativos fixos tangíveis (Nota 9)	(135.364)	(173.552)
Dividendos recebidos de empresas coligadas (Nota 10)	2.989	1.007
Juros cobrados	61.626	60.529
Cobranças por alienação de empresas do grupo, associadas e entidades controladas conjuntamente (Notas 2.g e 13)	33.754	88.849
Cobranças por alienação de ativos tangíveis, intangíveis e não circulantes (Notas 8 e 9)	3.380	214
Cobranças derivadas de ativos financeiros, líquido (Nota 11)	6.733	(1.240)
Outras cobranças	(1.849)	-
Fluxos líquidos de caixa das atividades de investimento (II)	(146.193)	(85.442)
Fluxos de caixa por atividades de financiamento:		
Entradas de caixa por dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	602.364	358.182
Juros pagos (Nota 14)	(95.935)	(92.135)
Reembolso de dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	(580.321)	(320.238)
Subvenções recebidas	1.034	-
Pagamentos de dividendos	(24.025)	(22.425)
Cobranças/Pagamentos líquidos derivados de contribuições/devoluções de fundos por/aos sócios não controladores (Nota 13)	25.217	3.308
Entradas de caixa por alienação de ações próprias (Nota 13)	1.372	2.114
Saídas de caixa por compra e venda de ações próprias (Nota 13)	(1.214)	(2.191)
Fluxos líquidos de caixa das atividades de financiamento (III)	(71.508)	(73.385)
Efeito das variações no perímetro de consolidação (IV)	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (I+II+III+IV)	(19.639)	78.090
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	336.989	258.899
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	317.350	336.989

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



RELATÓRIO
ANUAL
CONSOLIDADO
2016

Elecnor, S.A. e Sociedades controladas que compõem o Grupo ELEC NOR (consolidado)

RELATÓRIO DA DIRETORIA CONSOLIDADO

correspondente ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2016

1. SOCIEDADES DO GRUPO E SOCIEDADES COLIGADAS

A Elecnor, S.A. (a Sociedade controladora) foi constituída por tempo indeterminado no dia 6 de junho de 1958, e sua sede social está situada na Calle Marqués de Mondéjar 33, Madrid (Espanha).

A Sociedade controladora tem por objeto, de acordo com seus Estatutos Sociais:

- a mais ampla atividade comercial com base na engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, manutenção e conservação de toda classe de obras e instalações de qualquer gênero ou espécie, no sentido mais amplo da palavra, isto é, a execução completa das mesmas com ou sem fornecimento de material, por conta própria e de terceiros, de forma exclusiva ou através de associação em qualquer uma de suas modalidades;
- a prestação de serviços públicos e privados de coleta de todo tipo de resíduos, varredura e limpeza das ruas, transferência e transporte dos resíduos até o lugar de depósito final, destino final dos mesmos, reciclagem, tratamento e depósito de resíduos públicos, privados, industriais, hospitalares, patológicos, limpeza, manutenção e conservação de esgotos e, em geral, serviços de saneamento urbano, e qualquer outro serviço complementar dos mesmos relacionado direta ou indiretamente com aqueles, entendido em sua mais ampla aceção;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de estações e instalações de tratamento, recuperação e eliminação de resíduos, bem como a compra e venda dos subprodutos originados dos referidos tratamentos;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de fábricas e instalações de tratamento de águas e depuração de águas residuais e resíduos, a recuperação e a eliminação de resíduos, bem como a compra e a venda dos subprodutos que forem originados desses tratamentos;
- o aproveitamento, transformação e comercialização de toda classe de água;

As atividades enumeradas também poderão ser desenvolvidas pela Sociedade, total ou parcialmente, de modo indireto, através da participação em outras sociedades com objeto análogo, tanto na Espanha como no exterior. O Grupo ELEC NOR não desenvolverá nenhuma atividade para as quais as Leis exijam condições ou limitações específicas enquanto não cumprir integralmente as mesmas.

As sociedades controladas realizam, basicamente, as diferentes atividades que integram o objeto social acima indicado, bem como a exploração de parques de geração de energia eólica, termossolar e fotovoltaica, prestação de serviços de pesquisa, assessoramento e desenvolvimento de software aeronáutico e aeroespacial, bem como a fabricação e distribuição de painéis solares e usinas de exploração fotovoltaica.

No site www.elecnor.es e em sua sede social podem ser consultados os Estatutos Sociais e demais informação pública sobre a Sociedade. Adicionalmente às operações que realiza diretamente, a Elecnor, S.A., tal como foi comentado, é líder de um grupo de sociedades controladas, que se dedicam a diversas atividades e que constituem, junto com ela, o Grupo ELEC NOR (daqui em diante denominado o "Grupo" ou o "Grupo ELEC NOR"). Consequentemente, a Sociedade controladora é obrigada a elaborar, além das suas próprias demonstrações financeiras individuais, demonstrações financeiras consolidadas, que também incluem as participações em negócios conjuntos e investimentos em sociedades coligadas.

No Anexo I são detalhadas as empresas do Grupo e coligadas incluídas na consolidação e a informação relacionada com elas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, após ser feita a conversão em euros das mesmas e antes das respectivas homogeneizações às suas demonstrações financeiras individuais e, se for o caso, dos ajustes por conversão às Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF-EU).

Os dados do Anexo I foram disponibilizados pelas empresas do Grupo, e sua situação patrimonial figura em suas demonstrações financeiras individuais.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Bases de apresentação e quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo-

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registros contábeis da Elecnor, S.A. e das entidades consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2016 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de

Informação Financeira adotadas pela União Europeia (NIIF-UE) e com as demais disposições do quadro normativo de informação financeira que são aplicáveis, com o objetivo de mostrar a imagem fiel do patrimônio consolidado e da situação financeira consolidada da Elecnor, S.A e sociedades dependentes em 31 de dezembro de 2016 e do rendimento financeiro consolidado, dos seus fluxos de caixa consolidados e das mudanças no patrimônio líquido consolidado correspondentes ao exercício anual encerrado nessa data.

O Grupo adotou as NIIF-UE no dia 1º de janeiro de 2004 e aplicou, nessa data, a NIIF 1 “Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira”.

Os Administradores da Sociedade controladora entendem que as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2016, que foram elaboradas no dia 22 de fevereiro de 2017, serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas sem alteração alguma.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELEC NOR correspondentes ao exercício de 2015 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elecnor, S.A. realizada em 18 de maio de 2016.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas sob a hipótese de empresa em funcionamento, utilizando o princípio de custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que tenham sido registrados pelo valor justo.

b) Adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF)-

Normas e interpretações emitidas não vigentes

As novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 não representaram uma alteração da política contábil no Grupo. Adicionalmente, a Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma norma.

Foram emitidas pelo IASB novas normas contábeis (NIIF) e interpretações (CINIIF) aplicáveis aos exercícios contábeis iniciados após o dia 1º de janeiro de 2015. Uma amostra da natureza da alteração da política contábil e da avaliação, por parte da Diretoria do Grupo Elecnor, do impacto das novas normas que puderam ter efeito nas demonstrações financeiras do Grupo é resumida a seguir:

NIIF 16 Arrendamentos – emitida em outubro de 2016 (pendente de adoção pela União Europeia)

A NIIF 16 elimina o modelo de contabilidade dual para arrendatários que diferencia os contratos de arrendamento financeiro, registrados no balanço, dos arrendamentos operativos para os quais não se exige o reconhecimento das quotas de arrendamento futuras. Em vez disso, é desenvolvido um modelo único, dentro do balanço, que é semelhante ao arrendamento financeiro atual. No caso do arrendador se mantém a prática atual, isto é, os arrendadores continuam classificando os arrendamentos como arrendamentos financeiros e operativos.

Esta norma entra em vigor para os exercícios a partir de 1º de janeiro de 2019, embora seja permitido adotá-la antecipadamente no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 se se adota a NIIF 15.

O Grupo avaliará o impacto da nova norma no primeiro exercício em que for aplicável.

NIIF 9 Instrumentos financeiros – emitida em julho de 2014

Esta norma, que substitui parcialmente a NIC 39, simplifica os critérios de reconhecimento e avaliação dos instrumentos financeiros, conservando um modelo misto de avaliação e estabelecendo apenas duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. O critério de classificação é fundamentado no modelo de negócio da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

A Diretoria estima que a futura aplicação da NIIF 9 não terá um impacto significativo nos ativos e nos passivos financeiros atualmente informados. Em qualquer caso, na data atual o Grupo está analisando todos os futuros impactos de adoção dessa norma e não é possível dar uma estimativa razoável dos seus efeitos enquanto essa análise não estiver completa.

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

NIIF 15 Rendimentos de contratos de clientes

A nova norma, que substituirá a norma NIC 11 e 18, estabelece um modelo de cinco passos para determinar a altura em que são reconhecidas as receitas, assim como o valor das mesmas. Neste novo modelo especifica-se que as receitas devem ser reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade transmite o controle de bens e serviços a um cliente, e no valor que a entidade espera ter direito a receber.

A norma oferece uma variedade de opções de transição. Por um lado, a norma permite que se escolha aplicar a nova norma a suas transações históricas e ajustar de forma retroativa cada período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras de 2017. Por outro lado, pode ser reconhecido o efeito acumulado de aplicar a nova norma na data da aplicação inicial, e não ajustar sua informação comparativa. Existe uma série de simplificações práticas optativas que geram alternativas adicionais e podem facilitar a transição.

Na data atual, o Grupo não decidiu ainda a opção de transição que vai aplicar, nem quantificou, em consequência disso, o impacto da adoção desta norma, não sendo possível fornecer uma estimativa razoável de seus efeitos até a referida análise ser completada.

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

c) Moeda funcional-

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de euros, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade controladora.

d) Responsabilidade da informação e estimativas realizadas-

A informação contida nestas demonstrações financeiras consolidadas é responsabilidade do Conselho de Administração da ELEC NOR. Nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELEC NOR correspondentes ao exercício de 2016 foram utilizadas, ocasionalmente, estimativas realizadas pela Alta Diretoria do Grupo e das entidades consolidadas – ratificadas posteriormente pelos seus Administradores – para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos que estão registrados nelas. Basicamente, estas estimativas se referem:

- à avaliação de possíveis perdas por deterioração de determinados ativos (Notas 7, 8, 10 e 18),
- À avaliação de possíveis perdas em obras em execução e/ou na carteira de pedidos comprometida,
- El criterio aplicado para calcular el grado de avance de las obras,
- à vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9),
- ao valor das provisões para riscos de despesas (Nota 16),
- à probabilidade de ocorrência e o valor dos passivos de importância indeterminada ou contingentes (Nota 16),
- à valorização dos fundos de comércio (Nota 7),
- ao valor justo de determinados ativos sem cotação (Notas 11 e 15),
- à escolha de uma taxa de câmbio quando o mercado oferece diversas taxas de câmbio. Particularmente, devido ao fato de o bolívar venezuelano manter diferentes taxas de câmbio oficiais, a decisão de escolher uma ou outra, em função de qual delas reflete melhor o valor das transações realizadas, tem um impacto significativo. Nesse sentido, quando do encerramento do exercício, os Administradores decidiram utilizar o SIMADI, ao passo que antes utilizavam o SICAD II, o que representou um impacto negativo na conta de resultados consolidada de, aproximadamente, 3 milhões de euros.

Apesar de estas estimativas serem realizadas em função da melhor informação disponível em 31 de dezembro de 2016 sobre os fatos analisados, é possível que acontecimentos futuros obriguem a alterá-las (para valores mais elevados ou mais reduzidos) nos próximos exercícios, o que seria feito conforme o estabelecido na NIC 8, de forma prospectiva reconhecendo os efeitos da alteração da estimativa na correspondente conta de resultados consolidada.

e) Comparação da informação-

Conforme as exigências da NIC 1, a informação contida neste Relatório da Diretoria, relativa ao exercício de 2016, é apresentada, para efeitos comparativos, junto com a informação semelhante, relativa ao exercício de 2015, que não constitui, por si mesma, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELEC NOR, respeitantes ao exercício de 2015.

Alguns valores correspondentes ao exercício de 2015 foram reclassificados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas com o propósito de torná-las comparáveis com as do exercício atual e, assim, facilitar sua confrontação. A respeito disso, a única reclassificação corresponde à reclassificação da Dívida financeira corrente, na rubrica de Obrigações e outros valores negociáveis corrente no valor de 99.419.000 euros.

f) Princípios de consolidação-

Abrangência

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELEC NOR incluem todas as sociedades controladas da Elecnor, S.A., com exceção daquelas que, de forma independente e em conjunto, não têm importância relativa.

São consideradas controladas aquelas sociedades sobre as quais a Sociedade, direta ou indiretamente através de controladas, exerce o controle. A Sociedade controla uma entidade controlada quando, por seu envolvimento na mesma, está exposta ou tem direito, a rendimentos variáveis e tem capacidade de influência em relação a esses rendimentos através do poder que exerce sobre a mesma. A Sociedade tem o poder quando possui direitos substantivos em vigor que lhe outorgam a capacidade de dirigir as atividades relevantes. A Sociedade está exposta, ou tem direito, a rendimentos variáveis pelo seu envolvimento na entidade controlada, quando os rendimentos que obtém por esse envolvimento podem variar em função da evolução econômica da entidade.

Procedimentos

As sociedades controladas são consolidadas pelo método de consolidação global, o que significa que são totalmente eliminados os saldos, transações, depósitos e despesas intragrupo.

Os rendimentos, despesas e fluxo de caixa das entidades controladas são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição, que é aquela em que o Grupo obtém o controle efetivo das mesmas. As entidades controladas foram excluídas da consolidação da perda de controle

Também todas as demonstrações financeiras utilizadas da Sociedade controladora e das sociedades controladas se referem a uma mesma data e foram elaboradas utilizando políticas contábeis uniformes.

As participações não controladoras nos ativos líquidos das sociedades controladas são identificadas dentro do patrimônio de forma separada do patrimônio da Sociedade controladora. As quotas não controladoras nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) também são apresentadas de forma separada na conta de resultados consolidada.

As alterações na participação de uma sociedade controlada que não originam uma perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio, isto é, qualquer diferença é reconhecida diretamente no patrimônio.

Combinações de negócio

O Grupo aplicou a exceção contemplada na NIIF 1 “Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira”, motivo pelo qual só as combinações de negócios efetuada a partir de 1º de janeiro de 2004, data de transição às NIIF-UE, foram registradas pelo método de aquisição. As aquisições de entidades efetuadas antes dessa data foram registradas de acordo com os PCGA anteriores, uma vez consideradas as correções e ajustamentos necessários na data de transição.

Considera-se que o Grupo está realizando uma combinação de negócios quando os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio. O Grupo registra cada combinação de negócios aplicando o método de aquisição, o que significa identificar o adquirente, determinar a data de aquisição, que é aquela na qual se obtém o controle, bem como o custo de aquisição, reconhecer e medir os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação não controladora e, por último, se for o caso, reconhecer e medir o Fundo de Comércio ou a Diferença Negativa de Consolidação.

Os custos incorridos na aquisição são reconhecidos como despesas do exercício em que ocorrem, de forma que não são considerados maior custo da combinação.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são medidos pelo seu valor justo na data de aquisição, e a participação não controladora é avaliada pela parte proporcional dessa participação nos ativos líquidos identificáveis.

No caso das aquisições por etapas, o adquirente reavalia na data de tomada de controle sua participação prévia pelo seu valor justo, registrando a correspondente mais-valia ou perda na conta de resultados.

Igualmente, as transações entre a Sociedade controladora e as participações não controladoras (operações posteriores à obtenção do controle nas quais a sociedade controladora adquire mais participações dos juros minoritários ou aliena participações sem perder o controle), são contabilizadas como transações com instrumentos de patrimônio.

O excesso existente entre a contraprestação entregue, mais o valor atribuído às quotas não controladoras e o valor líquido dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, é registrado como fundo de comércio. Se for o caso, a falta, depois de avaliar o valor da contraprestação entregue, o valor atribuído às quotas não controladoras e a identificação e avaliação dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecida em resultados.

O aumento e a redução das quotas não controladoras numa sociedade controlada mantendo o controle são reconhecidos como uma transação com instrumentos de patrimônio líquido. Portanto não surge um novo custo de aquisição nos aumentos e também não são reconhecidos resultados nas reduções, e a diferença entre a contraprestação entregue ou recebida e o valor contábil das quotas não controladoras é reconhecida em reservas da sociedade investidora, sem prejuízo de reclassificar as reservas de consolidação e reatribuir o outro resultado global entre o Grupo e as quotas não controladoras. Na diminuição da participação do Grupo numa sociedade controlada, as quotas não controladoras são reconhecidas pela sua participação nos ativos líquidos consolidados, incluindo o fundo de comércio.

Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma sociedade controlada, dá de baixa os ativos (incluindo o Fundo de Comércio) e passivos da controlada e a participação não controladora pelo seu valor contábil na data em que perder o controle, reconhecer a contraprestação recebida e a participação mantida na referida sociedade pelo seu valor justo na data em que se perde o controle, reconhecendo-se o resultado pela diferença. O outro resultado global correspondente à sociedade controlada é transferido integralmente para resultados ou para reservas, de acordo com sua natureza.

Sociedades associadas

São consideradas entidades controladas aquelas sociedades sobre as quais a Sociedade, direta ou indiretamente através de controladas, exerce influência significativa. A influência significativa é o poder de intervir nas decisões de política financeira e de exploração que uma entidade tem, sem que suponha a existência de controle ou de controle conjunto sobre a mesma. Na avaliação da existência de influência significativa são considerados os direitos de voto potenciais exercíveis ou conversíveis na data de encerramento de cada exercício, considerando, também, os direitos de voto potenciais que o Grupo ou outra entidade possuam.

Os investimentos em entidades associadas são registrados pelo método da participação a partir da data em que se exerce influência significativa até a data em que a Sociedade não puder continuar justificando a existência da mesma. Segundo este método, inicialmente, o investimento é registrado pelo seu custo de aquisição, incluindo com caráter adicional qualquer custo diretamente atribuível à aquisição.

A participação do Grupo nos lucros ou nas perdas das sociedades coligadas obtidas a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou uma diminuição do valor dos investimentos com crédito ou débito na rubrica “Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizadas aplicando o método de equivalência patrimonial” da conta de resultados. Igualmente, a participação do Grupo

em “outro resultado global” das coligadas obtido a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou diminuição do valor dos investimentos nas coligadas, sendo reconhecida a contrapartida por natureza em “outro resultado global” da Demonstração do Resultado Global Consolidado. As distribuições de dividendos são registradas como reduções do valor dos investimentos. Para determinar a participação do Grupo nos lucros ou nas perdas, incluindo as perdas por deterioração de valor reconhecidas pelas coligadas, são consideradas as receitas ou as despesas derivadas do método de aquisição.

As perdas nas sociedades coligadas que correspondem ao Grupo se limitam ao valor do investimento líquido, exceto naqueles casos nos quais tiver sido assumido, por parte do Grupo, obrigações legais ou implícitas, ou tiverem sido efetuados pagamentos em nome das sociedades coligadas. Para efeitos de reconhecimento das perdas por deterioração em coligadas, considera-se investimento líquido o resultado de acrescentar ao valor contábil resultante da aplicação do método da participação o correspondente a qualquer outra rubrica que, em resumo, faça parte do investimento nas coligadas. O excesso das perdas sobre o investimento em instrumentos de patrimônio é aplicado ao resto de rubricas em ordem inversa à prioridade na liquidação. Os lucros obtidos posteriormente por aquelas coligadas nas quais se tiver limitado o reconhecimento de perdas ao valor do investimento serão registrados na medida em que excedam as perdas não reconhecidas previamente.

Neste sentido, se a parte que corresponder ao Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou exceder sua participação nessa coligada, deixará de reconhecer a parte que lhe possa corresponder em ulteriores perdas. Para esses efeitos, a participação na coligada será igual ao valor contábil registrado do investimento, calculado segundo o método de equivalência patrimonial, ao que será acrescentado o valor de qualquer outra parte no longo prazo que, em resumo, fizer parte do investimento líquido do Grupo na associada.

Independentemente das perdas reconhecidas, conforme o acima explicado, o Grupo analisa possíveis deteriorações adicionais, segundo as normas sobre ativos financeiros (Nota 3.m) e considerando o investimento pela sua totalidade e não apenas pelo Fundo de Comércio que, se for o caso, tiver incorporado.

Negócios conjuntos

São considerados acordos conjuntos aqueles nos que existe um acordo contratual para compartilhar o controle sobre uma atividade econômica, de forma que as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime do Grupo e do resto de participantes ou operadores. A avaliação da existência de controle conjunto é realizada considerando a definição de controle das entidades controladas.

- Negócios conjuntos: Os investimentos nos negócios conjuntos são registrados aplicando o método da participação acima exposto.
- Operações conjuntas: Nas operações conjuntas, o Grupo reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas seus ativos, incluída sua participação nos ativos controlados de forma conjunta; seus passivos, incluída sua participação nos passivos nos que tenha incorrido conjuntamente com os outros operadores; as receitas auferidas pela venda da sua parte da produção derivada da operação conjunta, sua parte das receitas obtidas da venda da produção derivada da operação conjunta e suas despesas, incluída a parte que lhe corresponder das despesas conjuntas. O Grupo inclui dentro desta categoria as UTEs (União Temporária de Empresas) e determinadas sociedades estrangeiras consideradas como um veículo semelhante ao da UTE através das quais desenvolver parte da sua atividade.

Transações, saldos e fluxos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em moeda funcional mediante a aplicação das taxas de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira nas datas em que forem realizadas as transações.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos em euros aplicando a taxa existente no encerramento do exercício, ao passo que os não monetários avaliados pelo custo histórico são convertidos aplicando as taxas de câmbio aplicadas na data em que a transação ocorreu. Por último, a conversão em euros dos ativos não monetários avaliados pelo valor justo foi efetuada aplicando a taxa de câmbio na data em que se procedeu à quantificação do mesmo.

Conversão de negócios no estrangeiro

O Grupo se valeu da isenção contemplada na NIIF 1 “Adoção pela primeira vez das NIIF” relativa a diferenças de conversão acumuladas, pelo que as diferenças de conversão reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas geradas antes do dia 1º de janeiro de 2004 foram incluídas nas reservas por ganhos acumulados. A partir da referida data, a conversão em euros de negócios no estrangeiro cuja moeda funcional não é a de um país hiperinflacionário foi realizada através da aplicação do seguinte critério:

- Os ativos e passivos, incluindo o fundo de comércio e os ajustes aos ativos líquidos derivados da aquisição dos negócios, incluindo os saldos comparativos, são convertidos à taxa de câmbio de encerramento na data de cada balanço;
- As receitas e despesas, incluindo os saldos comparativos, são convertidas às taxas de câmbio em vigor na data de cada transação; e
- As diferenças de câmbio que resultarem da aplicação dos critérios acima referidos são reconhecidas como diferenças de conversão em outro resultado global.

Este mesmo critério é aplicável à conversão das demonstrações financeiras das sociedades contabilizadas pelo método da participação, reconhecendo as diferenças de conversão relativas à participação do Grupo em outro resultado global.

Negócios estrangeiros em economias hiperinflacionárias

As demonstrações financeiras das sociedades do Grupo cuja moeda funcional é a de uma economia hiperinflacionária são expressas novamente em termos da unidade de medida corrente na data do balanço.

Os resultados e a situação financeira dos negócios no estrangeiro do Grupo, cuja moeda funcional é a moeda de uma economia hiperinflacionária são convertidos em euros como segue:

- Os ativos e passivos, incluindo o fundo de comércio e os ajustes aos ativos líquidos derivados da aquisição dos negócios, rubricas do patrimônio líquido, despesas e receitas e fluxos de caixa, são convertidos à taxa de câmbio de encerramento na data do balanço mais recente.
- Os saldos comparativos são os apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior e não são ajustados pelas variações posteriores ocorridas no nível de preços ou nas taxas de câmbio. O efeito do ajuste sobre os saldos do exercício anterior é reconhecido como uma reserva de revalorização em outro resultado global.

g) Variações no perímetro de consolidação-

A variação mais significativa ocorrida no perímetro de consolidação no exercício de 2016 foi a seguinte:

- No dia 26 de julho de 2016, o Grupo alienou sua participação na sociedade Parques Eólicos Villanueva, S.L. e em suas sociedades controladas no valor de 33,8 milhões de euros de euros, aproximadamente, sendo a respetiva mais valia registrada na rubrica "Outras receitas operacionais" da conta de resultados consolidada anexa.

A variação mais significativa ocorrida no perímetro de consolidação no exercício de 2015 foi a seguinte:

- Com data de 15 de julho de 2015, o Grupo vendeu suas participações nas duas sociedades titulares dos satélites de observação da Terra que o Grupo ElecNor possui, a Deimos Imaging, S.L.U. e a DOT Imaging, S.L.U., constituídas em 2015 mediante cisão parcial da sociedade Deimos Castilla la Mancha, para a sociedade Canadense Urthecast no valor total de €71.000.000, aproximadamente, sendo registrada a correspondente mais-valia na rubrica "Outras receitas de exploração" da conta de resultados consolidada anexa.

3. PRINCÍPIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS

a) Ativos não circulantes mantidos para a venda-

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda são apresentados avaliados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda necessários.

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para a venda se seu valor contábil for recuperado, principalmente, através de uma operação de venda e não através da sua utilização. Esta condição é considerada cumprida apenas quando a venda for muito provável e o ativo estiver disponível para a venda imediata em sua condição atual. A Diretoria do Grupo ELEC NOR deve estar comprometida com um plano de venda, o qual deve ocorrer, previsivelmente, num prazo de um ano contado da data de classificação.

Os ativos não correntes ou grupos alienáveis de elementos classificados como mantidos para a venda não são amortizados, sendo avaliados pelo seu menor valor contábil e justo valor, menos os custos de alienação ou disposição por outra via.

A Sociedade classificou os ativos e passivos da filial Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY LTD, correspondentes, principalmente, ao imobilizado tangível no valor de 42 milhões de euros, receitas diferidas no valor de 16 milhões de euros e dívidas com instituições de crédito no valor de 8 milhões de euros, como mantidos para a venda em 19 de outubro de 2016 com base nos acordos tomados na ata do Conselho de Administração na referida data (ver nota 31).

b) Fundo de comércio-

O fundo de comércio gerado na consolidação é calculado conforme o que foi explicado na Nota 2.f.

Os fundos de comércio revelados a partir de 1º de janeiro de 2004 continuam sendo avaliados pelo seu custo de aquisição e os apresentados antes desta data, mantêm-se pelo seu valor líquido registrado em 31 de dezembro de 2003, de acordo com os critérios contábeis aplicados até a referida data (Nota 2.f). Em ambos os casos, desde o dia 1º de janeiro de 2004, não se amortiza o fundo de comércio, e no encerramento de cada exercício contábil é estimado se eles sofreram alguma deterioração que reduziu o seu valor recuperável a um valor inferior ao custo líquido registrado, procedendo-se, se for o caso, ao pertinente saneamento (Nota 3.k).

As perdas por deterioração relacionadas com os fundos de comércio não são objeto de reversão posterior.

O fundo de comércio gerado internamente não é reconhecido como um ativo.

c) Reconhecimento de receitas-

As receitas por vendas e a prestação de serviços são reconhecidas pelo valor de mercado dos bens ou direitos recebidos em contraprestação pelos bens e serviços prestados, conforme corresponder, no decorrer da operação normal do negócio das sociedades do Grupo, líquido de descontos e de impostos aplicáveis.

c.1 Contratos de construção e prestação de serviços-

Quando for possível realizar uma estimativa confiável do resultado de um contrato de construção, as receitas e as despesas derivadas do mesmo serão reconhecidas através da aplicação do método do grau de avanço, isto é, em função do grau de realização de cada uma das obras na data da demonstração da situação financeira.

Isso significar reconhecer como receita em cada exercício a porcentagem das receitas totais estimadas, que comportem os custos incorridos no mesmo sobre os custos totais estimados.

As receitas totais abrangem o valor inicial acordado no contrato, bem como as alterações e reclamações, que é muito provável que sejam recebidas e possam ser medidas com confiabilidade.

As despesas totais abrangem os custos relacionados diretamente com o contrato específico, os custos relacionados com a atividade de contratação em geral e podem ser imputados ao contrato específico, e qualquer outro custo que possa ser debitado ao cliente, sob os termos pactuados no contrato.

As perdas que possam ocorrer nas obras em andamento são registradas, na sua totalidade, quando forem conhecidas ou possam ser estimadas.

Os valores correspondentes a certidões ou faturamentos antecipados são registrados na rubrica "Credores comerciais e outras contas a pagar – Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa nos valores de €468.496.000 e €376.155.000, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente (Nota 17).

As receitas por prestação de serviços são reconhecidas quando puderem ser estimadas com confiabilidade, considerando o grau de conclusão da prestação final. Se não for possível estimar de forma confiável, apenas serão reconhecidas as receitas na quantia das despesas reconhecidas que sejam consideradas recuperáveis.

O Grupo ELECNOR reconheceu como volume de negócios, em relação a diversos contratos de grau de avanço e prestação de serviços que mantém, uns valores de aproximadamente €1.866.000.000 e de €1.724.000.000, respectivamente, em 31 Dezembro 2016 e 2015 (Nota 21). Do mesmo modo, o valor dos custos incorridos nos contratos de construção e prestação de serviços no exercício de 2016 ascende a, aproximadamente, €1.583.000 (€1.361.000 em 2015).

Por último, os valores relativos às retenções nos pagamentos efetuados pelos clientes ascendem a €30.725.000 e a €22.448.000, respectivamente, para os exercícios de 2016 e de 2015, e estão registrados na rubrica "Devedores comerciais e outras contas a receber" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

c.2 Venda de bens-

As vendas são reconhecidas quando forem transferidos todos os riscos e vantagens, de tipo significativo, derivados da propriedade dos bens, não se retiver o controle efetivo sobre os mesmos, o valor das receitas puder ser medido com confiabilidade, for provável que as receitas sejam recebidas, e os custos incorridos, ou por incorrer, em relação à transação, puderem ser medidos com confiabilidade.

c.3 Juros e dividendos-

Os juros são reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva, que é a taxa de atualização que iguala o valor em livros de um instrumento financeiro com os fluxos de caixa estimados ao longo da vida esperada do instrumento, a partir das suas condições contratuais e sem considerar as perdas por risco de crédito futuras.

As receitas por dividendos provenientes de investimento em instrumentos de patrimônio são reconhecidas em resultados quando tenham surgido para o Grupo os direitos a recebê-las.

d) Arrendamentos-

O Grupo ELECNOR classifica como arrendamento mercantil aqueles contratos de arrendamento nos quais a parte arrendadora transmite para a parte arrendatária todos os riscos e benefícios da propriedade do bem. Os restantes arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

Arrendamento mercantil

Os bens adquiridos em regime de arrendamento mercantil são registrados na categoria do ativo não circulante que corresponder com sua natureza e funcionalidade, pelo menor entre o valor justo do bem objeto do contrato e a soma do valor atual das quantias a pagar à parte arrendadora e da opção de compra, com crédito na rubrica "Dívida financeira" da demonstração da situação financeira consolidada. Esses bens são amortizados com critérios semelhantes aos utilizados para os bens que são da propriedade do Grupo ELECNOR e que têm a mesma natureza.

Arrendamentos operacionais

As despesas originadas pelos arrendamentos operacionais são imputadas à rubrica “Outras despesas operacionais” da conta de resultados consolidada durante a vida do contrato seguindo o critério de competência.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 as despesas por arrendamento incluídas na rubrica “Outras despesas operacionais” da conta de resultados consolidada anexa ascenderam a aproximadamente €48.851.000 e a €46.778.000, respectivamente. Os contratos de arrendamento operacional mais significativos que o Grupo ELECNOR tem nos exercícios de 2016 e 2015 são os que se referem à maquinaria e aos elementos de transporte, bem como aos imóveis utilizados no desenvolvimento de sua atividade.

No encerramento do exercício de 2016 e 2015 o Grupo tem contratadas com as partes arrendadoras as seguintes quotas de arrendamento mínimas, de acordo com as atuais em vigor, sem ter em conta a repercussão de despesas comuns, aumentos futuros pelo IPC, nem atualizações futuras de rendimentos pactuados contratualmente (em milhares de euros):

Arrendamentos operacionais - quotas mínimas	Valor nominal	
	2016	2015
Menos de um ano	16.406	20.977
Entre um e cinco anos	17.902	16.155
Mais de cinco anos	23.241	19.902
Total	57.549	57.034

As quotas mínimas de arrendamentos operacionais não incluem os arrendamentos de maquinaria e de elementos de transporte que são arrendados durante o período de duração das obras que o Grupo executa, já que os Administradores da Sociedade controladora estimam que não há compromissos no longo prazo em relação a esses arrendamentos.

e) Custos por juros-

Os custos por juros diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de ativos que, necessariamente, precisam de um período de tempo substancial para estarem preparados para seu uso ou venda previstos são acrescentados ao custo dos referidos ativos, até o momento em que os ativos estejam substancialmente preparados para serem usados ou vendidos (Nota 3.h). As receitas provenientes de investimentos obtidos no investimento temporário do numerário obtido de empréstimos específicos, que ainda não foram investidas em ativos qualificados, são deduzidas dos custos por juros aptos para a capitalização.

Os outros custos por juros são reconhecidos nos resultados no período em que incorrem.

f) Moeda estrangeira-

A moeda funcional da Sociedade controladora é o euro. Consequentemente, todos os saldos e transações denominados em moedas diferentes do euro serão considerados como denominados em moeda estrangeira.

As operações realizadas em moeda diferente do euro serão registradas em euros pelas taxas de câmbio em vigor no momento da transação. Durante o exercício, as diferenças verificadas entre a taxa de câmbio contabilizada e a que se encontra em vigor na data da cobrança ou pagamento serão registradas com débito ou crédito nos resultados, exceto nos seguintes casos:

- Diferenças de câmbio derivadas de operações de cobertura ou “hedging” (Nota 15).
- Diferenças de câmbio decorrentes de um passivo em moeda estrangeira que é tratado de forma contábil como uma cobertura para o investimento líquido da empresa numa entidade estrangeira.

Do mesmo modo, a conversão dos valores de renda fixa, bem como dos créditos e débitos em moeda diferente da moeda funcional em 31 de dezembro de cada ano é realizada pela taxa de câmbio de fechamento. As diferenças de avaliação ocorridas são registradas com débito ou crédito na rubrica “Diferenças de câmbio” da conta de resultados consolidada.

Aquelas operações realizadas em moeda estrangeira nas quais o Grupo ELECNOR decidiu mitigar o risco das taxas de câmbio mediante a contratação de derivativos financeiros ou outros instrumentos de cobertura serão registradas conforme os princípios descritos na Nota 3.m. Com caráter geral, as moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro coincidem com suas moedas de apresentação. Do mesmo modo, nenhuma das moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro corresponde a economias consideradas hiperinflacionárias, conforme os critérios estabelecidos a esse respeito pelas Normas Internacionais de Informação Financeira, salvo no caso da Venezuela. No encerramento contábil dos exercícios de 2016 e 2015 foram expressas novamente as referidas demonstrações financeiras em termos da unidade de medida corrente em 31 de dezembro de 2016 e 2015. As demonstrações financeiras da Venezuela estavam elaboradas utilizando o método do custo histórico e foram expressas novamente aplicando um índice geral de preços 700% (85% em 2015). Em 31 de dezembro de 2016 o impacto acumulado no patrimônio líquido, pelo fato de terem sido expressas novamente, ascende a €2.496.000 aproximadamente (€724.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2015).

O contravalor em euros dos ativos e passivos monetários em moeda diferente do euro mantidos pelo Grupo ELECNOR em 31 de dezembro de 2016 e 2015 corresponde à seguinte discriminação:

Moeda dos saldos	Contravalor em Milhares de euros			
	2016		2015	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Peso argentino	6.756	5.626	9.710	5.624
Real brasileiro	806.134	800.071	615.420	409.103
Dólar EUA	204.020	334.938	178.422	106.900
Dólar canadense	12.699	187.923	12.024	182.771
Bolívar venezuelano	2.949	693	3.822	5.356
Peso chileno	47.847	77.535	36.339	84.796
Peso mexicano	100.952	95.919	63.083	60.843
Peso uruguaio	14.533	14.751	17.717	17.291
Dirham marroquino	6.191	1.482	6.845	1.794
Dinar argelino	25.824	13.450	8.071	1.925
Nuevo Sol peruano	15.350	243	-	-
Kwanza angolano	2.997	-	6.331	941
Peso dominicano	2.929	-	3.156	3.251
Libra esterlina	16.094	6.872	19.468	13.850
Dinar jordano	23.951	39.606	13.271	27.799
Dólar australiano	12.464	14.478	29.881	3.621
Gourde haitiano	7.624	3.875	-	-
Rial omaní	9.875	5.444	-	-
Balboa panameño	5.349	34	-	-
Outros	20.832	12.124	6.014	789
Total	1.345.370	1.615.064	1.029.574	926.654

O detalhamento dos principais saldos em moeda estrangeira, atendendo a natureza das rubricas que os integram, é o seguinte:

Natureza dos saldos	Contravalor em Milhares de euros			
	2016		2015	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Investimentos financeiros no longo prazo (*)	646.355	-	509.569	-
Estoques	20.772	-	14.571	-
Devedores	548.561	-	409.012	-
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	129.682	-	96.422	-
Credores	-	349.549	-	334.010
Dívida financeira (Nota 14)	-	1.265.515	-	592.644
Total	1.345.370	1.615.064	1.029.574	926.654

(*) Refere-se principalmente a ativos financeiros por concessões administrativas (Nota 11).

g) Imposto sobre lucros-

A despesa pelo Imposto sobre Sociedades espanhol e pelos impostos de natureza semelhante aplicáveis às sociedades estrangeiras consolidadas é reconhecida na conta de resultados consolidada, exceto quando forem consequência de uma transação cujos resultados são registrados diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto correspondente também será registrado no patrimônio líquido.

A contabilização da despesa por imposto sobre sociedades é feita pelo método do passivo baseado no balanço geral. Este método consiste na determinação dos impostos antecipados e diferidos em função das diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas fiscais que se espera que estejam objetivamente em vigor quando os ativos e os passivos forem realizados (Notas 18 e 19).

Os impostos diferidos ativos e passivos originados por débitos ou créditos diretos nas contas de patrimônio também são contabilizados com débito ou crédito no patrimônio.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a não ser que a diferença temporária for derivada do reconhecimento inicial do fundo de comércio cuja amortização não é dedutível para efeitos tributários, ou do reconhecimento

inicial (salvo numa combinação de negócios) de outros ativos e passivos numa operação que não afeta o resultado fiscal nem o resultado contábil.

O Grupo ELEC NOR procede ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos se esperar dispor de suficientes ganhos fiscais futuros contra os quais poder torná-los efetivos.

Do mesmo modo, as deduções da quota para evitar a dupla tributação e por incentivos fiscais, e as bonificações do Imposto sobre Sociedades originadas por fatos econômicos ocorridos no exercício, diminuem a despesa gerada pelo Imposto sobre Sociedades espanhol, salvo se existirem dúvidas sobre a sua realização.

De acordo com as NIIF, os impostos diferidos são classificados como ativos ou passivos não circulantes mesmo que se estime que a sua realização ocorra nos próximos doze meses.

A despesa por imposto sobre lucros representa a soma da despesa por imposto sobre lucros do exercício e a variação nos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos que não se registram no património (Notas 18 e 19).

Por ocasião de cada encerramento contábil, são revistos os impostos diferidos registrados (tanto ativos quanto passivos) com o fim de comprovar que continuam em vigor, efetuando-se as pertinentes correções nos mesmos, de acordo com os resultados das análises realizadas.

h) Imobilizado tangível-

Os bens compreendidos no imobilizado tangível, que em total são de uso próprio, encontram-se registrados pelo seu custo de aquisição menos a amortização acumulada e qualquer perda reconhecida por deterioração de valor. No entanto, antes do dia 1º de janeiro de 2004, o Grupo ELEC NOR atualizou o valor de determinados ativos do imobilizado tangível de acordo com os diversos dispositivos legais a esse respeito. O Grupo ELEC NOR, de acordo com as NIIF, considerou o valor dessas revalorizações como parte do custo dos referidos ativos por entender que elas equivaliam à evolução dos índices dos preços.

No que diz respeito aos custos incorridos depois da implementação do bem, é preciso levar em consideração que:

- Os custos derivados da manutenção do bem, isto é, os custos de reparação e conservação, são registrados diretamente como despesas do exercício.
- Nas substituições de elementos é registrado como ativo o custo do elemento incorporado e se dá de baixa o custo do que foi substituído.

Os custos capitalizados incluem as despesas financeiras relativas ao financiamento externo incorridas durante o período de construção em obras com um período superior a um ano. O total de despesas financeiras acumuladas ativas na rubrica "Imobilizado tangível, líquido" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada no exercício de 2016 ascende a €63.298.000 (€57.068.000 em 2015).

Os trabalhos realizados pelo Grupo para seu próprio imobilizado são expressos pelo custo acumulado que resulta de acrescentar aos custos externos os custos internos, determinados em função dos consumos próprios de materiais de armazém e dos custos de fabricação, sendo estes determinados segundo as taxas horárias de absorção semelhantes às usadas para a avaliação de estoques. Durante o exercício de 2016 o valor registrado por este item ascende a €98.678.000 (€112.534.000 em 2015), e foram registrados na rubrica "Outras receitas operacionais" da conta de resultados consolidada, correspondentes, principalmente, à construção de parques eólicos e linhas de transmissão de energia. O Grupo ELEC NOR amortiza, com caráter geral, seu imobilizado tangível seguindo o método linear, distribuindo o custo dos ativos entre os seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos média de vida útil estimada	
	2016	2015
Construções	33-50	33-50
Instalações técnicas e maquinaria (*)	10-25	10-25
Aparelhos e ferramentas	3 -10	3-10
Móveis e Utensílios	3-10	3-10
Equipamentos para Processamento Eletrónico de Dados	3-5	3-5
Elementos de Transporte	2-10	2-10
Outro imobilizado	3-10	3-10

(*) Inclui a maquinaria e instalações relacionadas com projetos eólicos, basicamente aerogeradores.

Os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil dos ativos não ultrapassa o valor recuperável dos mesmos, sendo este calculado em função dos fluxos de caixa futuros que esses ativos geram (Nota 3.k).

Dado que o Grupo ELEC NOR não tem a obrigação de fazer face a custos significativos em relação ao fechamento das suas instalações, a demonstração da situação financeira consolidada anexa não inclui nenhuma provisão para este item, a não ser por uma provisão por desmontagem no valor de 5 milhões de euros referente ao parque de Canadá.

i) Outros ativos intangíveis-

São ativos não monetários identificáveis, embora sem aparência física, que surgem como consequência de um negócio jurídico ou foram desenvolvidos pelas sociedades do Grupo. São reconhecidos, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, e, posteriormente, são avaliados pelo seu custo menos, conforme proceder, a sua respectiva amortização acumulada e as perdas por deterioração que tenham sofrido, e desde que seja provável a obtenção de lucros econômicos pelos mesmos, e que o seu custo possa ser medido de forma confiável.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os custos de atividades de pesquisa são reconhecidos como despesas no período em que incorrem.

As despesas incorridas no desenvolvimento de diversos projetos são registradas como ativo se cumprirem as seguintes condições:

- Os custos se encontram especificamente identificados e controlados por projeto, e a sua distribuição no tempo está claramente definida.
- Os Administradores podem demonstrar a forma em que o projeto gerará lucros no futuro.
- O custo do desenvolvimento do ativo, que inclui, se for o caso, os custos com o pessoal do Grupo ELECNOR dedicado a esses projetos, pode ser avaliado de forma confiável.

Os ativos intangíveis gerados internamente são amortizados linearmente ao longo das suas vidas úteis.

Quando não se puder reconhecer um ativo intangível gerado internamente, os custos de desenvolvimento serão reconhecidos como despesa no período em que incorrem.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Referem-se ao custo incorrido em sua aquisição, sendo amortizados linearmente ao longo das suas vidas úteis estimadas, que costuma ser, normalmente, de cinco anos.

j) Concessões administrativas-

O Grupo considera que os elementos correspondentes às concessões administrativas que possui não podem ser reconhecidos como imobilizado tangível, dado que os contratos não conferem ao mesmo o direito de usá-los, mas sim o acesso aos mesmos para proporcionar um serviço público em nome da concedente.

Neste sentido, o Grupo analisa em função das características dos contratos se estes são abrangidos pela CINIIF 12 Contratos de Concessão de Serviços.

Nos contratos de concessão abrangidos pela CINIIF 12, os serviços de construção e prestação de serviços são reconhecidos seguindo a política contábil de receitas ordinárias. Neste sentido, os contratos de construção ou melhoria da infraestrutura são registrados em conformidade com a política contábil aplicável aos mesmos, e os serviços de manutenção e exploração são reconhecidos seguindo o disposto na política contábil de prestação de serviços.

Dado que com base nesses contratos o Grupo presta vários serviços (construção, manutenção e serviços de operação), as receitas são reconhecidas de acordo com os valores razoáveis de cada serviço prestado.

O Grupo reconhece a contraprestação recebida pelos contratos de construção como um ativo financeiro, apenas na medida em que existir um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro, quer diretamente do cedente quer de um terceiro.

Neste sentido:

- As concessões de transmissão do Brasil das quais o Grupo Elecnor participa são reguladas no respectivo Contrato de Concessão assinado entre a Concessionária de Transmissão (a Concessionária) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- O Contrato de Concessão regula a obrigação, por parte da Concessionária, de construir infraestruturas e operá-las durante um prazo de 30 anos. Como contrapartida é estabelecido o direito incondicional da Concessionária de receber dinheiro, mediante a fixação de uma remuneração exata e quantificada, Receita Anual Permitida (RAP), que o concessionário receberá durante o período de operação das infraestruturas.
- A RAP é atualizada periodicamente para registrar o efeito de certas variáveis econômicas, principalmente a inflação.
- A responsabilidade da Concessionária se limita a manter a infraestrutura disponível para ser utilizada, e sua remuneração não é afetada pelo fato de ela ser usada ou não.
- Existe um protocolo de penalidades aplicadas pela ANEEL para hipóteses de indisponibilidade da infraestrutura por causa atribuível à Concessionária, porém estas estão limitadas a um valor máximo de 2% da RAP dos 12 últimos meses, isto é, 98% da RAP é cobrado em qualquer caso. Do mesmo modo, estas penalidades foram mínimas nos últimos exercícios.

Serviços de construção

O valor recebido ou a receber pela construção das infraestruturas por explorar é registrado pelo seu valor justo.

Este valor será contabilizado como um ativo financeiro se a concessionária tiver um direito contratual incondicional de receber essas quantias por parte da entidade concedente, isto é, independentemente da utilização do serviço público em questão por parte dos usuários do mesmo. Em compensação, serão contabilizados como um ativo intangível se o recebimento desses valores estiver submetido ao risco de demanda do serviço.

Esses ativos, após o seu reconhecimento inicial, serão contabilizados de acordo com o referido para cada tipo de ativo nas normas de avaliação correspondentes (Notas 3.i e 3.m).

Serviços de manutenção e operação

Serão contabilizados de acordo com o que foi explicado na Nota 3.c.

k) Deterioração do valor dos ativos-

O Grupo segue o critério de avaliar a existência de indícios que possam revelar a potencial deterioração de valor dos ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, com o intuito de comprovar se o valor contábil dos mencionados ativos excede seu valor recuperável. No encerramento de cada exercício para o caso do fundo de comércio ou sempre que existam indícios de perda de valor (para o resto dos ativos, o Grupo ELECNOR passa a estimar mediante o denominado "Teste de deterioração" a possível existência de perdas de valor que reduzam o valor recuperável desses ativos a uma importância inferior ao do seu valor contábil. Em caso de o ativo não gerar fluxos de caixa que sejam independentes de outros ativos, o Grupo ELECNOR calcula a importância recuperável da unidade geradora de numerário à qual o ativo pertence (Nota 7).

Em caso de o valor recuperável ser inferior ao valor líquido contábil do ativo, a respectiva perda por deterioração é registrada com débito na rubrica "Amortizações, deterioração e dotações para provisões" da conta de resultados consolidada anexa. As perdas por deterioração reconhecidas num ativo em exercícios anteriores são revertidas com crédito na referida rubrica quando é verificada uma alteração das estimativas sobre a sua importância recuperável, aumentando o valor do ativo com o limite do valor contábil que o ativo teria tido se o saneamento não tivesse sido realizado, salvo no caso do saneamento do fundo de comércio, que não é reversível.

l) Estoques-

Esta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada registra os ativos que o Grupo ELECNOR:

- Possui para sua venda no decorrer ordinário de seu negócio,
- Tem em processo de produção, construção ou desenvolvimento com essa finalidade, salvo no que diz respeito às obras em andamento para as quais o reconhecimento de receitas é feito conforme o indicado na Nota 3.c, ou
- Prevê consumi-los no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e seu valor líquido realizável. O custo inclui todas as despesas derivadas de sua aquisição e transformação, incluindo aquelas em que tenha incorrido para dar-lhes sua condição e localização atuais.

Se os estoques forem produtos que habitualmente não são intercambiáveis entre si, seu custo será estabelecido de forma específica, ao passo que para o resto será utilizado o método do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda menos os custos estimados para terminar sua produção e os necessários para realizar a venda.

A composição da rubrica "Estoques" do Grupo Elecnor para os exercícios de 2016 e 2015 é que segue:

	Milhares de euros	
	31/12/2016	31/12/2015
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	8.551	9.380
Estoques comerciais	710	1.111
Produtos em elaboração e acabados	5.686	4.543
	14.947	15.034

m) Instrumentos financeiros-

Os instrumentos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial como um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de patrimônio, em conformidade com o fundo econômico do acordo contratual e com as definições de ativo financeiro, passivo financeiro ou de instrumento de patrimônio desenvolvidas na NIC 32 "Instrumentos financeiros: Apresentação".

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se converte em parte obrigada do contrato ou do negócio jurídico, conforme as disposições do mesmo.

Devido à natureza dos instrumentos financeiros do Grupo, os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil deles, que se ajusta em caso de ser verificada uma deterioração, é uma aproximação válida ao seu valor justo.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registrados, inicialmente, pelo seu valor justo mais, em caso de o ativo não ser reconhecido como ativo financeiro negociável, os custos inerentes à operação.

O Grupo ELECNOR classifica seus ativos financeiros, sejam circulantes ou não circulantes, nas seguintes categorias:

- Empréstimos e contas a receber gerados pela própria empresa. São aqueles que supõem um valor fixo ou determinado, e originados pelas sociedades em troca de fornecer numerário, bens ou serviços diretamente a um devedor. Os ativos incluídos nesta categoria são avaliados pelo seu “custo amortizado”.
- Ativos financeiros disponíveis para a venda. São todos aqueles instrumentos financeiros não derivativos que não cumprem os requisitos para sua inclusão em outra categoria de instrumentos financeiros, referindo-se, quase totalmente, a investimentos financeiros em capital. Esses investimentos também aparecem na demonstração da situação financeira consolidada pelo seu valor justo. As variações deste valor de mercado são registradas, exceto as perdas por depreciação, com débito ou crédito em outro resultado global, sendo acumuladas na rubrica “Ajustes no patrimônio por avaliação” do patrimônio líquido consolidado, até o momento em que ocorre a alienação destes investimentos, em que o valor acumulado nesta rubrica, referente a esses investimentos, é atribuído integralmente à conta de resultados consolidada.

A Diretoria do Grupo ELECNOR determina a classificação mais apropriada para cada ativo no momento de sua aquisição.

O Grupo ELECNOR dá de baixa um ativo financeiro da sua demonstração da situação financeira quando os direitos contratuais a receber um “cash flow” por esse ativo tenham vencido, ou quando esse ativo for vendido ou transmitido para outra sociedade, transferindo-se substancialmente todos os riscos e vantagens associadas ao mesmo.

Categoria de instrumentos financeiros pelo valor justo

A seguir é mostrada uma análise dos instrumentos financeiros que em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são avaliados pelo valor justo depois do seu reconhecimento inicial, agrupados por níveis de 1 a 3, dependendo do sistema de cálculo do valor justo:

- Nível 1: seu valor justo é obtido da observação direta de sua cotação em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: seu valor justo é determinado mediante a observação no mercado de inputs, diferentes dos preços incluídos na categoria 1, que são observáveis para os ativos e passivos, quer diretamente (preços), quer indiretamente (v.gr. que são obtidos dos preços).
- Nível 3: seu valor justo é determinado mediante técnicas de avaliação que incluem inputs para os ativos e passivos não observados diretamente nos mercados.

	Valor justo em 31 de dezembro de 2016			
	Milhares de euros			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 11 e 15)	-	523	-	523
Participações líquidas em capital (Nota 11)	-	-	4.432	4.432
Ativos financeiros circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	458	-	458
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(28.920)	-	(28.920)
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(5.821)	-	(5.821)
	-	(33.760)	4.432	(29.328)

	Valor justo em 31 de dezembro de 2015			
	Milhares de euros			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 11 e 15)	-	7.958	-	7.958
Participações líquidas em capital (Nota 11)	-	-	4.401	4.401
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(35.145)	-	(35.145)
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(6.702)	-	(6.702)
	-	(33.889)	4.401	(29.488)

Deterioração de ativos financeiros

Os ativos financeiros são analisados pela Diretoria do Grupo ELECNOR que comprova se existe evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram depois do reconhecimento inicial do ativo e se esse evento que causou a perda tem um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou do grupo de ativos financeiros.

O Grupo ELECNOR considera como indicadores objetivos da deterioração de seus ativos financeiros, entre outros, os seguintes:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte,
- Inadimplência ou atrasos no pagamento,
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.

Numerário e outros meios líquidos equivalentes

Sob esta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada é registrado o numerário em caixa, depósitos à vista e outros investimentos no curto prazo de alta liquidez que são rapidamente realizáveis em caixas e que não têm risco de alterações em seu valor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, menos, se for o caso, os custos de transação atribuíveis à emissão dos mesmos, e após o seu reconhecimento inicial são avaliados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto os classificados na categoria de instrumentos financeiros derivados de cobertura que são avaliados posteriormente pelo seu valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de cobertura

As atividades do Grupo estão expostas, fundamentalmente, a riscos financeiros decorrentes das variações de taxas de câmbio e das taxas de juros. Para cobrir esses riscos, o Grupo ELECNOR utiliza seguros de câmbio, "cross currency swaps" e contratos de permuta financeira sobre taxas de juros com fins de cobertura.

Os derivativos financeiros são registrados, inicialmente, na demonstração da situação financeira consolidada pelo seu valor justo; mais, se for o caso e para aqueles que cumprem os critérios da contabilidade de coberturas, os custos de transação, que são diretamente atribuíveis à contratação dos mesmos; ou menos, se for o caso, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à emissão dos mesmos e, posteriormente, são realizadas as correções valorativas necessárias para refletir seu valor de mercado em cada momento. Os lucros ou perdas das citadas flutuações são registradas da seguinte forma:

- Nas coberturas de fluxos de caixa, as alterações no valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados de cobertura são registradas, na parte em que essas coberturas não são efetivas, na conta de resultados consolidada, registrando-se a parte efetiva em Outro resultado global, acumulando-se na rubrica "Ajustes no patrimônio por avaliação" do patrimônio líquido. A perda, ou o ganho acumulado na referida rubrica, é transferida para a conta de resultados consolidada à medida que o elemento coberto vai afetando a conta de resultados ou no exercício em que este é alienado.

O Grupo ELECNOR realiza periodicamente o teste de eficiência em suas coberturas, que são elaborados de forma prospectiva e retrospectiva. Toda operação de cobertura é apresentada para sua aprovação ao Conselho de Administração da Sociedade correspondente do Grupo e ao Conselho de Administração da Elecnor, S.A. e é documentada e assinada pelo Diretor Financeiro correspondente seguindo os requisitos marcados pela NIC 39.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura só é aplicável quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz no início de cobertura e nos exercícios seguintes para conseguir compensar as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, durante o período para o qual a mesma foi designada (análise prospectiva) e a eficácia real se encontre num intervalo de 80% – 125% (análise retrospectiva) e possa ser determinada com confiabilidade.

Do mesmo modo, nas coberturas dos fluxos de caixa das transações previstas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se apresentam uma exposição às variações nos fluxos de caixa que poderiam, em último caso, afetar o resultado do exercício.

- No momento de descontinuidade da cobertura, a perda ou o ganho acumulados na referida data na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" são mantidos nessa rubrica até ser realizada a operação coberta, momento no qual ajustará o lucro ou a perda da referida operação. No momento em que não se espera que a operação coberta ocorra, a perda ou o ganho reconhecidos na mencionada rubrica serão imputados à conta de resultados.

Os derivativos implícitos noutros instrumentos financeiros, se for o caso, são contabilizados separadamente quando suas características e riscos não estejam estreitamente relacionados com os instrumentos financeiros nos quais se encontram implícitos, e sempre que o conjunto não esteja sendo contabilizado pelo valor de mercado, registrando as variações de valor com débito ou crédito na conta de resultados consolidada.

Outros passivos financeiros

Inclui os empréstimos, obrigações e similares, e são registrados inicialmente pelo valor justo, líquido de custos diretos de emissão, sendo posteriormente registrados pelo método de custo amortizado e, para isso, é utilizada a taxa de juros efetiva.

n) Ações próprias em carteira-

As ações próprias em carteira do Grupo ELECNOR no encerramento do exercício são registradas pelo seu custo de aquisição e aparecem registradas diminuindo a rubrica "Patrimônio Líquido – Outras reservas" da demonstração da situação financeira consolidada, no valor de €21.989.000, aproximadamente (€22.341.000 em 31 de dezembro de 2015). Em 31 de dezembro de 2016 representavam 2,83% (2,85% em 31 de dezembro de 2015) do capital emitido nessa data (Nota 13).

Os lucros e perdas obtidos pelo Grupo ELECNOR na alienação destas ações próprias também são registrados na rubrica "Patrimônio Líquido – Outras reservas" da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

o) Provisões-

A política do Grupo é a de constituir provisões no valor estimado necessário para fazer face adequadamente a responsabilidades, quer sejam legais, quer implícitas, prováveis ou certas, provenientes de contingências, litígios em andamento ou obrigações, que surjam como resultado de acontecimentos passados, sempre que for provável aqueles que significarem para o Grupo desprender-se de recursos e que seja possível realizar uma estimativa razoável do valor das mesmas. Sua dotação é efetuada no nascimento da responsabilidade ou da obrigação (Nota 16) com débito na rubrica da conta de resultados que corresponder conforme a natureza da obrigação, pelo valor presente da provisão quando o efeito da atualização da obrigação for significativo.

Por outro lado, os passivos contingentes não são reconhecidos, dado que se referem a obrigações possíveis (dependem da ocorrência ou não de eventos futuros incertos) ou a obrigações presentes que não cumprem o reconhecimento de provisão (porque não é provável ou seu valor não pode ser medido com confiabilidade (Nota 20).

p) Indenizações por demissão-

As indenizações por cessação são reconhecidas na data anterior, entre a que o Grupo já não pode retirar a proposta e quando se reconhecem os custos de uma reestruturação que significa o pagamento de indenizações por cessação.

Nas indenizações por cessação, consequência da decisão dos funcionários de aceitarem uma proposta, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta, na data anterior entre a que os funcionários aceitam a proposta e quando surtir efeito uma restrição sobre a capacidade do Grupo de retirar a proposta.

Nas indenizações por cessação involuntária, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta quando comunicou aos funcionários afetados, ou aos representantes sindicais, o plano; e, quando as ações necessárias para completá-lo indicam que é improvável que sejam feitas alterações significativas no plano, identifica-se o número de funcionários que irão cessar, sua categoria de emprego ou funções e o local de trabalho e a data de cessação esperada, e se estabelecem as indenizações por cessação que os funcionários irão receber com suficiente detalhamento, de forma que os funcionários possam determinar o tipo e o valor das remunerações que receberão quando cessem. Nas demonstrações financeiras consolidadas anexas foi registrado por este item uma provisão de caráter significativo no valor de €1.526.000 (€1.885.000 em 2015).

q) Subvenções oficiais-

As subvenções de capital não reembolsáveis concedidas por organismos oficiais são registradas no momento da sua concessão pelo valor concedido dentro da rubrica "Passivo não circulante - subvenções" da demonstração da situação financeira e vão sendo imputadas aos resultados de cada exercício em proporção à depreciação contábil experimentada no período pelos ativos objeto da subvenção.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo ELECNOR tem recebidas e pendentes de atribuir aos resultados subvenções de capital no valor de

€7.600.000 (€7.100.000 em 2015). O valor das subvenções oficiais de capital atribuído ao resultado no exercício de 2015 ascendeu a €596.000, aproximadamente (€789.000 em 2015) dentro da rubrica "Outras receitas de exploração".

As subvenções à exploração são atribuídas aos resultados no exercício em que se incorre nas despesas subvencionadas correspondentes. A rubrica "Outras receitas operacionais" da demonstração dos resultados consolidada correspondente aos exercícios de 2016 e 2015 inclui uns valores de aproximadamente €3.849.000 e €4.107.000, respectivamente, por este título. A maior parte das subvenções à exploração recebidas pelo Grupo ELEC NOR no exercício de 2016 estão relacionadas com os custos suportados pela Deimos Space, S.L.U. e pelas suas filiais no desenvolvimento de suas atividades.

r) Instrumentos de capital-

Os instrumentos de capital emitidos pelas sociedades do Grupo ELEC NOR são registrados no patrimônio líquido, pelo valor recebido, líquido de custos diretos de emissão.

s) Demonstração das alterações no patrimônio líquido-

A norma aplicável estabelece que determinadas categorias de ativos e passivos sejam registradas pelo seu valor justo com contrapartida no patrimônio líquido. Estas contrapartidas, denominadas "Ajustes de valorização patrimonial", se incluem no patrimônio líquido do Grupo líquidas do seu efeito tributário, que foi registrado, segundo o caso, como imposto diferido de ativo ou passivo. Nesta demonstração são apresentadas as variações que ocorreram no exercício nos "Ajustes de avaliação patrimonial", discriminados por itens, mais os resultados gerados no exercício mais/menos, se pertinente, os ajustes efetuados por alterações dos critérios contábeis ou por erros de exercícios anteriores. Também são incluídas as variações no capital e as reservas experimentadas no exercício.

t) Demonstração dos fluxos de caixa consolidada-

Na demonstração dos fluxos de caixa consolidada, preparada de acordo com o método indireto, são utilizadas as seguintes expressões nos seguintes sentidos:

- Fluxos de caixa. Entradas e saídas de dinheiro e dos seus equivalentes, entendendo isso como os investimentos no curto prazo de grande liquidez e sem risco significativo de alterações em seu valor.
- Atividades operacionais. Atividades típicas das entidades que formam o Grupo ELEC NOR, bem como outras atividades que não podem ser qualificadas de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento. As de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos no longo prazo e outros investimentos não incluídos no numerário e os seus equivalentes.
- Atividades de financiamento. Atividades que causam alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades operacionais.

As variações do exercício de 2016 nos fluxos líquidos de numerário, respeitantes à atividade operacional, correspondem ao funcionamento diário do Grupo. Do mesmo modo, as variações dos fluxos líquidos de caixa da atividade de investimento são motivadas, principalmente, pelos novos investimentos no imobilizado tangível e concessões (ver nota 9 e 11) e pelas baixas do perímetro de consolidação (ver nota 2.g). Adicionalmente, as variações nos fluxos líquidos de caixa das atividades de financiamento correspondem, principalmente, ao valor de notas promissórias emitidas e canceladas no Mercado Alternativo de Renda Fixa em 2016 em relação ao exercício de 2015 (ver nota 14).

u) Lucros por ação-

O lucro básico por ação é calculado como quociente entre o lucro líquido do período atribuível à ELEC NOR e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante esse período, sem incluir o número médio de ações da ELEC NOR em carteira.

Por sua parte, o lucro por ação diluído é calculado como o quociente entre o resultado líquido do período atribuível aos acionistas ordinários e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pela média ponderada das ações ordinárias que seriam emitidas se todas as ações ordinárias potenciais fossem convertidas em ações ordinárias da sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o lucro básico por ação coincide com o diluído, dado que não existiram ações potenciais em circulação durante esse exercício.

v) Dividendos-

O dividendo por conta aprovado pelo Conselho de Administração durante o exercício de 2016 aparece diminuindo os fundos próprios do Grupo ELEC NOR (Nota 5). No entanto, o dividendo complementar proposto pelo Conselho de Administração da ELEC NOR à sua Assembleia Geral de Acionistas não é deduzido dos fundos próprios enquanto não for aprovado pela referida Assembleia.

w) Informação financeira por segmentos-

Um segmento de exploração é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais se pode obter receitas ordinárias e incorrer em despesas, e cujos resultados de exploração são revistos de forma regular pela máxima autoridade na tomada de decisões de exploração do Grupo, para decidir sobre os recursos que devem ser atribuídos ao segmento, avaliar seu rendimento e em relação ao qual se dispõe de informação financeira diferenciada.

x) Meio ambiente-

O Grupo realiza operações cujo propósito principal é prevenir, reduzir ou reparar o dano que, como resultado de suas atividades, possa causar ao meio ambiente.

As despesas derivadas das atividades ambientais são reconhecidas como Outras despesas de exploração no exercício em que ocorrem.

Os elementos do imobilizado tangível adquiridos com o propósito de serem utilizados de forma duradoura na sua atividade e cuja finalidade principal é minimizar o impacto ambiental e a proteção e a melhoria do meio ambiente, incluindo a redução ou a eliminação da poluição futura das operações do Grupo, são reconhecidos como ativos mediante a aplicação de critérios de avaliação, apresentação e detalhamento condizentes com os que são mencionados na nota 3.h.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

Risco de taxa de câmbio-

O primeiro risco a ser atenuado é o Risco de Mercado, fundamentalmente pelo Risco de Taxa de Câmbio, que é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos de aprovisionamentos está denominada em moedas diferentes do euro. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação ao euro afetarem os lucros do Grupo. Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio. Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a Instituição Financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de "cesta de moedas" para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

As moedas estrangeiras com mais impacto face ao euro com as quais a Sociedade Controladora operou nos exercícios de 2016 e 2015 é o real brasileiro e o peso chileno, sendo sua sensibilidade a seguinte:

Exercício	Aumento/redução da taxa de câmbio	Milhares de euros	
		Efeito no resultado antes de impostos	Efeito no patrimônio líquido antes de impostos
	5%	(3.046)	(3.046)
2016	-5%	3.366	3.366

Exercício	Aumento/redução da taxa de câmbio	Milhares de euros	
		Efeito no resultado antes de impostos	Efeito no patrimônio líquido antes de impostos
	5%	(2.426)	(2.426)
2015	-5%	2.682	2.682

Risco da taxa de juros-

As variações nas taxas de juros alteram o valor justo daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termosolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de "Project Finance". Este tipo de contratação exige que sejam mitigados

contratualmente os Riscos de Juros. Tanto para os financiamentos de Project Financing, quanto para os financiamentos corporativos, é habitual que o endividamento seja contratado nominalmente a uma taxa variável, sendo utilizados, se for o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a instrumentos de dívida financeira e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

A sensibilidade da dívida do Grupo Elecnor diante das flutuações da taxa de juros, considerando os instrumentos de cobertura existentes (Notas 14 e 15), é a seguinte:

Exercício	Aumento/redução da taxa de juros (pontos básicos)	Milhares de euros	
		Efeito no resultado (antes de impostos)	Efeito no patrimônio (antes de impostos)
	+50	(2.611)	(2.611)
2016	-50	2.119	2.119

Exercício	Aumento/redução da taxa de juros (pontos básicos)	Milhares de euros	
		Efeito no resultado (antes de impostos)	Efeito no patrimônio (antes de impostos)
	+50	(1.588)	(1.588)
2015	-50	1.588	1.588

Outros riscos de preço-

Do mesmo modo, o Grupo está exposto ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente, estratégias de cobertura (ver nota 6 e 7).

Risco de liquidez-

Por outro lado, o Risco de Liquidez é atenuado aplicando a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro Nacional com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares a muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias por um limite e prazo suficientes para suportar as necessidades previstas.

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia e proficiência (CNMC), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, as empresas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, Ltda., Ventos dos Índios, S.A. e Ventos do Litoral Energia, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos com as companhias de distribuição elétrica brasileiras correspondentes, enquanto a Eoliennes de L'Érable tem assinado um contrato de venda de energia por um período de 20 anos com a companhia de distribuição elétrica em Quebec. Do mesmo modo, as sociedades brasileiras concessionárias de infraestruturas elétricas mantêm acordos de distribuição de energia com clientes altamente qualificados, o que, junto com as restrições impostas pelo próprio sistema de transmissão, afastam a possibilidade de insolvências.

Por sua vez, quanto às linhas de transmissão, mais especificamente as que prestam seus serviços no Brasil em regime de concessão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem a responsabilidade de coordenar as cobranças e pagamentos do sistema, e indica mensalmente à Concessionária as sociedades que deverão pagar-lhe: geradoras, grandes consumidoras e transmissoras conectadas ao sistema. Essas sociedades deverão depositar, antes de conectar-se ao sistema, uma garantia que será executada em caso de não pagamento, sendo imediatamente desconectadas do sistema e, neste momento, a obrigação de pagamento será distribuída entre o resto de usuários do sistema. Deste modo a concessionária tem a cobrança garantida pelo sistema elétrico nacional.

As linhas de transmissão do Chile pertencem ao sistema de transmissão troncal, onde o Centro de Despacho Económico de Carga do sistema correspondente, o CDEC-SIC (Sistema Interconectado Central) ou o CDEC-SING (Sistema Interconectado del Norte Grande), é o responsável por coordenar o fluxo de pagamentos dos geradores aos transmissores. A garantia de cobrança do sistema de transmissão troncal se sustenta

num protocolo pelo qual o CDEC, em caso de eventuais faltas de pagamento, desconecta do sistema o gerador incumpridor, distribuindo a obrigação de pagamento entre o resto de geradores usuários do sistema. A partir do exercício de 2017, o CDEC-SIC e o CDEC-SING se fusionarão com o Coordenador Elétrico Nacional, que assumirá as funções de regulação do sistema, distribuindo as obrigações de pagamento aos transmissores entre geradores e distribuidores.

Em uma conjuntura econômica como a atual, o Risco de Crédito continua sendo preponderante sobre os demais riscos financeiros. Perante esta situação, a Elecnor continua tomando todas as medidas que vem sendo adotadas para mitigar o mesmo e para realizar análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, incluindo análises individualizadas quando assim é exigido pelas operações, assumindo as correções valorativas por depreciação.

Risco Regulatório.

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados consolidadas.

5. DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração da ELECNOR, S.A. (Sociedade controladora do Grupo ELECNOR) proporá, em sua reunião do mês de março, tal como nos exercícios anteriores, a distribuição do resultado do exercício de 2016, estabelecendo nesse momento, portanto, a parte do mesmo que será destinada a dividendo complementar e a reservas voluntárias.

Nesse sentido, o Conselho de Administração da Sociedade controladora aprovou, em sua reunião de 16 de novembro de 2016, a distribuição de um dividendo por conta do exercício de 2016, no valor de €4.481.000, aproximadamente (€4.350.000, aproximadamente, em 2015) o qual foi registrado diminuindo o patrimônio líquido na rubrica "Dividendo por conta do exercício" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa, o qual foi creditado com data de 11 de janeiro de 2017.

Na Assembleia Geral de 18 de maio de 2016 foi distribuído um dividendo complementar no valor de €18.505.000 e relativo a um dividendo por ação de €0,26 euros, considerando o dividendo por conta do exercício de 2015 pago em janeiro de 2016 no valor de €4.350.000.

O balanço de previsão da Sociedade controladora, formulado de acordo com os requisitos legais (artigo 277 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola), que revela a existência de liquidez suficiente para a distribuição do dividendo, foi o seguinte:

SITUAÇÃO DO CIRCULANTE EM 31 DE OUTUBRO DE 2016 E 2015 (Excluídos os Estoques e Ajustes por Periodização)

	Milhares de euros	
	31.10.2016	31.10.2015
Valores realizáveis -		
Clientes	783.138	604.799
Outras contas	173.286	111.310
	956.424	716.109
Dívida no curto prazo -		
Fornecedores	265.965	259.938
Empréstimos no curto prazo	163.192	116.560
Outras contas	119.825	106.072
	548.982	482.570
Total circulante	407.442	233.539
Disponibilidade de numerário:		
Contas caixa/bancos (incluída moeda estrangeira)	50.572	28.802
Total disponibilidades	50.572	28.802
Dividendo bruto por conta proposto-		
(0,0515 euros por 87.000.000 de ações; 0,05 euros em 2015)	4.481	4.350
% sobre lucro líquido na data	16,32%	28,84%
% sobre saldo circulante + disponibilidades	0,98%	1,66%

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A NIIF 8 exige que os segmentos operativos sejam identificados com base na informação que a gerência da entidade utiliza para tomar decisões sobre questões relativas às operações. Neste sentido, os Administradores da Sociedade controladora consideram que os segmentos sobre os que deve informar, por constituírem a base sobre os quais o Grupo toma suas decisões para destinar recursos e cujos resultados de operação são revistos de forma regular pela máxima autoridade para avaliar seu rendimento, são os de Infraestruturas e Patrimonial. Do mesmo modo, em cada um destes mercados são obtidas receitas correspondentes às diferentes atividades que o Grupo desenvolve.

O segmento patrimonial engloba tanto a atividade de concessões quanto a de exploração de parques eólicos devido a que a evolução e o acompanhamento dos resultados gerados por ambas são medidos e geridos conjuntamente, bem como a tomada de decisões empresariais.

a) Informação sobre segmentos de operação-

Os ativos e passivos de uso geral, bem como os resultados gerados por eles, não foram objeto de atribuição ao resto de segmentos. Da mesma forma, não foram objeto de atribuição as rubricas de conciliação que surgem ao comparar o resultado de integrar as demonstrações financeiras dos diferentes segmentos de operação (que são elaboradas com critérios de gestão) com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR. Na informação assinalada a seguir estes elementos aparecerão sob a rubrica "Corporativos".

A informação relativa aos segmentos de operação é discriminada a seguir:

a) O detalhamento dos ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

Exercício de 2016

	Milhares de euros				Total em 31/12/2016
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	Intersegmentos	
Conta de resultados					
Valor líquido do volume de negócios	1.891.910	211.213	200	(68.187)	2.035.136
Resultado operacional	88.020	89.841	(11.106)	(27)	166.728
Receias financeiras	9.547	57.224	1.085	-	67.856
Despesas financeiras	(21.369)	(79.342)	-	-	(100.711)
Variación do valor justo de Instrumentos financeiros	736	(250)	-	-	486
Diferenças de câmbio	(960)	(5.986)	-	-	(6.946)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	(314)	-	-	-	(314)
Participação em ganhos líquidos de coligadas	4.902	(4.787)	2.095	-	2.210
Imposto sobre lucros	(27.571)	(18.370)	3.031	(663)	(43.573)
Resultados minoritários	-	(18.497)	-	1.226	(17.271)
Resultado consolidado sociedade controladora	52.989	19.834	(4.895)	537	68.465

Exercício de 2015

	Milhares de euros				Total em 31/12/2015
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	Intersegmentos	
Conta de resultados					
Valor líquido do volume de negócios	1.767.035	200.352	-	(86.244)	1.881.143
Resultado operacional	63.112	66.606	(4.540)	(745)	124.433
Receias financeiras	4.067	72.839	-	-	76.906
Despesas financeiras	(17.853)	(74.880)	-	-	(92.733)
Variación do valor justo de Instrumentos financeiros	(174)	-	-	-	(174)
Diferenças de câmbio	1.459	13.020	-	-	14.479
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	860	1.951	-	-	2.811
Participação em ganhos líquidos de coligadas	11.332	(8.294)	-	-	3.038
Imposto sobre lucros	(18.736)	(25.347)	5.499	157	(38.427)
Resultados minoritários	149	(24.820)	-	-	(24.671)
Resultado consolidado sociedade controladora	44.216	21.075	959	(588)	65.662

b) O detalhamento dos ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

Exercício de 2016

	Milhares de euros				Total em 31/12/2016
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	Intersegmentos	
Ativo-					
Imobilizado Tangível	150.374	1.132.462	-	(14.849)	1.267.987
Ativos Intangíveis	37.184	47.330	-	-	84.514
Impostos diferidos ativos	46.281	48.496	-	3.650	98.427
Estoques	11.751	3.196	-	-	14.947
Devedores	1.071.663	49.886	18.891	(203)	1.140.237
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	17.547	128.584	19.484	-	165.615
Ativos financeiros não circulantes	42.562	736.049	4.973	-	783.584
Ativos não circulantes mantidos para a venda	47.143	-	-	-	47.143
Resto de ativos (*)	209.088	108.743	15	(24)	317.822
Total Ativo	1.633.593	2.254.746	43.363	(11.426)	3.920.276
Passivo e Patrimônio-					
Dívida Financeira não circulante	25.771	874.107	307.050	-	1.206.928
Provisões para riscos e despesas	10.030	8.689	-	-	18.719
Receitas diferidas e subvenções	7.515	2.223	-	-	9.738
Outros Passivos não circulantes	8.595	11.049	-	-	19.644
Impostos diferidos passivos	11.135	75.908	-	341	87.384
Dívida Financeira circulante	143.691	125.036	2.332	-	271.059
Dívidas não Financeiras circulantes	1.194.021	99.994	15.314	(6.902)	1.302.427
Passivos não circulantes mantidos para a venda	24.337	-	-	-	24.337
Patrimônio líquido	108.221	1.052.631	500.043	(680.855)	980.040
Total Passivo	1.533.316	2.249.637	824.739	(687.416)	3.920.276

(*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

Exercício de 2015

	Milhares de euros				Total em 31/12/2015
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	Intersegmentos	
Ativo-					
Imobilizado Tangível	145.794	1.081.415	-	(27.327)	1.199.882
Ativos Intangíveis	38.784	54.113	-	936	93.833
Impostos diferidos ativos	35.318	36.994	2.366	5.755	80.433
Estoques	12.132	2.902	-	-	15.034
Devedores	1.010.606	53.416	10.526	(13.218)	1.061.330
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	15.970	91.203	16.873	586	124.632
Ativos financeiros não circulantes	11.522	479.211	94.346	-	585.079
Ativos não circulantes mantidos para a venda	4.058	-	-	-	4.058
Resto de ativos (*)	225.589	111.426	268	(26)	337.257
Total Ativo	1.499.773	1.910.680	124.379	(33.294)	3.501.538
Passivo e Patrimônio-					
Dívida Financeira não circulante	32.061	806.725	306.639	-	1.145.425
Provisões para riscos e despesas	7.147	4.557	-	-	11.704
Receitas diferidas e subvenções	6.920	6.762	-	-	13.682
Outros Passivos não circulantes	7.563	17.655	-	-	25.218
Impostos diferidos passivos	13.937	52.724	-	300	66.961
Dívida Financeira circulante	183.492	112.244	1.847	-	297.583
Dívidas não Financeiras circulantes	1.110.287	90.838	7.350	(7.881)	1.200.594
Patrimônio líquido	93.951	877.466	495.104	(726.150)	740.371
Total Passivo	1.455.358	1.968.971	810.940	(733.731)	3.501.538

(*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

b) Informação sobre produtos e serviços-

As atividades nas quais o Grupo Elecnor opera são:

- Eletricidade
- Instalações
- Gás
- Geração de Energia
- Ferrovias
- Construção
- Meio Ambiente e Água
- Infraestruturas de Telecomunicações
- Sistemas de Telecomunicações
- Manutenção

A geração de energia elétrica (enquadrada no setor de Geração de Energia) através de parques eólicos e usinas termossolares, principalmente, é um dos negócios do Grupo ELECNOR que é realizado através do subgrupo Enerfin, no que respeita aos parques eólicos, e da Celeo Termosolar, S.L. (Subgrupo Celeo), no que se refere às usinas termossolares. Ambas as atividades se encontram enquadradas no segmento patrimonial.

A atividade de geração elétrica das sociedades controladas espanholas integradas no Grupo ELECNOR está regulada pela Lei 24/2013 de 26 de dezembro que derroga a Lei 54/1997, de 27 de novembro, do setor elétrico, bem como pelas disposições regulamentares posteriores que desenvolvem a mesma.

Com data de 28 de dezembro de 2012 foi publicada a Lei 15/2012, de 27 de dezembro, de medidas fiscais para a sustentabilidade energética, a qual estabelece um novo imposto sobre o valor da produção de energia elétrica que onera a realização de atividades de produção e incorporação ao sistema elétrico de energia elétrica no sistema elétrico espanhol. A base tributável do imposto é constituída, portanto, pelo valor total que corresponder ao contribuinte receber pela produção e incorporação ao sistema de energia elétrica no período tributário, que coincide com o ano civil, sendo a alíquota de 7% sobre a mesma.

Esta lei também estabelece, em seu dispositivo final primeiro, uma alteração na Lei 54/1997, em virtude da qual a energia elétrica imputável à utilização de um combustível numa instalação de geração que utilizar como energia primária alguma das energias renováveis não consumíveis, não será objeto de regime econômico primado, aspecto pelo qual poderiam ser afetadas as usinas termossolares que o Grupo está construindo.

Com data de 2 de fevereiro de 2013 foi publicado o Real Decreto-lei 2/2013, de 1º de fevereiro, de medidas urgentes no sistema elétrico e no setor financeiro que contemplou, entre outras questões, as seguintes:

- Com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, a atualização das remunerações, tarifas e prêmios recebidos pelos sujeitos do sistema elétrico e que até a entrada em vigor deste Real Decreto-lei fosse calculada de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), passaria a ser calculadas em virtude do Índice de Preços ao Consumidor a impostos constantes sem alimentos não elaborados nem produtos energéticos.
- Também é alterado o Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial, de forma que é estabelecida uma fórmula única de remuneração para as instalações de regime especial: é estabelecido que essa remuneração seja realizada sob a fórmula de tarifa regulada, salvo se o titular da instalação decidir receber apenas o preço de mercado (sem prêmio). É eliminada, portanto, a opção "pool" mais prêmio, sistema utilizado habitualmente neste tipo de instalações.

Com data de 13 de julho de 2013 foi aprovado o Real Decreto-Lei 9/2013, de 12 de julho, pelo qual são tomadas medidas urgentes para garantir a estabilidade financeira do sistema elétrico que contempla, entre outras questões, as seguintes:

- É anunciado que o Governo é habilitado para aprovar um novo regime jurídico e econômico para as instalações de produção de energia elétrica existentes a partir de fontes de energia renovável, cogeração e resíduos. Assim, é alterado o artigo 30.4 da Lei 54/1997, de 27 de novembro, do Setor Elétrico para introduzir os princípios concretos sobre os que esse regime será articulado, com o fim de limitar a margem de atuação do Governo no desenvolvimento dos regimes de remuneração para estas instalações. Este será baseado no recebimento das receitas derivadas da participação no mercado, com uma remuneração adicional que, em caso de ser necessário, cubra aqueles custos de investimento que uma empresa eficiente e bem administrada não recupere no mercado. Neste sentido, conforme a jurisprudência comunitária entender-se-á por empresa eficiente e bem administrada aquela empresa dotada dos meios necessários para o desenvolvimento de sua atividade, cujos custos são os de uma empresa eficiente nessa atividade e considerando as receitas correspondentes e um lucro razoável pela realização de suas funções.
- Para o cálculo da remuneração específica será considerada uma instalação-tipo, as receitas pela venda da energia gerada avaliada pelo preço do mercado de produção, os custos de exploração médios necessários para realizar a atividade e o valor do investimento inicial da instalação-tipo, tudo isso para uma empresa eficiente e bem administrada. Deste modo é instaurado um regime de remuneração sobre parâmetros padrões em função das diferentes instalações-tipo que forem estabelecidas.
- Para articular este novo regime se procede à derrogação do artigo 4 do Real Decreto-lei 6/2009, de 30 de abril, pelo qual são tomadas determinadas medidas no setor energético e é aprovado o bônus social, do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial e do Real Decreto 1578/2008, de 26 de setembro, de remuneração da atividade de produção de energia elétrica mediante tecnologia solar fotovoltaica para instalações posteriores à data limite de manutenção da remuneração do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, para essa tecnologia. No entanto, com o fim de manter tanto os fluxos de remunerações para as instalações quanto o resto de procedimentos, direitos e obrigações, dispõe-se que o que está previsto nas normas citadas será aplicável, salvo certos pormenores, com caráter transitório enquanto não tiver sido aprovado o desenvolvimento regulamentar do presente Real Decreto-Lei.
- Deste modo, as instalações serão objeto, se for o caso, de uma liquidação por conta, ao abrigo deste regime transitório e, posteriormente, após serem aprovados os dispositivos normativos necessários para a aplicação do novo regime econômico, serão submetidas à regularização correspondente pelos direitos de cobrança ou obrigações de pagamentos decorrentes da aplicação da nova metodologia, com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei.
- Por conseguinte, mesmo quando for fixada a efetividade dos dispositivos normativos de remunerações que forem aprovados com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei, a norma outorga a necessária previsibilidade aos agentes já que estabelece o mecanismo de remuneração, com participação no mercado e cobrança de uma remuneração do investimento, e determina, além disso, a taxa de rentabilidade razoável para a instalação-tipo.
- Por outra parte, para aquelas instalações que na entrada em vigor do presente real decreto-lei tiverem direito ao regime econômico primado, é determinada uma rentabilidade, antes de impostos, que girará sobre o rendimento médio dos últimos dez anos das Obrigações do Tesouro Nacional a dez anos, no mercado secundário, aumentada em 300 pontos básicos, e que em qualquer caso poderá ser revista aos seis anos.

Do mesmo modo, com data de 10 de junho de 2014, é publicado o RD 403/2014 de 6 de junho de 2014 pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos. Posteriormente, com data de 21 de junho de 2014, é publicada a Portaria IET/1045/2014, de 16 de junho, pela qual são aprovados "os parâmetros de remunerações das instalações-tipo" aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos. Atualmente, está pendente de aprovação a nova ordem pela qual são atualizados os parâmetros retributivos das instalações-tipo para o período 2017-2019.

De acordo com o referido, e considerando que o objetivo do Governo era reduzir os prêmios ao setor de energias renováveis, o Grupo Elecnor

recalculou os fluxos futuros de todos os ativos ligados à referida norma, ao considerar que podia ser um indício de deterioração dos mesmos. Por outro lado, os parques eólicos situados no Brasil e no Canadá têm assinados contratos de compra e venda de energia elétrica, durante um período de 20 anos, com diversos compradores (Eletrobras, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Hydroquebec), sendo que estes contratos foram assinados no marco dos programas desenvolvidos pelo Governo Federal do Brasil. Os Administradores consideram que não existem outras regulações sobre energias renováveis que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

c) Informação geográfica-

A seguir detalhamos, para os países mais significativos, as receitas ordinárias provenientes de clientes externos e os ativos não correntes que não são instrumentos financeiros, correspondentes a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Receitas ordinárias

País	Milhares de euros	
	2016	2015
Espanha	915.826	851.500
Brasil	205.983	171.811
Angola	82.624	56.961
EUA	143.869	127.230
Austrália	1.921	86.821
Chile	104.583	70.362
México	138.883	54.117
Outros	441.447	462.341
	2.035.136	1.881.143

Ativos não circulantes

País	2016		
	Milhares de euros		
	Imobilizado intangível	Fundo de comércio	Imobilizado tangível
Canadá	-	-	218.086
Brasil	334	-	357.864
Chile	75	-	431.790
Portugal	-	4.227	-
Reino Unido	53	5.690	97
EUA	683	329	10.827
Espanha	51.235	15.347	230.917
Resto	27	6.514	18.406
	52.407	32.107	1.267.987

Ativos não circulantes

País	2015		
	Milhares de euros		
	Imobilizado intangível	Fundo de comércio	Imobilizado tangível
Canadá	-	-	216.104
Brasil	67	-	289.986
Chile	78	-	350.962
Portugal	-	4.385	-
Reino Unido	81	5.690	197
EUA	855	331	11.128
Espanha	58.941	21.945	304.815
Resto	439	1.021	26.690
	60.461	33.372	1.199.882

7. FUNDO DE COMÉRCIO

A seguir é apresentado o detalhamento do saldo da rubrica “Ativo intangível – Fundo de comércio” das demonstrações da situação financeira consolidadas dos exercícios de 2016 e 2015, em função das sociedades que as originam, bem como o movimento ao longo dos referidos exercícios:

	Milhares de euros							
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Saldo em 31/12/2015	Adições	Deterioração (Nota 21)	Transferências para ativos não circulantes para a venda	Outros	Saldo em 31/12/2016
Sociedades consolidadas por consolidação global:								
Parques eólicos:								
- Eólicas Páramo de Poza, S.A.	1.104	-	1.104	-	(591)	-	-	513
- Galicia Vento, S.L.	8.702	-	8.702	-	-	-	-	8.702
- Aerogeneradores del Sur, S.A.	3.630	-	3.630	-	-	-	-	3.630
- Bulgana Wind Farm Pty LTD	85	-	85	264	-	-	-	349
Outros negócios:								
- Deimos Space, S.L.U.	158	-	158	-	-	-	-	158
- Deimos Engenharia, S.A.	4.227	-	4.227	-	-	-	-	4.227
- Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	1.932	-	1.932	-	-	-	-	1.932
- Hidroambiente, S.A.U.	388	-	388	-	-	-	-	388
- Instalaciones y Proyectos de Gas, S.A.U. (*)	1.031	-	1.031	-	-	-	-	1.031
- Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.	1.125	-	1.125	-	-	-	-	1.125
- Zaragoza 2005, S.L.U.	290	-	290	-	-	-	-	290
- Ditra Cantabria, S.A.U.	2.096	-	2.096	-	-	-	-	2.096
- Jomar Seguridad, S.L.U.	1.647	-	1.647	-	-	-	-	1.647
- Belco Elecnor Electric, Inc.	281	50	331	-	-	-	(2)	329
- IQA Operations Group Limited	5.690	-	5.690	-	-	-	-	5.690
- Barcaldine Remote Community Solar Farm Pty LTD	-	936	936	-	-	(936)	-	-
	32.386	986	33.372	264	(591)	(936)	(2)	32.107

(*) Sociedade fusionada com a Elecnor, S.A.

Tal como é indicado na Nota 3.b o Grupo avalia anualmente a deterioração de seus fundos de comércio.

As unidades geradoras de numerário, consideradas para efeitos dos correspondentes testes de deterioração dos fundos de comércio, incluídos no quadro anterior, são identificadas com as próprias sociedades às quais foram atribuídos os mesmos já que, e com caráter geral, essas sociedades são configuradas como entidades monoprojeto.

O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado diminuído pelos custos de venda e o valor de uso, entendendo este como o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, aprovados pela Diretoria e considerados razoáveis. Para o cálculo do valor de uso as hipóteses utilizadas incluem as taxas de desconto, taxas de crescimento e alterações esperadas nos preços de venda e nos custos. Os Administradores da Sociedade controladora estimam as taxas de desconto que registram o valor do dinheiro no tempo e os riscos associados à unidade geradora de numerário.

Em particular, e em relação aos testes de deterioração dos fundos de comércio atribuídos a parques ou projetos eólicos situados na Espanha, os quais são feitos considerando o valor dos mesmos conjuntamente com o valor registrado dos ativos imobilizados correspondentes, que ascende a €101.000.000 (€189.000.000 em 2015) (Nota 9), as estimativas relativas ao volume de negócios são realizadas tendo em conta as previsões setoriais em relação ao preço pool e a legislação aplicável (Nota 6.b), considerando aumentos anuais de acordo com uma estimativa prudente da evolução do índice de preços, bem como os níveis de produção médios obtidos em exercícios anteriores ou estimados pelos estudos realizados para tal efeito por peritos independentes. As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração de 2016 e 2015 foram as seguintes:

- Receitas: com base em estimativas internas e, se for o caso, em fontes externas. O preço pool aplicado para o ano de 2017 foi estimado em 42,11 €/MWh.
- Taxa de desconto: 5,54% (*).
- Período das projeções: 20/25 anos, em função da vida útil do imobilizado (nota 3.h).

(*) Taxa após o efeito fiscal devido a que neste tipo de projetos o componente fiscal é muito significativo, e uma variável fundamental na hora de tomar a decisão de investir. Nestes testes foram empregados fluxos líquidos de impostos.

Dos resultados obtidos nesses testes, bem como nas análises de sensibilidade realizadas pela Diretoria, revelou-se uma deterioração de 591.000 euros no fundo de comércio registrado na sociedade controlada Eólicas Paramo de Poza, S.A.

Do mesmo modo, das análises de sensibilidade realizadas pela Diretoria, que incluem variações em função dos desvios ocorridos nas principais estimativas do exercício anterior, também não foi deduzida nenhuma depreciação.

Por outro lado, e em relação aos testes de deterioração do resto dos fundos de comércio, que em todo caso não são significativos, as taxas de desconto utilizadas se situam, em todos os casos, acima de 7%. As taxas de crescimento e as variações em preços e custos se baseiam nas previsões internas e setoriais e na experiência e expectativas futuras, respectivamente, não sendo, em geral, superiores a 5%. Nos casos em que estes cálculos contemplam a estimativa de uma renda perpétua se considera um crescimento de 2%.

Nessas análises também não foi observada nenhuma deterioração adicional.

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	Milhares de euros					Total
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial	Aplicativos informáticos	Concessões administrativas	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 01/01/2015	1.863	3.024	8.154	56.304	27.507	96.852
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(881)	-	(139)	-	406	(614)
Adições	121	45	800	31	-	997
Baixas	(19)	-	(163)	-	-	(182)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	142	6	-	(4)	144
Saldo em 31.12.2015	1.084	3.211	8.658	56.335	27.909	97.197
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	-	(5.006)	-	(5.006)
Adições	135	-	1.712	151	-	1.998
Baixas	-	(142)	(334)	-	(402)	(878)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	138	98	-	-	236
Saldo em 31/12/2016	1.219	3.207	10.134	51.480	27.507	93.547
Amortização Acumulada -						
Saldo em 01/01/2015	1.403	1.756	6.629	14.890	6.803	31.481
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(689)	-	(113)	-	-	(802)
Dotações (Nota 21)	124	497	767	2.770	1.973	6.131
Baixas	(19)	-	(120)	-	-	(139)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	19	46	-	-	65
Saldo em 31/12/2015	819	2.272	7.209	17.660	8.776	36.736
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	-	(1.244)	-	(1.244)
Dotações (Nota 21)	133	241	1.005	2.573	1.973	5.925
Baixas	-	(27)	(283)	-	-	(310)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	30	3	-	-	33
Saldo em 31/12/2016	952	2.516	7.934	18.989	10.749	41.140
Total Outros Ativos Intangíveis, líquidos	267	691	2.200	32.491	16.758	52.407

O capítulo "Outros ativos intangíveis" do quadro anterior inclui um valor bruto de €27.507.000, correspondente ao valor justo estimado dos contratos com as administrações públicas para a manutenção e conservação de rodovias da sociedade controlada Audeca, S.L.U. na data de aquisição da mesma por parte do Grupo ELECNOR, o que aconteceu em 2010. O Grupo amortiza este ativo num período de 15 anos, que é o período médio de duração estimado dos referidos contratos, com base na experiência histórica e tendo em conta as respectivas renovações. A amortização dos exercícios de 2016 e 2015 por este título ascendeu a €1.973.000, aproximadamente e respectivamente.

Dentro do capítulo de "Concessões administrativas" estão registrados, no valor de €32.282.000 (€34.842.000 em 2015), aproximadamente, correspondente à estimativa do seu valor justo (calculado com base no valor justo da contraprestação entregue, que é a construção), líquido das respectivas amortizações, os investimentos realizados em diferentes centrais de tratamento de águas cuja construção e exploração é feita em regime de concessão, em virtude das respectivas concessões administrativas conferidas pelo Instituto Aragonés del Agua. Através dessas concessões, o Grupo ELECNOR explora as mencionadas centrais de tratamento de águas obtendo suas receitas em função do volume de m³ de água que depurar. Em 31 de dezembro de 2016 estão sendo exploradas todas as centrais de tratamento de águas, e a duração das concessões é de 20 anos.

Durante a fase de exploração, o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos por parte do Instituto Aragonés del Agua para os correspondentes exercícios será realizado através da aprovação das relações avaliadas que mensalmente sejam emitidas, e da apresentação de faturas, sobre a base das tarifas estabelecidas, as quais poderão ser objeto de revisão ao longo da vida do contrato. Não há revisão de preços em relação ao preço de construção das instalações.

O concessionário terá a seu cargo a gestão das centrais de tratamento de águas, devendo zelar, em todo momento, pelo bom funcionamento das mesmas. Em caso de interrupção dos serviços das centrais de tratamento de águas, o concessionário deverá restaurá-los com a maior diligência, sem que tenha direito de cobrar nenhuma tarifa pela instalação afetada durante o período da interrupção.

A concessão será considerada extinta por cumprimento quando decorrer o prazo inicialmente estabelecido ou, se for o caso, o que resultar das prorrogações ou reduções que tiverem sido acordadas. O concessionário ficará obrigado a entregar à Administração concedente, em bom estado de conservação e uso e de forma gratuita, as obras incluídas na concessão, bem como os bens e instalações necessários para sua exploração.

No exercício de 2016, as receitas geradas por estas concessões ascenderam a €6.433.000 (€6.575.000 no exercício de 2015), aproximadamente, as quais se encontram registradas na rubrica "Valor líquido do volume de negócios" da conta de resultados consolidada anexa.

Os valores dos ativos intangíveis em exploração, totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, ascendem a aproximadamente €9.820.000 e €6.692.000, respectivamente.

9. IMOBILIZADO TANGÍVEL

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	Milhares de euros								
	Terrenos	Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	Aparelhos e Ferramentas	Móveis e Utensílios	Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	Elementos de Transporte	Outro Imobilizado	Imobilizado em andamento	Total
CUSTO:									
Saldo em 1 de janeiro de 2015	24.705	1.285.932	17.694	8.143	20.812	18.625	4.254	285.336	1.665.501
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	406	(9.989)	-	(32)	(46.445)	-	(123)	674	(55.509)
Adições	-	57.586	2.670	1.049	1.912	7.492	5.118	130.443	206.270
Baixas	(88)	(14.590)	(4.122)	(494)	(459)	(1.058)	(396)	(450)	(21.657)
Transferências	-	293.026	(3.014)	(261)	38.151	(1.492)	1.229	(294.970)	32.669
Diferenças de conversão (Nota 13)	(152)	(140.508)	607	(165)	(302)	(345)	(117)	10.451	(130.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	24.871	1.471.457	13.835	8.240	13.669	23.222	9.965	131.484	1.696.743
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(89.707)	-	-	(56)	-	-	-	(89.763)
Adições	20	23.163	3.951	1.543	1.437	4.211	986	106.053	141.364
Baixas	(3)	(3.370)	(2.432)	(627)	(966)	(1.153)	(302)	(243)	(9.096)
Transferências	2.024	77.673	71	177	(226)	-	(3.564)	(77.503)	(1.348)
Transferências para Ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 3.a)	(402)	-	-	-	-	-	-	(39.642)	(40.044)
Diferenças de conversão (Nota 13)	521	133.969	114	295	369	443	(96)	4.155	139.770
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.031	1.613.185	15.539	9.628	14.227	26.723	6.989	124.304	1.837.626
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA:									
Saldo em 1 de janeiro de 2015	-	417.478	5.389	5.478	16.192	11.205	1.610	-	457.352
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(1.016)	-	(22)	(9.296)	-	(79)	-	(10.413)
Dotações (Nota 21)	-	54.346	316	712	2.219	3.161	682	-	61.436
Baixas	-	(14.504)	(10)	(449)	(473)	(513)	(208)	-	(16.157)
Transferências	-	38.393	(2.969)	(14)	51	(75)	1.594	-	36.980
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	(33.554)	(26)	(124)	(170)	(560)	41	-	(34.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	461.143	2.700	5.581	8.523	13.218	3.640	-	494.805
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(24.972)	-	-	(56)	-	-	-	(25.028)
Dotações (Nota 21)	-	62.078	785	880	1.487	3.960	899	-	70.089
Baixas	-	(2.848)	(235)	(460)	(576)	(1.073)	(8)	-	(5.200)
Transferências	-	(4.980)	-	(112)	(70)	-	85	-	(5.077)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	32.948	121	212	237	542	(19)	-	34.041
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	523.369	3.371	6.101	9.545	16.647	4.597	-	563.630
DETERIORAÇÃO									
Saldo em 1 de janeiro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dotações	-	2.056	-	-	-	-	-	-	2.056
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	2.056	-	-	-	-	-	-	2.056
Transferências	1.278	2.675	-	-	-	-	-	-	3.953
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.278	4.731	-	-	-	-	-	-	6.009
Custo líquido, em 31 de dezembro de 2016	25.753	1.085.085	12.168	3.527	4.682	10.076	2.392	124.304	1.267.987

A rubrica "Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria" inclui, principalmente, o valor bruto e a amortização acumulada dos parques eólicos em funcionamento que foram construídos em exercícios anteriores, bem como das linhas de transmissão no Chile que começaram a ser exploradas em 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Imobilizado em andamento” do quadro anterior inclui, principalmente, os investimentos realizados nos anos de 2016 e 2015 nas linhas de transmissão no Chile no valor aproximado de 118 milhões de euros, cuja data estimada de implementação é fevereiro de 2018.

As principais adições de imobilizado tangível do exercício de 2016 corresponderam aos mencionados investimentos realizados em linhas de transmissão no Chile, cuja data estimada de implementação é fevereiro de 2018, bem como a construção de um parque fotovoltaico na Austrália. As retiradas de imobilizado por variação do perímetro de consolidação em 2016 correspondem, na sua totalidade, aos investimentos em parques eólicos da sociedade controlada Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U. e de suas sociedades controladas, a qual foi vendida para um terceiro no presente exercício (Nota 2.g)

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2016 foi transferido para a rubrica “Ativos não correntes mantidos para a venda” os mencionados investimentos realizados para a construção de um parque fotovoltaico na Austrália através da sociedade controlada Barcaldine Remote Community Solar Farm Pty, Ltd, a qual se encontrava em processo de venda na mencionada data (Nota 3.a e 31).

As principais adições do imobilizado tangível do exercício de 2015 correspondem aos investimentos em equipamentos necessários para a construção e implementação de um gasoduto no Peru no valor de €10.000.000, e os investimentos em linhas de transmissão de energia elétrica no Chile no valor aproximado de €24.000.000.

O valor de ativos tangíveis destinados à garantia do cumprimento de determinados empréstimos bancários ascende, antes de amortizações, em 31 de dezembro de 2016 a €1.068.000.000 (€1.490.000.000 em 2015), aproximadamente, a maioria decorrentes de projetos eólicos empreendidos por empresas do Grupo (Nota 14).

Os escritórios utilizados pelo Grupo no desenvolvimento de sua atividade, com exceção dos adquiridos no exercício de 2007 mediante um contrato de leasing, referem-se, na maior parte, a espaços comerciais alugados.

O valor do imobilizado tangível do Grupo que, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, está totalmente amortizado e em uso, ascende a €69.717.000 e a €61.725.000, respectivamente. Desses valores, €55.948.000 e €51.917.000, respectivamente, correspondem à Sociedade controladora. O detalhamento por natureza do imobilizado tangível da Sociedade controladora totalmente amortizado no encerramento de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	51.070	47.243
Móveis e Utensílios	1.568	1.317
Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	2.836	2.862
Elementos de Transporte	474	495
	55.948	51.917

A política do Grupo é formalizar apólices de seguro para cobrir os possíveis riscos a que estão sujeitos os diversos elementos de seu imobilizado tangível, bem como as possíveis reclamações que possam ser apresentadas pelo exercício de sua atividade, entendendo que essas apólices cobrem suficientemente os riscos aos que estão submetidos.

10. INVESTIMENTOS CONTABILIZADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 as participações em empresas coligadas do Grupo ELECNOR que foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 2.f) são as seguintes:

Sociedade	Milhares de euros	
	2016	2015
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	119	144
Consortio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L.	-	68
Parque Eólico Gaviota, S.A.	181	334
Jauru Transmissora de Energia, S.A.	24.194	18.221
Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	37.212	28.201
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	4.934	4.818
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. de C.V.	13.762	9.901
Dioxipe Solar, S.L.	25.490	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	36.880	43.770
Brilhante Transmissora de Energia, S.A. II	4.752	3.350
Morelos O&M, SAPI de C.V.	177	-
Morelos EPC, SAPI de C.V.	17.914	15.825
	165.615	124.632

Os movimentos efetuados nos exercícios de 2016 e de 2015 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada foram os seguintes:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	124.632	75.259
Resultado do exercício	2.210	3.038
Aumentos de capital	60.870	120.931
Diferenças de conversão	14.111	(14.762)
Dividendos cobrados	(2.989)	(1.007)
Varição do perímetro de consolidação	122	5.447
Varição valor justo decorrente de cobertura (líquida de efeito tributário)	(1.249)	6.250
Outros movimentos	57	34
Transferência para ativos financeiros (*)	(32.149)	(72.995)
Transferência para ativos financeiros (**)	-	2.437
Saldo no fim do exercício	165.615	124.632

(*) Reclasseificação da deterioração registrada em 31 de dezembro de 2016 nos créditos concedidos à Dioxipe Solar, S.L. em consequência da capitalização do empréstimo participativo (Nota 11) (no exercício de 2015 essa reclasseificação se refere aos créditos da Aries Solar Termoeléctrica, S.L.).

(**) No exercício de 2015, quando o valor da quota chegou a zero, as perdas da sociedade participada foram consideradas menor valor dos outros ativos financeiros que fazem parte do investimento líquido da referida participada (Nota 11).

No Anexo IV são apresentados os principais valores das sociedades multigrupo.

Os aumentos de capital do exercício de 2016 correspondem, principalmente, ao aumento de capital social com prêmio de emissão aprovado pela sociedade Diosipe Solar, S.L. no valor total de €103.000.000, sendo subscrito pela Sociedade 55,7% do mesmo.

Os aumentos de capital do exercício de 2015 correspondiam, principalmente, ao aumento de capital social com prêmio de emissão aprovado pela sociedade Aries Solar Termoeléctrica, S.L. no valor total de €211.000.000, sendo subscrito pela Sociedade 55,7% do mesmo.

As variações no perímetro de consolidação do exercício de 2015 correspondem integralmente à integração por equivalência patrimonial da sociedade Morelos EPC SAPI de CV.

Por outro lado, no exercício de 2016 a valorização do real brasileiro em relação ao euro significou um aumento do patrimônio líquido das sociedades brasileiras avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no processo de conversão das suas demonstrações financeiras em moeda funcional do Grupo (diminuição do patrimônio líquido pela depreciação do real brasileiro no exercício de 2015) (Notas 2.c e 2.f).

No exercício de 2010, o Grupo adquiriu 55% das sociedades controladas Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L., cujo objeto social consiste na construção e na exploração de três usinas termossolares de tecnologia cilindro-parabólica em Extremadura e em Castilla La Mancha. No referido exercício também foram assinados diversos acordos entre os sócios das mesmas, os quais regulavam suas relações como sócios, suas relações com as próprias sociedades, a gestão e a administração das mesmas, bem como os diferentes aspectos do desenvolvimento dos projetos e suas fases posteriores. Em particular, eram estabelecidas uma série de matérias reservadas sobre as quais qualquer decisão a tomar exige unanimidade.

As matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas exige a unanimidade de todos os sócios da Assembleia Geral, são as seguintes:

- a) Devolução do Prêmio, aumento ou redução de capital social, alterações dos estatutos e, em particular, a aprovação de quaisquer cláusulas em matéria de restrições à transmissão de participações,
- b) Fusão, cisão, transformação, dissolução, cessão global de ativos e passivos e disposição de uma parte substancial dos ativos,
- c) Participação em qualquer joint venture, sociedade ou associação, ou a aquisição de qualquer participação no capital social ou dos ativos e negócios de qualquer outra sociedade,
- d) Celebração, alteração, modificação e/ou finalização de quaisquer contratos assinados com os sócios ou sociedades que façam parte de seu Grupo, ou a aprovação de qualquer operação com entidades vinculadas às anteriores,
- e) Aprovação da concessão aos sócios, ou entidades relacionadas, de empréstimos, penhores ou garantias de qualquer tipo,
- f) Alteração do número de conselheiros,
- g) Nomeação ou cessação de auditores,
- h) Alteração da política de maximização de distribuições aos sócios,
- i) Acordos relativos a decisões fundamentais do Projeto sobre qualquer alteração de atividade, assinatura de qualquer operação, contrato ou operação que altere a natureza do negócio ou o âmbito do Projeto ou o altere de forma substancial, e o abandono do Projeto, bem como a celebração de qualquer contrato que não se refira à atividade habitual, ou que não seja realizada no decorrer habitual do negócio da Sociedade,
- j) Alteração do regime fiscal,
- k) Acordos relativos à assinatura do Financiamento do Projeto e a qualquer possível refinanciamento, e
- l) Alteração dos termos dos contratos de crédito que constituam o Financiamento do Projeto que afetem a TIR sobre o Investimento da Data de Encerramento Financeiro ou as garantias do Financiamento, ou a rescisão desses contratos.

No que diz respeito às matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas por parte dos Administradores do Conselho de Administração deve ser unânime, estas seriam as seguintes:

- a) Concessão de empréstimos, créditos ou qualquer outra forma de financiamento ou a prestação de qualquer garantia a um terceiro,
- b) Assunção de qualquer endividamento, e a outorga de garantias diferentes das exigidas pelos fornecedores correntes,
- c) Aprovação do Plano de Negócio e o primeiro Orçamento de Exploração,
- d) Aprovação do Orçamento de Exploração quando este comportar um aumento de despesas totais que ultrapasse 10% do orçamento do exercício anterior,
- e) Outorga de procurações relativas a matérias reservadas,
- f) Alteração de contratos de financiamento relativos ao Financiamento do projeto,
- g) Constituição de filiais ou aquisição de ações em outras sociedades,
- h) Aumentos do Capital Social,
- i) Outorga do Certificado de Aceitação Provisória e Definitiva da estação, conforme o contrato EPC, aprovação de waivers e variações do contrato EPC, O&M e/ou "Owner's Engineering".

Dada a natureza das matérias reservadas, e dos regimes de maiorias estabelecidos para a tomada de deliberações relativa às mesmas, o GRUPO ELECNOR considerou, de acordo com os princípios de consolidação descritos na Nota 2.f, que a participação nestas sociedades deve ser qualificada como um negócio conjunto, e em particular como entidades controladas em conjunto; por isso, essas participações foram consolidadas conforme o método de equivalência patrimonial. Na data de formulação destas demonstrações financeiras consolidadas, as três usinas termossolares nas quais estes projetos são concretizados estão em funcionamento.

A seguir é apresentado um quadro com os principais valores destas sociedades em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	
	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.
Ativos:		
Imobilizado tangível	243.363	445.904
Outros ativos não circulantes	25.376	53.076
Ativo circulante	8.928	16.737
Passivos:		
Dívida financeira lp y cp (*)	239.107	452.326
Empréstimos participativos	-	125
Outros passivos não circulantes	2.078	12.338
Outros passivos circulantes	8.915	7.886
Ajustes por alterações de valor	(29.704)	(60.691)
Resultado do exercício	(6.911)	(12.813)

(*) Inclui os passivos referentes às avaliações dos derivativos de taxa de juros em 31 de dezembro de 2016.

	2015	
	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.
Ativos:		
Imobilizado tangível	254.033	466.629
Outros ativos não circulantes	24.958	51.243
Ativo circulante	7.392	14.721
Passivos:		
Dívida financeira lp y cp (*)	243.614	457.659
Empréstimos participativos	56.315	119
Outros passivos não circulantes	41.103	11.366
Outros passivos circulantes	13.522	4.622
Ajustes por alterações de valor	(29.132)	(57.717)
Resultado do exercício	(12.049)	(16.199)

(*) Inclui os passivos referentes às avaliações dos derivativos de taxa de juros em 31 de dezembro de 2015.

Tal como foi comentado, a atividade das sociedades coligadas Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L. consiste na exploração de três usinas termossolares de tecnologia cilindro-parabólica.

O Grupo analisou o impacto das alterações regulatórias ocorridas no exercício de 2012 nas referidas sociedades coligadas, revendo em 2013 as projeções financeiras desses projetos, e realizando os respectivos testes de deterioração das imobilizações tangíveis dos mesmos, considerando tanto a situação regulatória do momento quanto as diferentes incertezas existentes em relação ao desenvolvimento e futuro desempenho do setor.

Todas as hipóteses e estimativas realizadas pelos administradores em relação aos testes de deterioração das participações nas Sociedad Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L., registram os valores contemplados na Portaria IET/1045/2014, pela qual são aprovados os parâmetros retributivos das instalações-tipo, aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos.

As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração de 2016 e 2015 foram as seguintes:

Período das projeções: 25 anos.

Receitas: Geração conforme os relatórios do setor para esse tipo de usinas.

Taxa de desconto: 5,54% (*)

(*) Taxa após o efeito fiscal devido a que neste tipo de projetos o componente fiscal é muito significativo, e uma variável fundamental na hora de tomar a decisão de investir. Nestes testes foram empregados fluxos líquidos de impostos.

Os projetos termossolares em que o Grupo teve participação estão sujeitos a uma regulação que garante uma rentabilidade razoável de projeto para uma empresa eficiente e bem administrada, até determinado valor de investimento inicial.

Visando manter no tempo esta rentabilidade razoável, a retribuição regulatória é construída sobre o rendimento médio das Obrigações do Estado a dez anos no mercado secundário, acrescida de um diferencial. Assim, as variações no custo de capital são transferidas para as receitas esperadas, de modo que essas variações no custo de capital não afetam o valor recuperável.

Adicionalmente, existem determinadas obrigações assumidas pelas entidades acreditadas cujo descumprimento poderia ser causa de resolução antecipada obrigatória dos referidos empréstimos. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora, essas obrigações foram cumpridas no exercício de 2016 para a maior parte dos financiamentos, e não se esperam eventuais incumprimentos das mesmas no futuro.

A respeito disso, o acordo de reestruturação formalizado pela Aries Solar Termoeléctrica, S.L. registra o compromisso de amortizar antecipadamente 31 milhões de euros num prazo de 5 anos, de acordo com o calendário a seguir (valor acumulado em cada exercício), tendo sido amortizado um valor total de 11,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016:

Exercício	Milhares de Euros
2015	2.500
2016	8.180
2017	14.880
2018	22.320
2019	31.000

Nos Anexos I e III é incluída uma relação das participações em empresas coligadas e negócios conjuntos na qual é detalhada a informação legal e financeira mais significativa das mesmas.

11. ATIVOS FINANCEIROS NÃO CIRCULANTES

O detalhamento dos instrumentos financeiros não circulantes diferentes das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial é o seguinte:

	Ativos financeiros disponíveis para a venda		Empréstimos e contas a receber				Total
	Participações líquidas no capital	Instrumentos derivativos de ativo (Nota 15)	Empréstimos no longo prazo (Nota 26)	Empréstimo ao pessoal	Concessões administrativas	Outros ativos não circulantes	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.009	3.415	83.102	29	576.133	62.631	731.319
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(1.683)	-	-	-	-	-	(1.683)
Adições	609	7.736	5.273	-	38.799	10.895	63.312
Baixas	(534)	(3.054)	-	(5)	-	(9.290)	(12.883)
Transferências (Nota 10)	-	-	(32.722)	-	-	-	(32.722)
Deterioração	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão	-	-	1.902	-	(147.866)	(16.161)	(162.125)
Varição no valor de mercado	-	(139)	-	-	-	-	(139)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.401	7.958	57.555	24	467.066	48.075	585.079
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	57	-	-	-	-	(4.257)	(4.200)
Adições	125	-	1.950	1.037	89.495	21.612	114.219
Baixas	(151)	(7.736)	-	(2)	(5.476)	(9.889)	(23.254)
Transferências (Nota 10)	-	-	(28.160)	-	-	-	(28.160)
Deterioração	-	-	(250)	-	-	-	(250)
Diferenças de conversão	-	-	481	-	131.085	8.283	139.849
Varição no valor de mercado	-	301	-	-	-	-	301
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.432	523	31.576	1.059	682.170	63.824	783.584

a) Participações líquidas no capital-

O valor justo das participações mantidas nesta rubrica foi determinado utilizando estimativas internas realizadas pelo Grupo dado que não existem preços de cotação das mesmas em mercados organizados.

Com data de 26 de julho de 2010, a Elecnor, S.A. constituiu com três sócios a sociedade CPTR-Companhia Paranaense de Tratamento de Resíduos com um capital social de R\$50.000.000, tendo subscrito 26% do mesmo no valor de €5.673.000, aproximadamente, dos quais se encontra pendente de integralização, em 31 de dezembro de 2014, um valor de €3.640.000 de euros. Durante o exercício de 2015 o Grupo vendeu sua participação nesta sociedade.

Com data de 28 de dezembro de 2005, a Elecnor Financiera S.L. adquiriu 100% das ações da Vendaval Promociones Eólicas, S.A.U. no valor de €53.850.000, aproximadamente.

Dentro desta operação se incluía a participação minoritária na Sociedad Eólica de Andalucía, S.A. (5,27%) que o Grupo Elecnor tem classificada no balanço consolidado como "Ativos financeiros disponíveis para vender".

b) Empréstimos no longo prazo-

O capítulo "Empréstimos no longo prazo" do quadro anterior em 31 de dezembro de 2016 inclui, principalmente, diversos empréstimos concedidos a empresas coligadas do Grupo ELECNOR (Notas 10 e 26).

Com data de 20 de dezembro de 2011 a sociedade controlada Celeo Termosolar, S.L. concedeu à Aries Solar Termoeléctrica, S.L. um crédito participativo e um crédito subordinado ao financiamento principal obtido pela mesma (Nota 10) por uns valores aproximados de €33.720.000 e €67.440.000, respectivamente, com vencimento em 1º de janeiro de 2031 para o financiamento de duas usinas termosolares em Castilla-La Mancha (Notas 10 e 20). O crédito participativo incorre numa taxa de juros que é composta por um juro fixo anual e por um juro variável anual indexado à margem operativa do acreditado depois de impostos e depois de deduzir os juros correspondentes a este crédito participativo, ou a qualquer outra dívida subordinada. Durante o exercício de 2015 ambos os créditos foram capitalizados exceto por €115.000 (ver nota 10).

Com data de 5 de março de 2010 a sociedade controlada Celeo Termosolar, S.L. concedeu à Dioxipe Solar, S.L. um crédito participativo subordinado ao financiamento principal obtido pela mesma (Nota 10) no valor de €68.514.000, aproximadamente, com vencimento em 6 de março de 2030 para o financiamento de uma usina termosolar em Extremadura (Notas 10 e 20). Esse crédito incorre numa taxa de juros que é composta por um juro fixo anual e por um juro variável anual indexado aos lucros brutos do acreditado antes de impostos e antes de deduzir os juros correspondentes a este crédito participativo, ou a qualquer outra dívida subordinada. O valor disposto em 31 de dezembro de 2015 ascendia a 60.309.000 euros, diminuído em 32.149.000 euros, aproximadamente. Durante o exercício de 2016 esse crédito foi totalmente capitalizado.

c) Concessões administrativas-

Atualmente o Grupo ELECNOR se encontra desenvolvendo e executando em regime de concessão diversos projetos para a construção e exploração e manutenção de diversas linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil, através de suas filiais constituídas para isso, e cuja sociedade líder no mencionado país é a Celeo Redes Brasil, S.A. De acordo com os contratos de concessão, o Grupo cobrará um valor determinado ao longo do período da concessão como remuneração, tanto pelos trabalhos de construção, quanto pelos de exploração e manutenção, o que não depende da utilização que, se for o caso, for feita das citadas linhas de transmissão. Os períodos de concessão se situam em torno a 30 anos, aproximadamente. Esse valor determinado a receber será objeto de atualização periódica em função de determinadas variáveis, tais como as taxas de juros, o índice geral de preços ao consumidor e outras taxas de referência do mercado segundo é estabelecido pelos diferentes contratos, embora as alterações não sejam significativas.

O Grupo se compromete, em virtude dos acordos de concessão, a implantar integralmente as instalações de transmissão num período determinado, bem como a prestar os serviços de operação e manutenção utilizando materiais, equipamentos de qualidade e mantendo as instalações e os métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, esforço permanente na redução de custos, integração social e conservação do meio. A entidade concessionária não poderá ceder ou dar em garantia os ativos associados ao serviço público de transmissão sem a autorização da ANEEL.

A extinção da concessão ocorrerá nos seguintes casos: termo final do contrato, vencimento, rescisão, anulação por vício ou irregularidade ou extinção da transmissora. A extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente de todos os bens ligados ao serviço, iniciando-se as avaliações das análises correspondentes, as quais servirão, se for o caso, para determinar a indenização da transmissora. Os bens deverão estar em condições adequadas de operação e técnicas, mantidas de acordo com os procedimentos de redes aprovados pela ANEEL que permitam a continuidade do serviço público de transmissão de energia.

Na conclusão final do contrato, é facultado à ANEEL, por critério exclusivo dela, prorrogar o contrato. O prazo de renovação máxima é pelo mesmo período da concessão e através de requerimento da transmissora. Também poderá ser acordada uma eventual prorrogação do prazo de concessão em função do interesse público e das condições estipuladas no contrato.

A transmissora poderá promover a rescisão do contrato em caso de descumprimento pelo poder concedente das normas estabelecidas no contrato. Neste caso, a transmissora não poderá interromper a prestação do serviço até a aprovação, por decisão judicial, que decreta a extinção do contrato.

De acordo com os critérios descritos na Nota 3.j, o Grupo possui no momento inicial um ativo financeiro pelo valor justo das importâncias a receber pela construção das infraestruturas, o que é avaliado pelo seu custo amortizado a partir daí, utilizando o método de juros efetivos. De acordo com este critério, o Grupo registrou, no exercício de 2016, com crédito na rubrica "Receitas financeiras" da conta de resultados do exercício mencionado, o valor de €45.229.000 (€48.084.000 no exercício de 2015), aproximadamente, correspondente ao efeito financeiro da aplicação do referido método.

A seguir é detalhado o calendário esperado de cobranças relativas ao saldo não corrente em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Milhares de euros
	31/12/2016
2018	4.011
2019	7.265
2020	10.708
2021	7.528
2022 e seguintes	652.658
Total	682.170

	Milhares de euros
	31/12/2015
2017	2.173
2018	3.173
2019	5.746
2020	8.470
2021 e seguintes	447.504
Total	467.066

d) Outros ativos não circulantes-

A composição do capítulo "Outros ativos não circulantes" do quadro anterior é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Conta de reserva do serviço da dívida	32.648	33.156
Fianças	2.368	1.848
Outros	28.808	13.071
	63.824	48.075

O capítulo "Conta de reserva do serviço da dívida" inclui os valores que as sociedades controladas Galicia Vento, S.L., Ventos Do Sul Energía, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energía, S.A. e Ventos dos Índios Energía, S.A. devem manter em depósitos bancários em virtude dos contratos de financiamento assinados pelas mesmas (Nota 14), e que ascendem a €7.578.000, €5.480.000, €2.136.000, €2.826.000, €1.910.000 e €1.438.000, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 a conta de reserva do serviço da dívida correspondente às sociedades Aerogeneradores del Sur, S.A., Galicia Vento, S.L., Ventos Do Sul Energía, S.A., Parques Eólicos Villanueva, S.L.U., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energía, S.A. e Ventos dos Índios Energía, S.A. ascendia a €23.677.000).

Adicionalmente, este capítulo inclui o valor da conta de reserva do serviço da dívida das sociedades concessionárias LT Triangulo, S.A., Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A., Coqueiros Transmissora de Energia, S.A., Pedras Transmissora de Energia, S.A., Encruzo Novo Transmissora de Energia, S.A., Caiua. Transmissora de Energia, S.A., Integração Maranhense Transmissora de Energia, S.A. e Linha de Transmissão Corumba, LTDA no valor de 11.280.000 euros, aproximadamente (9.478.000 euros, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2015).

Sobre esses depósitos incide uma taxa de juros de mercado.

A Elecnor, S.A. também tem fianças e depósitos por arrendamentos no valor de €2.321.000, aproximadamente (€1.818.000 em 31 de dezembro de 2015).

Os ativos financeiros não correntes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão registrados pelo seu custo amortizado, exceto os instrumentos derivados que são registrados por seu justo valor.

12. ATIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES

a) Devedores comerciais e outras contas a receber-

O capítulo "Devedores comerciais e outras contas a receber" do ativo circulante da demonstração da situação financeira registra as contas a receber que o Grupo tem como consequência das operações realizadas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2016, essa rubrica inclui um valor aproximado de 27,4 milhões de euros referentes a reclamações em andamento das filiais Belco (USA) e Elecnor do Brasil, relativas aos seguintes projetos:

- Projeto Los Angeles Federal Court House: o valor da reclamação ascende a 7,8 milhões de euros. Foram documentadas reclamações no valor de 18,5 milhões de euros e apresentada uma primeira petição de alteração por 13 milhões de euros.
- Projeto Lawandale: o valor da reclamação ascende a 1,2 milhões de euros, tendo sido reclamado formalmente 1,7 milhões de euros.
- Projetos de concessões Integração Maranhense TE e Caiua TE: o valor da reclamação ascende a 18,4 milhões de euros; foram reclamados 21,5 milhões de euros baseados em peritagens independentes e 5,8 milhões de euros baseados em peritagem vinculante.

Em 31 de dezembro de 2016 Devedores comerciais e outras contas a receber inclui um valor aproximado de 285,3 milhões de euros relativos a obras em andamento pendentes de executar.

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo não conta com contratos de obra onerosos cuja perda estimada seja significativa.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 existiam contas a receber vencidas no valor de €130.093.000 e de €59.991.000. A análise de antiguidade destas contas é a seguinte:

Descrição	Milhares de euros	
	2016	2015
Saldos não vencidos	900.975	908.732
Até 6 meses	54.772	27.798
Entre 6 e 12 meses	25.868	16.611
Superior a 12 meses	49.453	15.582
Total	1.031.068	968.723

O Grupo também dota uma provisão para a cobertura das dívidas em situação irregular por pagamento atrasado, suspensão de pagamentos, insolvência ou outras causas, após um estudo individualizado sobre a possibilidade de receber as mesmas. As dotações são realizadas em função das melhores estimativas no encerramento do exercício.

A seguir é apresentado o movimento havido durante os exercícios de 2016 e de 2015, bem como a composição da rubrica “Deterioração de contas a receber” em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Milhares de euros					31/12/2016
	31/12/2015	Dotações	Cancelamento de Saldos Incobráveis	Reversão	Diferenças de conversão	
Deterioração	76.796	2.640	(1.379)	(7.337)	-	70.720

	Milhares de euros					31/12/2015
	31/12/2014	Dotações	Cancelamento de Saldos Incobráveis	Reversão	Diferenças de conversão	
Deterioração	62.783	20.694	(2.518)	(4.213)	50	76.796

b) Numerário e outros meios líquidos equivalentes

A composição deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Outros ativos líquidos equivalentes	82.446	75.706
Tesouraria	234.904	261.283
	317.350	336.989

O saldo da rubrica “Outros ativos líquidos equivalentes” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 inclui, principalmente, valores de renda fixa e depósitos a prazo fixo com vencimento inferior a 3 meses contratados pela sociedade Elecnor Chile S.A., que incorrem numa taxa de juros de mercado

Essa rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2016, um valor aproximado de 78 milhões de euros proporcionado pelos parques eólicos e pelas concessionárias.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA SOCIEDADE CONTROLADORA

a) Capital social-

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o capital social da Elecnor, S.A. estava representado por 87.000.000 ações ordinárias ao portador de €0,10 de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação no mercado contínuo espanhol.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a composição dos acionistas da Sociedade controladora, bem como sua participação, era a seguinte:

	% Participação	
	2016	2015
Cantiles XXI, S.L.	52,76%	52,76%
Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	4,76%	4,76%
Outros (*)	42,48%	42,48%
	100,00%	100,00%

(*) Todos eles com % de participação inferior a 3%. Também se incluem as ações próprias da Sociedade controladora que ascendem a 2,83% em 2016 (2,85% em 2015 (Nota 3.n)).

b) Ajustes de avaliação patrimonial-

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros								
	31/12/2014	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31/12/2015	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31/12/2016
Por consolidação global -									
Cobertura de fluxos de caixa:									
Swaps de taxas de juros (IRS) (Nota 15)	(40.858)	(2.465)	1.176	3.957	(38.190)	-	(8.524)	17.061	(29.653)
Seguros de taxa de câmbio (Nota 15)	(106)	3.255	(65)	(20)	3.064	(2.499)	-	(4.672)	(4.107)
Outros (Nota 11)	1.488	-	148	-	1.636	-	-	-	1.636
	(39.476)	790	1.259	3.937	(33.490)	(2.499)	(8.524)	12.389	(32.124)
Imposto diferidos por ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19)	9.640	(198)	(315)	(984)	8.143	625	2.331	(4.406)	6.693
Total ajustes de avaliação patrimonial pelo método de consolidação global	(29.836)	593	944	2.952	(25.347)	(1.874)	(6.193)	7.983	(25.431)
Sociedades em equivalência patrimonial	(57.524)	446	(6.476)	12.281	(51.273)	-	(12.293)	11.056	(52.510)
Minoritários	5.102	554	(817)	-	4.839	-	2.098	(792)	6.145
Total ajustes de avaliação patrimonial pelo avaliação	(82.258)	1.592	(6.349)	15.233	(71.781)	(1.874)	(16.388)	18.247	(71.796)

c) Outras Reservas-

O detalhamento, por itens, do saldo deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Reservas restringidas -		
Reserva legal	1.743	1.743
Reserva fundo de comércio	1.031	1.031
Reserva de capitalização	1.756	1.756
Reserva de redenominação em euro	15	15
Reserva para ações próprias (Nota 3.n)	21.989	22.341
	26.534	26.886
Outras reservas	503.092	491.983
Reservas da Sociedade controladora	529.626	518.869
Reservas em sociedades consolidadas (*)	191.529	160.598
Diferenças de conversão	(150.368)	(237.546)
Ações próprias (Nota 3.n)	(21.989)	(22.341)
Total	548.798	419.580

(*) Inclui os ajustes de consolidação e ajustes à Norma Internacional.

Reserva legal-

De acordo com o artugi 274 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola, deve destinar-se um valor igual a 10% do lucro do exercício à reserva legal até esta atingir, pelo menos, 20% do capital social. Esse limite já foi alcançado.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital na parte de seu saldo que ultrapassar 10% do capital já aumentado. A não ser para a finalidade acima mencionada, e enquanto não ultrapassar 20% do capital social, esta reserva poderá ser destinada apenas à compensação de perdas, e desde que não existam outras reservas disponíveis suficientes para esse fim.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade controladora tem dotada esta reserva com o limite mínimo estabelecido pelo Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital.

Reserva pelo fundo de comércio-

A reserva pelo fundo de comércio provém integralmente da Sociedade controladora. Essa reserva foi dotada em conformidade com o artigo 273.4 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital, que estabelecia que, em todo caso, devia dotar-se uma reserva indisponível equivalente ao fundo de comércio que aparecia na demonstração da situação financeira individual da Sociedade, destinando-se para tal efeito uma cifra do lucro que represente, no mínimo, 5% do montante do citado fundo de comércio. Se não houver lucro, ou este for insuficiente, deverão ser utilizadas reservas de livre disposição.

Reserva de capitalização-

A reserva de capitalização foi dotada em conformidade com o artigo 25 da Lei do Imposto sobre Sociedades, que estabelece que a reserva seja dotada no valor do direito à redução da base tributável do exercício. O direito à redução da base tributável ascende a 10% do acréscimo dos fundos próprios, conforme é definido no referido artigo, sem que em nenhum caso possa ultrapassar do montante de 10% da base tributável positiva do período tributável prévia à redução e à integração à qual se refere o ponto 12 do artigo 11 da Lei e à compensação de bases tributáveis negativas. Não obstante, em caso de a base tributável ser insuficiente para aplicar a redução, as quantias pendentes podem ser objeto de aplicação nos períodos tributários que finalizem nos dois anos imediatos e sucessivos ao encerramento do período tributário em que se tiver gerado o direito à redução, junto com a redução que possa corresponder no referido exercício e com o limite indicado. A reserva é indisponível e está condicionada a que se mantenha o acréscimo de fundos próprios durante um prazo de 5 anos contados do encerramento do período tributário ao que a redução corresponder, a não ser que existam perdas contábeis.

d) Ações próprias em carteira-

Em virtude das deliberações que, sucessivamente, estão sendo tomadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elecnor, S.A., durante os últimos exercícios foram sendo adquiridas diversas ações próprias da mencionada sociedade, cujo destino é a sua alienação progressiva no mercado. Em particular, no dia 23 de maio de 2012, a Assembleia Geral de Acionistas acordou autorizar por um período de cinco anos a aquisição, por ela mesma ou através de sociedades do Grupo, de ações emitidas pela Sociedade até um 10% do capital social (Nota 3.n), sempre que o preço de compra não difira, em mais ou menos, de 30% do preço de mercado.

O detalhamento e o movimento das ações próprias durante o exercício de 2015 e 2016 é o seguinte:

	Nº de ações
Ações próprias em 31 de dezembro de 2014	2.471.032
Aquisição de ações próprias	246.633
Venda de ações próprias	(234.555)
Ações próprias em 31 de dezembro de 2015	2.483.110
Aquisição de ações próprias	156.011
Venda de ações próprias	(175.089)
Ações próprias em 31 de dezembro de 2016	2.464.032

A compra e venda das ações próprias representou valores de 1.214.000 e 1.372.000 euros, respectiva e aproximadamente (2.191.000 e 2.114.000 euros, respectiva e aproximadamente em 31 de dezembro de 2015), obtendo uma perda de 194.000 euros que foi registrada diretamente na rubrica de reservas (mais valia de 2.000 euros em 2015).

A totalidade das ações próprias que a Sociedade controladora mantinha em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 representavam 2,83% e 2,85%, respectivamente, do total de ações que compõem o capital social da Elecnor S.A. nas referidas datas.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 continua constituída a correspondente reserva indisponível para ações próprias no valor das ações da Elecnor, S.A. em carteira nas referidas datas.

e) Participações não controladoras-

A composição da rubrica "Patrimônio Líquido - De Participações não controladoras" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2016	2015
Elecven Construcciones, S.A.	(49)	241
Rasacaven, S.A.	160	170
Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A.	1.234	1.259
Deimos Engenharia, S.A.	-	223
Elecnor Argentina, S.A.	(4)	1
IQA Operations Group Limited	(27)	118
Ventos Do Sul Energia, S.A.	12.586	7.507
Subgrupo Enerfin	22.468	25.568
Parque Eólico Malpica, S.A.	961	582
Enervento Galicia, S.L.	-	(1)
Infraestructuras Villanueva, S.L.	-	1
Parques Eólicos Palmares, S.A.	8.817	6.654
Ventos do Litoral Energia, S.A.	6.748	5.234
Ventos da Lagoa, S.A.	6.324	4.783
Eoliennes de L'erable, SEC.	16.138	17.308
Subgrupo Celeo Redes	349.154	249.513
Ventos dos Índios Energia, S.A.	5.014	4.469
Betonor, Ltda.	563	-
Grupo Elecnor Angola	602	-
Outros	(335)	(1.070)
	430.354	322.560

Durante o exercício de 2015, o Grupo realizou diferentes transações de venda de participações em sociedades controladas a participações não controladas, sem perder o controle. O detalhamento das transações mais relevantes e os seus efeitos no patrimônio líquido são mostrados a seguir:

Transação	2015						Participações não controladoras
	Atribuído à Sociedade Controladora						
	Valor venda	Custos transação	Reservas	Diferenças de conversão	Ajustes patrimônio avaliação	Total	
Venda 10% P.E.Palmares, S.A.	4.955	-	(999)	1.292	-	293	4.662
Venda 10% Ventos da Lagoa, S.A.	3.777	-	(442)	853	-	411	3.366
Venda 10% Ventos do Sul Energia, S.A.	4.160	-	(322)	998	-	676	3.484
Venda 20% Ventos dos Índios, S.A.	3.745	-	(2.217)	1.250	-	(967)	4.712
Venda 1% Ventos do Sul, S.A.	954	-	357	103	-	460	494
	17.591	-	(3.623)	4.496	-	873	16.718

Esse tipo de transação não foi realizado durante o exercício de 2016.

O movimento havido durante os exercícios de 2016 e de 2015 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada é detalhado a seguir:

	Milhares de euros
Saldo em 31 de dezembro de 2014	344.124
- Resultado do exercício	24.671
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	263
- Dividendos distribuídos	(658)
- Diferenças de conversão (**)	(65.686)
- Redução de capital	(16.339)
- Aumento de capital	19.647
- Variação de quotas	16.718
- Outros	(180)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	322.560
- Resultado do exercício	17.271
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	(1.229)
- Dividendos distribuídos	(1.170)
- Diferenças de conversão (**)	66.150
- Redução de capital	(2.448)
- Aumento de capital	26.727
- Variação de quotas	937
- Outros	1.556
Saldo em 31 de dezembro de 2016	430.354

(*) Referem-se às variações na avaliação dos Swaps de cobertura que o Grupo ELECNO utiliza (Nota 15).

(**) Referem-se, principalmente, às diferenças de conversão geradas no grupo Celeo Redes Brasil.

A informação relacionada com as participações não controladoras significativas em sociedades controladas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é apresentada a seguir (a informação financeira é discriminada antes de efetuar as eliminações intragrupo):

	2016		
	Milhares de euros		
	Subgrupo Celeo Redes	Eoliennes de L'Erable	Enerfin Enervento
Ativo circulante	67.979	13.455	10.152
Ativo não circulante:	1.201.624	217.585	127.397
Passivo circulante	133.309	16.372	22.643
Passivo não circulante	520.074	177.640	36.819
Receitas ordinárias	55.820	28.864	30.065
Resultado do exercício	28.289	2.912	(1.841)
Resultado global total	109.669	8.355	(1.697)

	2015		
	Milhares de euros		
	Subgrupo Celeo Redes	Eoliennes de L'Érable	Enerfin Enervento
Ativo circulante	65.295	10.658	18.215
Ativo não circulante:	867.560	215.775	139.434
Passivo circulante	70.905	16.623	21.120
Passivo não circulante	400.187	174.487	56.045
Receitas ordinárias	30.765	32.187	36.364
Resultado do exercício	41.484	5.573	3.304
Resultado global total	(51.740)	2.917	3.421

f) Diferenças de conversão-

As diferenças de conversão acumuladas no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 de cada uma das moedas significativas são as seguintes:

Diferenças de conversão	Milhares de Euros	
	2016	2015
Brasil	(121.537)	(203.662)
Venezuela	(40.698)	(40.109)
Argentina	(3.215)	(2.907)
Canadá	(6.707)	(7.849)
Chile	13.061	8.749
EUA	2.876	2.228
Outros	5.852	6.004
Total	(150.368)	(237.546)

14. DÍVIDA FINANCEIRA

Como parte fundamental de sua estratégia, o Grupo possui uma política de máxima prudência financeira. A estrutura de capital objetivo está definida por esse compromisso de solidez e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

No entanto, determinados projetos, basicamente a construção e a exploração de parques eólicos e de suas correspondentes linhas de interligação elétrica e subestações, bem como de infraestruturas de distribuição elétrica e centrais de tratamento de águas residuais que o Grupo explora em regime de concessão, das quais o mesmo é titular, são financiadas, na maior parte, mediante empréstimos sindicados em regime de "Project Finance". Em virtude desses empréstimos, as sociedades controladas, titulares dos referidos projetos, assumem determinadas limitações à distribuição de dividendos, a qual está sujeita ao cumprimento de certas condições, como a constituição de uma nova conta de reserva para o serviço da dívida. Do mesmo modo, essas sociedades controladas deverão manter um quociente de Fundos Alheios/Recursos Próprios e uma estrutura de recursos próprios determinados.

A quantificação da estrutura de capital objetivo, excluído o efeito dos projetos financiados pelo financiamento sem recurso, é estabelecida como relação entre o financiamento líquido e os do patrimônio líquido, de acordo com o quociente:

$$\frac{\text{Dívida financeira líquida}}{\text{Dívida financeira líquida + Patrimônio Líquido}}$$

A dívida financeira líquida inclui as seguintes rubricas da demonstração da situação financeira consolidada (após ser eliminado o efeito da dívida financeira líquida dos projetos financiados através do financiamento sem recurso):

	Milhares de euros	
	2016	2015
Passivo não circulante – Dívida financeira	332.821	338.699
Passivo circulante – Dívida financeira	178.897	185.338
Ativos financeiros circulantes – Outros investimentos financeiros	(78.955)	(71.425)
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	(160.578)	(172.591)
Dívida financeira líquida	272.185	280.021

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, Passivos não corrente e corrente – Dívida financeira se refere, principalmente, ao total da Dívida financeira e Derivados do quadro a seguir, excluindo todos os Empréstimos concessões, Empréstimos sindicados parques eólicos e fotovoltaicos e Derivados associados a Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões, exceto por 33 milhões de euros em 2016 relativos a créditos-ponte concedidos às sociedades concessionárias.

Em 31 de dezembro de 2016, Ativos financeiros correntes e Numerário e outros ativos líquidos equivalentes, corresponde ao total de Numerário e outros ativos líquidos equivalentes da demonstração da situação financeira consolidada anexa, excluindo a tesouraria dos projetos financiados através do financiamento sem recurso no valor aproximado de 78 milhões de euros (93 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) (ver nota 12.b).

A evolução e a análise deste quociente são feitas de forma contínua, efetuando-se, além disso, estimativas de futuro do mesmo como fator fundamental e limitativo na estratégia de investimentos e na política de dividendos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, esse quociente se situou em aproximadamente 21,74% e 27,44%, respectivamente.

A composição das rubricas “Dívida financeira e derivados” do passivo não circulante e do passivo circulante das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 anexas é a seguinte:

	Milhares de Euros			
	2016		2015	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Empréstimos e créditos sindicados	300.819	2.228	304.669	-
Empréstimos concessões	475.513	53.910	387.769	50.437
Empréstimos sindicados parques eólicos e fotovoltaicos	340.479	47.875	393.356	47.159
Empréstimos com garantia pessoal	-	5.054	-	10.756
Empréstimos com garantia hipotecária	7.197	672	7.859	659
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-promissórias	-	72.628	-	99.419
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-fotovoltaicos	38.689	1.670	-	-
Créditos IVA Parques Eólicos e concessões	-	6.962	-	8.203
Linhas de créditos com garantia pessoal	8.173	67.949	10.007	59.289
Títulos pendentes de vencimento	-	2.710	-	9.170
Juros incorridos não pagos:				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	-	-	-	3.559
Resto	-	1.985	-	1.610
Dívidas por arrendamento mercantil (Nota 9)	7.138	1.596	6.620	619
Instrumentos derivativos de cobertura (Nota 15):				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	19.427	1.256	25.600	2.894
Resto	9.493	4.565	9.545	3.808
Total	1.206.928	271.059	1.145.425	297.582

O detalhamento por vencimentos da parte no longo prazo (“não circulante”) de empréstimos e créditos é o seguinte para os exercícios de 2016 e de 2015:

	Milhares de euros
Dívidas com vencimento em	31/12/2016
2018	102.148
2019	131.525
2020	153.098
2021 e seguintes	820.157
Total	1.206.928

	Milhares de euros
Dívidas com vencimento em	31/12/2015
2017	125.983
2018	122.693
2019	152.214
2020 e seguintes	744.535
Total	1.145.425

Empréstimos e créditos sindicados

Com data de 21 de julho de 2014, a Elecnor formalizou um Contrato de financiamento sindicado no valor de €600.000.000 com um grupo de 19 instituições financeiras, que substituiu os €401.000.000 dispostos na data de refinanciamento sindicado assinado em 2012. Esse financiamento foi estruturado em duas partes: uma parte empréstimo por €300.000.000 com amortizações parciais, e uma parte linha de crédito revolving com um limite de €300.000.000 e vencimento em julho de 2019.

Com data de 2 de julho de 2015, a Elecnor assinou uma primeira Novação deste Contrato, subscrito por 18 das 19 entidades acreditadas, com o objetivo de alterar as condições financeiras (reduzindo a margem aplicável) e aumentar o prazo de financiamento.

Com data de 29 de junho de 2016, a Elecnor assinou uma segunda Novação deste Contrato, subscrito por 17 das 18 entidades acreditadas. O Bankinter cedeu 11 milhões de euros, enquanto o Credit Agrícola cedeu 12,5 milhões de euros; valores que foram subscritos pela Abanca e pela Kutxabank.

O objetivo desta Novação foi a ampliação do prazo de financiamento, atrasando um ano a data de cada uma das amortizações parciais e a data de devolução da parte crédito, cujo vencimento passa para julho de 2021.

A Sociedade analisou se existem alterações importantes das condições, sendo em ambos exercícios inferior a 4%, pelo que se concluiu que não ocorre um cancelamento dos passivos originais.

Em relação à cobertura do risco de juros, antes da Notação existiam swaps vinculados que cobriam 100% do calendário do empréstimo. Decidiu-se cobrir o risco de juros do nocional adicional decorrente da Novação, pelo que foram contratados 7 swaps novos de tipo IRS, com um nocional máximo de €145.000.000 e um novo basis swap. Em 31 de dezembro de 2016 existem 27 swaps de tipo IRS e 4 basis swap atribuídos ao financiamento sindicado. Os vencimentos dos swaps, bem como as datas de liquidação dos juros, coincidem com as do contrato de empréstimo ao qual estão atribuídos.

Sobre esse financiamento sindicado incide uma taxa de juros indexado à Euribor do prazo do período de juros escolhido pelo credenciado (1, 3 ou 6 meses) mais um diferencial, o qual se encontra indexado ao nível do rácio Dívida Financeira Líquida/(EBITDA + Dividendos de Projetos). A Sociedade se comprometeu a cumprir durante a duração do contrato de financiamento bancária diferentes rácios ((Dívida financeira líquida/EBITDA), (EBITDA/Despesas financeiras líquidas) e (Dívida financeira líquida/Fundos Próprios)), que serão calculados sobre a base dos correspondentes valores consolidados do Grupo ELECNOR. O descumprimento poderia ser motivo de rescisão de contrato. Adicionalmente, o empréstimo contempla a obrigação de cumprir com os Rácios de Cobertura de Garantias que em 31 de dezembro de 2016 se cumprem.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo disposto do empréstimo sindicado ascende a €300.000.000, respectivamente, pertencentes integralmente à parte empréstimo.

A Sociedade contratou, durante o exercício de 2016, coberturas de taxas de juros vinculadas ao financiamento sindicado por um valor igual ao obtido com a segunda novação. Do mesmo modo, a Sociedade contratou, durante o exercício de 2015, coberturas de taxas de juros vinculadas ao financiamento sindicado obtido durante 2015. Todos esses contratos foram mantidos no exercício.

O contrato de financiamento sindicado acima referido (parte empréstimo e parte crédito) gerou em 2016, a título de juros, 8.852.000 euros, considerando o efeito das coberturas no valor de 2.991.000 euros (10.601.000 euros no exercício de 2015 que incluía a despesa financeira por coberturas no valor de 2.617.000 euros) que a Sociedade tem registrados na rubrica "Despesas financeiras" da conta de resultados do exercício de 2016 anexa (ver nota 21).

Empréstimos concessões-

Com data de 12 de novembro de 2015, a sociedade Charrua Transmisora de Energía, S.A. assinou um empréstimo em regime "Project finance" no valor de \$175.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$23.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). Esse financiamento com vencimento final em 2034 incorre numa taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 1,65% aumentando-se 0,25% a cada cinco anos. O valor disponível em 31 de dezembro de 2016 ascendia a €110.600.000 aproximadamente (€37.800.000 em 31 de dezembro de 2015), dos quais €102.900.000 referem-se ao empréstimo e o resto ao crédito de financiamento do IVA. Adicionalmente foi contratada uma operação de cobertura de 70% do principal do empréstimo para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 29 de janeiro de 2015, a sociedade Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.A. assinou um empréstimo em regime "Project finance" no valor de \$100.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$15.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). Esse financiamento com vencimento final em 2035 incorre numa taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 2,25%, mais um aumento de 0,25% a cada cinco anos para a parte em dólares e o ICP NOMINAL, acrescida de um diferencial de 3,25% durante o período de construção e de 3% durante o período de exploração para a parte em Pesos. O montante disposto em 31 de dezembro de 2016 ascendeu a €88.000.000, aproximadamente, (€86.300.000 em 31 de dezembro de 2015, dos quais cerca de €83.300.000 correspondem ao empréstimo). Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 15 de janeiro de 2013, a concessionária Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.L. assinou um empréstimo em regime "Project finance" no valor de \$167.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$29.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). Sobre esse financiamento com vencimento final em 2032, incide uma taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 3% para a parte em dólares, o TAB UF a 180 dias mais um diferencial de 1,60% durante o período de construção e um 1,25% durante o período de exploração para a parte em UF e o ICP nominal,

acrescida de um diferencial de 3,30% durante o período de construção e 2,95% durante o período de exploração para a parte em Pesos. O montante disposto em 31 de dezembro de 2016 ascendeu a €125.900.000, aproximadamente, (€122.200.000 em 31 de dezembro de 2015), dos quais correspondem ao empréstimo. Adicionalmente foi contratada uma operação de cobertura de 75% do principal do empréstimo para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 5 de julho de 2007, a concessionária Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U. contratou um crédito com um limite de €23.000.000, com vencimento em 5 de dezembro de 2026. A concessionária dispôs de todo o crédito. Este financiamento incorre numa taxa de juros da Euribor, mais um diferencial. A despesa financeira em que este empréstimo incorreu nos exercícios de 2016 e de 2015 ascendeu a, aproximadamente, €166.000 e €201.000, respectivamente. O saldo pendente de vencimento desse empréstimo ascende a €15.082.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2015 (€16.297.000 em 31 de dezembro de 2015). Esta sociedade contratou um swap de taxa de juros de €17.250.000 para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 21 de julho de 2009, a concessionária Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A. contratou um crédito com um limite de €15.500.000 com vencimento em 31 de dezembro de 2026. A concessionária dispôs de todo o crédito. Este financiamento incorre numa taxa de juros da Euribor, mais um diferencial. A despesa financeira em que este empréstimo incorreu nos exercícios de 2016 e de 2015 ascendeu a, aproximadamente, €326.000 e €363.000, respectivamente. Esta sociedade contratou um swap de taxa de juros de €11.625.000 para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito. O valor pendente de pagamento do crédito em 31 de dezembro de 2016 ascedia a €11.095.000 (€11.893.000 em 31 de dezembro de 2015).

Com data de 30 de dezembro de 2013 a sociedade Integração Maranhense T. de Energia, S.A. obteve um crédito no valor de R\$142.000.000, cujo último vencimento é o dia 15 de fevereiro de 2029. Sobre o mencionado crédito incide uma taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 2,42% sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o valor disposto desse empréstimo, com vencimento no longo e curto prazo, é de €37.400.000 (Em 31 de dezembro de 2015, o valor disposto desse empréstimo é de €32.300.000).

Com data de 23 de dezembro de 2013, a concessionária Caiua T. Energía, S.A. obteve um crédito no valor de R\$84.600.000, cujo último vencimento é o dia 15 de fevereiro de 2028. Sobre o mencionado crédito incide uma taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 2,28% sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o valor disposto desse empréstimo, com vencimento no longo e curto prazo, é de €22.800.000 (Em 31 de dezembro de 2015, o valor disposto desse empréstimo é de €19.500.000).

Durante o exercício de 2010 a sociedade LT Triângulo, S.A. passou a ser consolidada pelo método de consolidação global, já que o Grupo passou a deter a totalidade do seu capital social. Esta entidade obteve um empréstimo em regime de "Project Finance" de uma entidade financiadora com data de 7 de outubro de 2008 e último vencimento em 15 de julho de 2023 para o financiamento das infraestruturas de transmissão de energia elétrica objeto da concessão, o que incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo do país (TJLP). Em 31 de dezembro de 2016, o valor pendente de pagamento deste empréstimo ascende a €53.200.000, aproximadamente (€48.000.000 em 2015).

No exercício de 2011, o Grupo Elecnor adquiriu 66% da Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A., passando a consolidar essa sociedade pelo método de consolidação global. Com data de 19 de dezembro de 2006 o BNDES concedeu à Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A. um crédito destinado ao financiamento da construção de linhas de transmissão de energia elétrica com vencimento em 15 de abril de 2019. Esse crédito é dividido em dois subcréditos: o subcrédito A incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre o custo médio ponderado da captação de moeda estrangeira pelo BNDES, e o subcrédito B incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo (TJLP) do país. Em 31 de dezembro de 2016, o valor pendente de pagamento desse empréstimo, com vencimento no longo e curto prazo, ascende a €12.000.000, aproximadamente (€14.100.000, aproximadamente em 31 de dezembro de 2015).

A devolução dos empréstimos à LT Triângulo, S.A. e à Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A. está garantida por penhor sobre os direitos da concessão, garantia sobre a totalidade de ações, garantia sobre os direitos de crédito por prestação de serviços e aval bancário. Adicionalmente, as mencionadas sociedades controladas devem manter, durante a vigência do contrato de empréstimo, os seguintes quocientes financeiros:

- O índice de cobertura resultante de dividir o fluxo de caixa disponível entre os juros a pagar mais a amortização do principal deve ser igual ou superior a 1,3.
- Índice de capitalização (Patrimônio/Ativo Total) igual ou superior a 0,3.

Empréstimos sindicados parques eólicos-

No exercício de 2012, o Grupo obteve financiamento sindicado para a construção de um parque eólico em Quebec (Canadá) por C\$250.000.000, aproximadamente (Éoliennes de l'Érable Inc.). Esse financiamento, com vencimento em 2033, incorre numa taxa de juros indexada à cotação do bônus canadense. Para esse empréstimo sindicado em regime de "Project Finance", o quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal deve ser, conforme consta das escrituras do empréstimo de financiamento, superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo. Durante 2014 foi transferido tanto o ativo quanto o passivo da Éoliennes de L'Érable Inc para a sociedade Éoliennes de L'Érable Sec, sendo transferido também este empréstimo.

Do mesmo modo, no exercício de 2015, a Éoliennes de L'Érable SEC obteve um financiamento sindicado no valor de 35 milhões de dólares canadenses. Sobre esse financiamento com vencimento em 2033 incide uma taxa de juros fixa. Para esse empréstimo, o RCSD deve ser superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo.

Conjuntamente, em 31 de dezembro de 2016, a Éoliennes de L'Érable SEC mantém uma dívida pendente de 180 milhões de euros (175,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, o resto das dívidas com instituições de crédito incluídas nesta rubrica se refere, principalmente, aos saldos vivos dos empréstimos sindicados, e contratos swaps associados aos mesmos, que a Galicia Vento, S.L, a Ventos Do Sul Energia, S.A., a Parques Eólicos Palmares, S.A., a Ventos da Lagoa, S.A., a Ventos do Litoral, S.A. e a Ventos dos Índios S.A. assinaram e têm disponíveis em diversas instituições financeiras nos valores de, aproximadamente, €14.402.000, €54.203.000, €35.531.000, €33.803.000, €33.078.000 e €38.094.000 respectivamente, em regime de "Project Finance". Esses empréstimos foram recebidos para o financiamento da construção dos parques eólicos e fotovoltaicos e de suas respectivas linhas de interconexão elétrica e subestações dos quais essas sociedades são titulares. O empréstimo sindicado recebido pela Ventos do Sul Energia, S.A., em reais brasileiros, tem um limite equivalente a R\$529.000.000 (Nota 20). Desde o dia 31 de dezembro de 2007, este empréstimo estava totalmente disponível. Igualmente, os empréstimos recebidos pela Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral, S.A. e Ventos dos Índios, S.A. têm uns limites de R\$153.653.000, R\$150.821.000, R\$141.250.000 e R\$134.573.000, sucessiva e respectivamente.

A venda da sociedade Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U., durante o exercício de 2016, representou uma redução da dívida de 56 milhões de euros aproximadamente (ver nota 2.g).

A amortização dos empréstimos sindicados será realizada em 25 amortizações semestrais consecutivas. No caso dos empréstimos concedidos à sociedade controlada Galicia Vento S.L., respectivamente, e em 144, 192, 192, 192 e 192 amortizações mensais nos conferidos à Ventos Do Sul Energía, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos do Litoral, S.A., Ventos do Lagoa, S.A. e Ventos dos Índios, S.A., respectivamente.

Os empréstimos espanhóis sindicados incorrem numa taxa de juros equivalente à EURIBOR em seis meses mais uma margem de mercado, que pode variar posteriormente em função do R.C.S.D.P. auditado (quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal auditado). No caso dos empréstimos obtidos em reais brasileiros pelas sociedades controladas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral, S.A., a taxa de juros aplicável é o resultado de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo (TJLP) do país. Com a finalidade de reduzir o risco da taxa de juros de seus respectivos empréstimos sindicados a Galicia Vento, S.L. tem assinado com diversas instituições financeiras contratos "swap" com taxa de juros fixa de 1,09%, que cobre 65% da dívida viva em cada uma das sociedades mencionadas (Nota 15).

Para os empréstimos sindicados em regime de "Project Finance" das sociedades espanholas controladas, o quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal (R.C.S.D.P.) deve ser, segundo é extraído das escrituras dos empréstimos de financiamento, superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo, calculando-se, basicamente, como a proporção entre o Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida de um exercício encerrado de 12 meses de duração, e o Serviço da dívida para esse mesmo exercício, tal como é definido no empréstimo. Adicionalmente estas sociedades deverão manter um quociente Fundos Alheios/Recursos Próprios e uma estrutura de recursos próprios determinados.

As sociedades espanholas são obrigadas, ainda, a formalizar, num prazo de dois anos contados da implementação do parque, uma conta de reserva para o serviço da dívida (materializada num depósito bancário), no valor determinado especificamente nos respectivos contratos de financiamento (Nota 11). Do mesmo modo, são obrigados a realizar uma cobertura de risco de evolução da taxa de juros, após o requerimento prévio da instituição de crédito agente, por, no mínimo, 65% do valor do empréstimo e um prazo mínimo de 9 anos, em cumprimento do qual foram assinados os contratos de "swap" mencionados anteriormente. No caso da Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral, S.A., também existe a obrigação de manter uns quocientes de cobertura da dívida dentro de uns limites, bem como de depositar numa conta reserva um valor monetário que cubra, pelo menos, três mensalidades do pagamento de principal e dos juros. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora não ocorreu nenhum problema em relação ao cumprimento dos contratos.

Como garantia de cada um dos empréstimos sindicados das sociedades espanholas foi constituído um direito real de penhor sobre as ações das respectivas sociedades controladas e, adicionalmente, sobre as indenizações, compensações e/ou sanções que possam ser geradas a favor das mesmas, em relação aos contratos de execução de obra e de gestão da exploração e sobre todas as contas de tesouraria dessas sociedades eólicas. Em relação à Ventos do Sul Energia, S.A., à Parques Eólicos Palmares, S.A., à Ventos da Lagoa, S.A. e à Ventos do Litoral, S.A., estas sociedades assinaram com as instituições financeiras uma garantia fiduciária sobre o imobilizado tangível.

Do mesmo modo, as sociedades controladas assumiram, em virtude desses empréstimos, diversas limitações à liberdade de alienação de suas imobilizações tangíveis e de distribuição de dividendos. Essas restrições estão sujeitas ao cumprimento de certas condições, como a manutenção do quociente de cobertura da dívida estipulado nas escrituras dos empréstimos de financiamento e da constituição da conta de reserva para o serviço da dívida (Nota 11).

Os Administradores consideram que todas as condições estabelecidas pelos empréstimos sindicados assinados estão sendo cumpridas, e que o financiamento em regime de "Project Finance" irá sendo atendido normalmente com as receitas geradas pela atividade de cada projeto.

Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-promissórias-

A Elecnor, S.A. começou o exercício de 2016 com um saldo emitido em notas promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa (MARF) de 100 milhões de euros. As novas emissões do exercício de 2016 somaram 402 milhões de euros e os vencimentos 429 milhões de euros, por isso o saldo vivo em 31 de dezembro de 2016 é de 73 milhões de euros (730 títulos de 100.000 euros de valor nominal unitário).

A Elecnor, S.A. começou o exercício de 2015 com um saldo emitido em notas promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa (MARF) de 100 milhões de euros. As novas emissões do exercício do 2015 somaram 171 milhões de euros e os vencimentos 171 milhões de euros, pelo que o saldo vivo em 31 de dezembro de 2015 foi de 100 milhões de euros (1.000 títulos de 100.000 euros de valor nominal unitário).

Os programas de notas promissórias em vigor durante os exercícios de 2016 e 2015 contemplam um limite máximo de emissões vivas em cada momento de 200 milhões de euros.

Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-fotovoltaicos-

Com data de 29 de dezembro de 2016, foi cancelado o Empréstimo Sindicado da Siberia Solar, S.L.U. cujo valor pendente de amortização em 31 de dezembro de 2015 ascendia a 24 milhões de euros aproximadamente, mediante a emissão de Bônus no valor de 41,6 milhões de euros. Sobre este financiamento incide uma taxa de juros fixo anual de 3,948%, com último vencimento em 30 de junho de 2038.

Empréstimos com garantia pessoal-

Durante o exercício de 2016 a Elecnor não contratou os novos empréstimos bancários com garantia pessoal.

Resto de financiamento-

O Grupo ELECENOR contratou, no exercício de 2007, um empréstimo com garantia hipotecária para a aquisição de um galpão industrial em Valência para desenvolver sua atividade de fabricação de módulos solares (Nota 9). O saldo pendente de vencimento desse empréstimo ascende a €7.983.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2016 (€8.534.000 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, a Elecnor, S.A., incluindo a parte B do empréstimo sindicado, mantém abertas com diferentes instituições 9 linhas de crédito com um limite máximo total de 396 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2015 contava com 11 linhas de crédito com um limite máximo total de 457 milhões de euros). Sobre as linhas de crédito incide uma taxa de juros indexada ao EURIBOR/LIBOR acrescida de um diferencial de mercado, e a maioria vence em um ano, ou em até três anos com renovações tácitas anuais.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo ELECENOR não tem dívidas com instituições de crédito indexadas a uma taxa de juros fixa por um valor significativo, salvo pelo efeito das operações de cobertura que são descritas na Nota 15.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo ELECENOR utiliza instrumentos financeiros derivativos para cobrir os riscos aos que estão expostas suas atividades, operações e fluxos de caixa futuros decorrentes das variações das taxas de câmbio e das taxas de juros, as quais afetam os resultados do Grupo. O detalhamento das composições dos saldos que registram a avaliação de derivativos das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	2016				2015			
	Ativo não circulante (Nota 11)	Ativo circulante	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)	Ativo não circulante (Nota 11)	Ativo circulante	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)
COBERTURA DE TAXA DE JUROS								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Swaps de taxas de juros	523	-	28.920	1.256	222	-	35.145	2.894
COBERTURA DE TAXA DE CÂMBIO								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Seguros de câmbio	-	458	-	4.565	7.736	-	-	3.808
	523	458	28.920	5.821	7.958	-	35.145	6.702

Taxa de câmbio-

O Grupo ELECENOR utiliza instrumentos de cobertura da taxa de câmbio principalmente para suavizar o possível efeito negativo que as variações nas taxas de câmbio possam significar nos fluxos de caixa futuros correspondentes a dois tipos de transações:

- Pagamentos correspondentes a contratos de obra e fornecimento cuja moeda é diferente do euro.
- Cobranças correspondentes a contratos de obra cuja moeda é diferente do euro.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o valor nominal total objeto de cobertura da taxa de câmbio é o seguinte:

Moedas	31.12.2016	31.12.2015
Milhares de Dólares americanos	43.566	67.885
Milhares de euros	532	2.731

Do total de nominais cobertos em 31 de dezembro de 2016, €14.035.000 correspondem a seguros de compras de dólares para cobrir futuros fluxos de pagamento da referida moeda estrangeira, e €31.766.000 correspondem a seguros de venda de dólares para cobrir fluxos futuros de cobranças nesta moeda estrangeira (em 2015, €45.674.000 correspondem a seguros de compras de dólares para cobrir futuros fluxos de pagamento nestas moedas estrangeiras e €14.925.000 correspondiam a seguros de venda de dólares para cobrir fluxos futuros de cobranças nesta moeda estrangeira).

O valor da contrapartida em euros do valor nominal objeto de cobertura da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016 ascende a €46.333.000, aproximadamente (€63.330.000 aproximadamente em 2015).

Está previsto que o vencimento destes seguros de câmbio coincida com a corrente real de pagamentos e cobranças que estão cobrindo, sendo o risco de variações nos fluxos de caixa esperados muito baixos, já que existem contratos assinados que mostram o calendário de pagamentos e de cobranças correspondente.

Taxa de juros-

O Grupo ELECNOR realiza operações de cobertura de taxa de juros de acordo com sua política de gestão de riscos. Essas operações visam suavizar o efeito que a variação nas taxas de juros pode ter sobre os fluxos de caixa futuros de determinados créditos e empréstimos indexados a uma taxa de juros variável, associados ao financiamento corporativo da Sociedade controladora e aos financiamentos dos projetos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o valor nominal total dos passivos objeto de cobertura de taxa de juros é de €548.077.000 e €505.295.000, respectivamente.

A seguir é mostrado o detalhamento dos vencimentos dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	31/12/2016					Total
	Milhares de euros					
	Vencimento					
	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes	
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de USD (*)	(17.075)	(11.284)	(1.857)	-	-	(30.216)
Compra de USD (*)	13.350	-	-	-	-	13.350
Compra de EUR (*)	532	-	-	-	-	532
Cobertura de taxas de juros	(8.775)	(6.018)	(5.315)	(4.648)	(7.768)	(32.524)
Cross currency swap:						
Fluxo em GBP (*)	7.100	-	-	-	-	7.100
Fluxo em AUD (*)	24.100	-	-	-	-	24.100
Fluxo em USD (*)	(56.328)	-	-	-	-	(56.328)

(*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente.

	31/12/2015					Total
	Milhares de euros					
	Vencimento					
	2016	2017	2018	2019	2020 e seguintes	
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de USD (*)	(16.208)	-	-	-	-	(16.208)
Compra de USD (*)	51.677	-	-	-	-	51.677
Compra de EUR (*)	2.713	-	-	-	-	2.713
Cobertura de taxas de juros	(18.238)	(7.475)	(6.724)	(6.013)	(10.875)	(49.325)
Cross currency swap:						
Fluxo em GBP (*)	2.050	-	-	-	-	2.050
Fluxo em AUD (*)	11.775	-	-	-	-	11.775

(*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente

O vencimento dos valores nominais dos diferentes instrumentos financeiros derivativos acima descritos, sem incluir os de cobertura de taxa de câmbio, é o seguinte:

	31/12/2016					
	Milhares de euros					
	Vencimento					
	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes	Total
Cobertura de taxas de juros	28.372	39.533	60.415	90.911	328.846	548.077

	31/12/2015					
	Milhares de euros					
	Vencimento					
	2016	2017	2018	2019	2020 e seguintes	Total
Cobertura de taxas de juros	34.443	46.102	54.585	94.961	275.204	505.295

Os swaps de taxas de juros têm o mesmo valor nominal, ou inferior, que os principais vivos dos empréstimos cobertos e o mesmo vencimento que as datas de liquidações de juros dos empréstimos que estão cobrindo.

Em relação às coberturas de taxas de câmbio quanto às taxas de juros, nos exercícios de 2016 e de 2015 não ocorreu nenhuma circunstância que exija a modificação da política de contabilidade de coberturas, inicialmente adotada, na hora de contabilizar os derivativos. Durante os exercícios de 2016 e 2015 o Grupo Elecnor não manteve derivados que não cumpram as condições para serem considerados cobertura contábil.

Preço-

O valor de mercado dos diferentes instrumentos financeiros é calculado através dos seguintes procedimentos:

- O valor de mercado dos derivativos cotados num mercado organizado é a sua cotação no encerramento do exercício.
- No caso dos derivados não negociáveis em mercados organizados o Grupo ELEC NOR utiliza, para avaliá-los, as avaliações enviadas pelas instituições financeiras, bem como as hipóteses baseadas nas condições de mercado na data de encerramento do exercício. Mais especificamente, o valor de mercado dos swaps de taxa de juros é calculado através da atualização pela taxa de juros de mercado da diferença de taxas do swap, enquanto o valor de mercado dos contratos de taxa de câmbio no futuro é determinado descontando os fluxos futuros estimados utilizando as taxas de câmbio futuras existentes no encerramento do exercício.

Este procedimento também é utilizado para avaliar o mercado dos empréstimos e créditos existentes devido às operações de permuta financeira denominadas "cross currency swaps", mediante as quais o Grupo e o banco se intercambiam as correntes de um empréstimo expresso em euros, pelas correntes de outro empréstimo expresso em dólares (canadenses/americanos), liquidando-se a diferença que resultar no vencimento. No encerramento do exercício, o Grupo converte o empréstimo em dólares (mais os juros incorridos) à taxa de câmbio de encerramento e o compara com o empréstimo em euros (mais os juros incorridos), registrando o valor líquido (a diferença) nas rubricas "Outros ativos circulantes", "Ativos financeiros não circulantes" ou "Dívida financeira", dependendo do saldo devedor ou credor e de seu vencimento, sendo gerado como contrapartida uma receita ou uma despesa por diferenças de câmbio.

As principais características dos "cross currency swaps" em vigor em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (USD)	(56.328)	-
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (GBP)	7.100	(2.050)
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (AUD)	24.100	11.775
Contravalor em euros	(28.637)	10.615
Valor justo no encerramento do exercício	309	(55)

Os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2016 tinham a data de início estabelecida nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2016, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, em janeiro de 2017.

Os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2015 tinham a data de início estabelecida no dia 29 de dezembro de 2015, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, o dia 29 de janeiro de 2016.

Esses instrumentos financeiros não foram designados como de cobertura, de forma que o Grupo registra, no encerramento de cada exercício, a variação em seus valores justos diretamente na conta de resultados correspondente.

16. PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS

O movimento e a composição da rubrica “Provisões para riscos e despesas” do passivo não circulante da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2016 e de 2015 são os seguintes:

	Milhares de euros		
	Provisões para litígios e responsabilidades	Provisões para garantias	Total Provisões para riscos e despesas
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.435	943	13.378
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	2.530	19	2.549
Diferenças de conversão	(822)	-	(822)
Reversões com crédito nas perdas e ganhos (Nota 21)	(3.137)	(264)	(3.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.006	698	11.704
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	3.294	6	3.300
Reclassificação	4.989	-	4.989
Diferenças de conversão	193	-	193
Pagamento	(401)	-	(401)
Reversões com crédito nas perdas e ganhos (Nota 21)	(509)	(155)	(664)
Outros	(402)	-	(402)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.170	549	18.719

O Grupo realiza uma estimativa da avaliação dos passivos gerados por litígios e semelhantes. Embora o grupo estime que a saída de fluxos será feita nos próximos exercícios, não pode prever a data de finalização dos litígios e, por isso, não realiza estimativas das datas específicas das saídas de fluxos considerando que o valor do efeito de uma possível atualização não seria significativo.

O Grupo, dadas suas atividades, está exposto a numerosas reclamações e litígios que, na maior parte, comportam valores pouco significativos. A rubrica “Provisões para litígios e responsabilidades” do quadro anterior inclui a melhor estimativa do Grupo sobre possíveis penalidades e outras contingências em relação à execução de diferentes projetos desenvolvidos, principalmente, no exterior. Os Administradores estimaram que a provisão dotada cobre de forma razoável os prováveis desembolsos que ocorrerão no futuro decorrentes de fatos passados.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E FATURAMENTO ANTECIPADO

A composição desses itens incluídos na rubrica “Credores comerciais e outras contas a pagar” da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Faturamento antecipado (Nota 3.c)	468.496	376.155
Adiantamento de clientes	115.429	139.580
	583.925	515.735

O faturamento antecipado é composto pelas faturas emitidas por conta, de acordo com as condições temporárias estipuladas nos contratos de obra atualmente em andamento.

Os adiantamentos de clientes se referem, basicamente, aos valores pagos por antecipado pelos clientes antes de ser iniciada a execução dos respectivos contratos. Esses adiantamentos vão sendo descontados do faturamento efetuado durante a prossecução desses contratos.

18. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS NO LONGO PRAZO

O movimento e a composição das rubricas “Impostos diferidos ativos” e “Impostos diferidos passivos” da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2016 e de 2015 são os seguintes:

	31/12/2014	Transferências	Crédito/ débito na conta de resultados	Crédito/ débito na reserva de avaliação de ativos e passivos	Diferenças de conversão	Baixas do perímetro	31/12/2015	Transferências	Crédito/ débito na conta de resultados	Crédito/ débito na reserva de avaliação de ativos e passivos	Diferenças de conversão	Baixas do perímetro	31/12/2016
Impostos diferidos ativos:													
Avaliação de instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	11.145	41	-	(122)	283	-	11.347	-	(2.652)	554	154	-	9.403
Imobilizado tangível/intangível	5.821	7.789	(1.509)	(12)	-	(298)	11.791	1.233	(2.768)	-	4	(541)	9.719
Créditos fiscais	18.531	(3.455)	(3.003)	-	(524)	-	11.549	(1.037)	11.465	-	1.141	-	23.118
Deduções e bonificações pendentes de aplicar	3.896	1.266	(1.147)	-	-	-	4.015	1.208	207	-	193	(160)	5.463
Perdas sucursais exterior	6.841	(24)	2.014	-	-	-	8.831	-	(466)	-	-	-	8.365
Provisões não dedutíveis (Nota 16)	9.206	460	5.737	-	-	-	15.403	502	6.932	-	541	-	23.378
Outros impostos diferidos ativos	22.815	(6.077)	1.885	-	(1.126)	-	17.497	(549)	103	-	2.670	(740)	18.981
	78.255	-	3.977	(134)	(1.367)	(298)	80.433	1.357	12.821	554	4.703	(1.441)	98.427
Impostos diferidos passivos:													
Imobilizado tangível/intangível	12.074	8.671	1.633	-	(2.098)	-	20.280	2.576	9.863	-	2.482	-	35.201
Fundo de comércio	9.300	(6.297)	301	-	-	-	3.304	-	(1.060)	-	-	-	2.244
Avaliação de instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	1.006	-	-	2.032	(347)	-	2.691	-	-	(2.542)	-	-	149
Operação de alienação da Enerfin Enervento, S.A.	6.996	(200)	-	-	-	-	6.796	-	(1.133)	-	-	-	5.663
Dedução prêmio de emissão	2.374	-	-	-	-	-	2.374	-	-	-	-	-	2.374
Outros impostos diferidos passivos	26.822	300	6.200	-	(1.806)	-	31.516	(1.392)	3.804	-	7.825	-	41.753
	58.572	2.474	8.134	2.032	(4.251)	-	66.961	1.184	11.474	(2.542)	10.307	-	87.384

Os ativos e passivos por impostos diferidos cujo prazo de realização ou de reversão for inferior a 12 meses são pouco significativos.

Os capítulos “Impostos diferidos ativos – Imobilizado tangível/intangível” e “Impostos diferidos passivos – Imobilizado tangível/intangível” do quadro anterior incluem, principalmente, as diferenças temporárias surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de diferentes elementos do imobilizado tangível e do ativo intangível, bem como as diferenças temporárias derivadas das diferenças entre a amortização contábil e fiscal destes elementos do ativo não corrente (Notas 8 e 9).

Os capítulos “Impostos diferidos ativos – Créditos fiscais” e “Impostos diferidos ativos – Deduções e bonificações pendentes de aplicar” do quadro anterior incluem, respectivamente, os créditos fiscais por bases tributáveis negativas e deduções pendentes de compensação por parte de diversas sociedades do Grupo que foram ativados por serem considerados pelos Administradores da Sociedade controladora recuperáveis com as receitas previstas que serão obtidas pelas mesmas nos próximos exercícios.

O capítulo “Impostos diferidos ativos – Provisões não dedutíveis” do quadro anterior inclui, principalmente, o impacto fiscal dos ajustes ao resultado contábil como consequência de diferentes provisões que não se consideraram dedutíveis no momento do seu registro contábil (Notas 12.a e 16).

Os capítulos “Impostos diferidos ativos – Outros impostos diferidos ativos” e “Impostos diferidos passivos – Outros impostos diferidos passivos” do quadro anterior inclui, principalmente, o impacto fiscal de diferentes receitas e despesas cujo efeito fiscal não coincide com o momento de seu registro contábil, bem como as diferenças temporárias surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de determinados ativos, principalmente ativos financeiros (Nota 11).

O capítulo “Impostos diferidos passivos – Operação de alienação da Enerfin Enervento, S.A.” do quadro anterior corresponde ao impacto fiscal da mais-valia obtida apenas em nível consolidado pelo Grupo em virtude do aumento de capital com prêmio de emissão da mesma assinada por um terceiro em 2005.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os créditos fiscais por bases tributáveis negativas ativadas, bem como os ativos e passivos por impostos diferidos por entidades/subgrupos são detalhados a seguir:

	2016		
	Milhares de euros		
	Créditos fiscais	Ativo por imposto diferido	Passivo por imposto diferido
Elecnor, S.A.	-	23.737	3.889
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	4.170	5.490	-
Subgrupo Celeo	10.527	31.884	56.203
Subgrupo Enerfin	3.498	16.922	22.751
Audeca	-	186	4.190
Elecnor do Brasil	3.300	3.300	-
IOA	960	1.064	-
Elecnor Chile	-	8.151	-
Resto	663	7.693	351
	23.118	98.427	87.384

	2015		
	Milhares de euros		
	Créditos fiscais	Ativo por imposto diferido	Passivo por imposto diferido
Elecnor, S.A.	1.016	26.078	3.689
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	4.170	5.514	-
Subgrupo Celeo	1.634	16.956	30.496
Subgrupo Enerfin	2.007	22.272	25.234
Audeca	-	239	4.683
Elecnor Brasil	2.526	2.526	2.630
Resto	196	6.848	229
	11.549	80.433	66.961

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhamento das bases tributáveis negativas em milhares de euros não ativadas das entidades/grupos fiscais mais significativos, bem como a sua data de validade, é como segue:

2016	Bases tributáveis negativas a compensar não ativadas	Ano de validade
Celeo Redes	3.681	sem vencimento
Elecnor do Brasil	13.067	sem vencimento
Montelecno	16.704	2020 - 2021
Elecnor Argentina	4.637	2019 - 2021
Belco	7.950	sem vencimento
Elecnor, INC	29.524	sem vencimento
	75.563	

2015	Bases tributáveis negativas a compensar não ativadas	Ano de validade
Celeo Redes	4.250	sem vencimento
Elecnor Chile	7.107	sem vencimento
Montelecno	5.461	2019
Elecnor Argentina	4.701	2019-2020
Elecnor, INC	28.160	sem vencimento
	49.679	

19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A composição das rubricas “Ativo corrente – Administrações Públicas devedoras” e “Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades” e “Outras dívidas – Administrações Públicas credoras” e “Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades” do ativo e do passivo, respectivamente, da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

	Milhares de Euros	
	2016	2015
Administração Pública, devedora-		
Fazenda Nacional, devedora por IVA	21.349	14.147
Fazenda Nacional, devedora por IRPF	-	15
Fazenda Nacional, retenções e pagamentos por conta	10.489	14.408
Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades	7.314	6.901
Fazenda Nacional, devedora por diversos itens (*)	21.993	16.528
Organismos da Seguridade Social, devedores	5.272	3.174
Subvenções	-	7
Total	66.417	55.180
Administração Pública, credora-		
Fazenda Nacional, credora por IVA	22.425	25.223
Fazenda Nacional, credora por retenções efetuadas	11.563	8.387
Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades	26.716	19.016
Fazenda Nacional, credora por outros itens (*)	15.690	17.758
Organismos da Seguridade Social, credores	11.739	10.003
Total	88.133	80.387

(*) Principalmente provenientes das UTEs e das filiais exteriores.

No encerramento do exercício de 2016, a Sociedade controladora tem abertos para inspeção os exercícios desde 2012 para todos os impostos aos quais está sujeita, salvo o imposto sobre sociedades que tem aberto desde o exercício de 2011. Como consequência das diferentes interpretações que possam ser feitas à norma fiscal em vigor, poderiam existir determinados passivos de carácter contingente que não são susceptíveis de quantificação objetiva. Não obstante, os Administradores da Sociedade controladora consideram que foram feitas adequadamente as liquidações dos referidos impostos, pelo que, mesmo em caso de surgirem discrepância na interpretação da regulamentação em vigor pelo tratamento fiscal concedido às operações, os eventuais passivos resultantes, em caso de se materializar, não afetariam de modo significativa as demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

Atualmente a Sociedade controladora se encontra imersa num processo de inspeção fiscal que abrange os exercícios de 2011 a 2013 em relação ao imposto de sociedade, e de 2012 a 2014 para os restantes impostos.

O quadro que é apresentado a seguir estabelece a determinação da despesa gerada pelo Imposto sobre Sociedades nos exercícios de 2016 e de 2015, que é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Resultado consolidado antes de impostos	129.309	128.760
Despesas não dedutíveis	6.196	3.908
Receitas não computáveis (**)	(5.996)	(28.565)
Resultado líquido de sociedades integradas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(2.210)	(3.038)
Outros	(566)	(837)
Reserva de capitalização	(1.397)	(1.764)
Créditos fiscais não ativados aplicados	(5.223)	-
Bases tributáveis negativas não ativadas (***)	34.502	17.728
Resultado contábil ajustado	154.615	116.129
Imposto bruto calculado pela taxa tributária em vigor em cada país (*)	44.582	40.176
Deduções da quota por incentivos fiscais e outras	(1.162)	(2.832)
Regularização da despesa por Imposto sobre Sociedades do exercício anterior	(1.685)	947
Ativação bases tributáveis de exercícios anteriores	-	-
Efeito mudança alíquota em impostos diferidos	-	-
Outros ajustes	1.838	136
Despesa gerada por Impostos sobre os ganhos	43.573	38.427

(*) As diferentes sociedades estrangeiras controladas consolidadas pelo método de consolidação global calculam a despesa por Imposto sobre Sociedades, bem como as quotas resultantes dos diferentes impostos que lhe são aplicáveis, em conformidade com suas correspondentes legislações, e de acordo com as taxas tributáveis em vigor em cada país.

(**) As receitas não computáveis relativas ao exercício de 2015 y 2016 correspondem, principalmente, aos ajustes ao resultado contábil por receitas por alienação de participações financeiras que são isentas de tributação (Notas 2.g e 13), bem como pelas receitas derivadas de sucursais e UTEs no exterior.

(***) Corresponde, principalmente, às Sociedades Belco Elecnor Electric, INC no valor de 7,6 milhões de euros, Monelecnor, S.A. no valor de 9,7 milhões de euros, Celeo Redes Chile, S.A. no valor de 5 milhões de euros e Elecnor do Brasil, L.T.D.A. no valor de 5,3 milhões de euros.

A Lei 27/2014, de 27 de novembro de 2014, do Imposto sobre Sociedades, aprovada em 28 de novembro de 2014 e que significa uma completa revisão da anterior norma reguladora do referido Imposto, entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015. Entre as numerosas alterações normativas introduzidas pela mencionada norma nova, destaca-se a não dedutibilidade fiscal das perdas por deterioração de carteira e a isenção para evitar a dupla tributação sobre dividendos e rendas derivadas da transmissão de valores representativos dos fundos próprios de entidades residentes e não residentes em território espanhol, bem como a alteração da taxa tributária, que passou a ser de 28% para 2015 e de 25% para 2016 e seguintes.

A seguir são detalhados os principais componentes da despesa incorrida por Impostos sobre os ganhos nos exercícios de 2016 e de 2015:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Imposto corrente		
Do exercício	44.767	33.187
Ajustes de exercícios anteriores	(1.685)	947
Outros ajustes	1.838	136
Imposto diferido		
Valor da despesa (receita) por impostos diferidos relacionado com o nascimento e a reversão de diferenças temporárias	(1.347)	4.157
Despesa gerada por Impostos sobre os ganhos	43.573	38.427

Do mesmo modo, a seguir é detalhada a quantia e a data de validade das diferenças temporárias dedutíveis, perdas ou créditos fiscais para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos no balanço em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em milhares de euros):

Bases tributáveis negativas a compensar	31/12/2016
Ano de validade:	
2019	1.914
2020	8.273
2021	11.153
2022	1.405
2023	216
Sem vencimento	61.332
Total	84.293

Bases tributáveis negativas a compensar	31/12/2015
Ano de validade:	
2019	2.281
2020	7.892
2022	2.139
2023	519
Sem vencimento	43.484
Total	56.315

Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar	31/12/2016
Ano de validade:	
2018	141
2027	626
2028	890
2029	451
2030	124
2031	141
2033	117
2034	109
Sem vencimento	399
Total	2.998

Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar	31/12/2015
Ano de validade:	
2017	75
2027	626
2028	890
2029	451
2030	124
2031	141
Sem vencimento	2.645
Total	4.952

As bases tributáveis negativas a compensar e os créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar acima descritos foram gerados por diferentes sociedades pertencentes ao Grupo ELEC NOR e a sua recuperabilidade futura está condicionada à obtenção de bases tributáveis positivas suficientes por parte das próprias sociedades que os geraram.

Como consequência das diferentes interpretações que possam ser feitas à norma fiscal em vigor, poderiam existir determinados passivos de carácter contingente que não são susceptíveis de quantificação objetiva. No entanto, segundo a opinião dos Administradores da Sociedade controladora, a possibilidade de que em futuras inspeções sejam materializados esses passivos contingentes nas sociedades do Grupo é remota, e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse derivar deles não afetaria significativamente as demonstrações financeiras do Grupo ELEC NOR.

20. GARANTIAS COMPROMETIDAS COM TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o risco por avais recebidos e fianças de licitação, boa execução ou garantia de obras, correspondentes, principalmente, à Sociedade controladora, e o seu detalhamento, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
De execução de obras	630.788	546.113
De adiantamentos de contratos:		
Em vigor	174.599	198.300
Pendentes de cancelar	16.782	929
Em garantia de obras	354.280	264.239
De licitação de obras	64.947	72.579
Outros	63.735	16.206
Total	1.305.131	1.098.366

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Sociedade controladora prestou avais no valor de €92.000.000 para o cliente EDC Electricidad Caracas a título de garantia de execução de obra e adiantamento de contratos. O Grupo estima que esses avais serão recuperados durante os primeiros meses do exercício de 2017.

O montante de avais restante e de avais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é composto por numerosos avais de valor pouco significativo de modo individual, relacionados, todos eles, com a atividade normal do Grupo.

Os Administradores da Sociedade controladora estimam que os passivos que possam ser originados pelos avais prestados, se houver, não significariam perdas significativas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

21. RECEITAS E DESPESAS

Valor líquido do volume de negócios-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Contratos de construção e prestação de serviços	1.866.515	1.723.707
Venda de bens e energia	168.621	157.536
Total	2.035.136	1.881.143

Aprovisionamentos-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Compras de matérias-primas e outros provisionamentos	1.037.551	962.318
Varição de estoques comerciais, matérias-primas e outros estoques	1.230	5.294
Total	1.038.781	967.612

Outras despesas operacionais-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Serviços externos	289.716	289.693
Tributos	40.933	38.795
Outras despesas de gestão	4.050	4.628
Total	334.699	333.116

Despesas com pessoal-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Salários e ordenados	423.736	395.736
Seguridade Social a cargo da empresa	84.414	83.261
Outras despesas sociais	43.195	34.346
Total	551.345	513.343

O número médio de pessoas empregadas no decurso dos exercícios de 2016 e de 2015, distribuído por categorias, foi o seguinte:

	Número médio de funcionários	
	2016	2015
Alta Diretoria (Nota 25)	6	6
Diretoria	23	21
Área Técnica	3.198	2.659
Área de Administração	1.497	1.461
Chefias intermédias	1.091	1.092
Oficiais	5.090	5.290
Especialistas	1.034	873
Serventes	828	872
Subalternos	310	318
Total	13.077	12.592

Do quadro de funcionários médio do Grupo durante 2016 e 2015, 5.646 e 4.813 pessoas, respectivamente, possuíam contratos de carácter eventual.

Do mesmo modo, a distribuição por sexos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, detalhada por categorias, é a seguinte:

Categorias	31.12.2016		31.12.2015	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alta Diretoria (Nota 25)	5	-	6	-
Diretoria	20	2	18	1
Área Técnica	2.990	493	2.252	465
Área de Administração	631	850	644	853
Chefias intermédias	1.055	39	1.076	31
Oficiais	5.100	78	4.936	120
Especialistas	983	24	1.006	29
Serventes	811	28	922	70
Subalternos	242	54	263	48
Total	11.837	1.568	11.123	1.617

O número médio de pessoas empregadas pela Sociedade controladora, com deficiência maior ou igual a 33%, detalhado por categorias, é o seguinte:

Categorias	2016	2015
Área Técnica	9	9
Área de Administração	8	8
Especialistas	2	2
Chefias intermédias	4	4
Oficiais	14	14
Serventes	1	1
Total	38	38

A Elecnor, S.A. fechou o exercício de 2016 com um quadro de funcionários de 7.059 pessoas na Espanha, das quais 38 são portadoras de deficiência, o que significa um 0,54% do quadro de funcionários na Espanha. Elecnor, S.A., tem concedida a excepcionalidade através de medidas alternativas. As compras realizadas no Centro Especial de Empleo e certificadas durante o exercício de 2016 ascenderam a €2.153.000, o que equivaleria a uma contratação adicional de 9,38% do quadro de funcionários com deficiência. Com tudo isso, seria um total de 8,84%, superando assim a quota de cumprimento obrigatório (2%).

Amortizações e provisões

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Dotações para amortizações de ativos tangíveis (Nota 9)	70.089	61.436
Dotações para amortizações de ativos intangíveis (Nota 8)	5.925	6.131
Varição de provisões para riscos e despesas (Nota 16)	2.636	(852)
Varição de deteriorações de contas a receber (Nota 12)	(4.697)	16.481
Deterioração imobilizado tangível	-	2.056
Deterioração fundo de comércio (Nota 7)	591	-
Varição de outras provisões	3.040	14.625
Total	77.584	99.877

Receias financeiras

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Receitas de outros valores negociáveis e créditos com terceiros	7.090	5.536
Outras receitas financeiras e receitas semelhantes (Notas 11 e 12)	60.766	71.370
Total	67.856	76.906

Durante o exercício de 2016 foi capitalizado um valor de €6.000.000 (€16.000.000 em 2015) a título de juros, sendo a taxa de capitalização de 6% aproximadamente em ambos os exercícios.

Despesas financeiras-

O detalhamento deste saldo das contas de resultados consolidadas dos exercícios de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2016	2015
Despesas financeiras com instituições de crédito (*)	95.829	89.134
Outras despesas financeiras	4.882	3.599
	100.711	92.733

(*) Derivados principalmente dos "Project finance" dos parques eólicos e fotovoltaicos, das sociedades concessionárias, dos empréstimos sindicados da Elecnor, S.A. e dos Swaps de taxa de juros (IRS) (Notas 14 e 15).

As despesas financeiras se referem, quase totalmente, com a aplicação do método da taxa de juros efetiva aos passivos financeiros na categoria de empréstimos e contas a pagar.

22. INTERESSES EM NEGÓCIOS CONJUNTOS - UNIÕES TEMPORÁRIAS DE EMPRESAS

Tal como é indicado na Nota 2.a, no exercício de 2016 e de 2015 o balanço e a demonstração dos resultados das Uniões Temporárias de Empresas, nas quais participam a Elecnor, S.A. ou suas sociedades controladas, são incorporados pelo método de consolidação proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, de acordo com o disposto na NIC 31.

A relação das Uniões Temporárias de Empresas (UTE), a percentagem de participação do Grupo, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como o valor da obra executada em 2016 e em 2015 e a carteira de encomendas no encerramento, são incluídos no Anexo II destas demonstrações financeiras consolidadas.

A contribuição das Uniões Temporárias de Empresas para as diferentes rubricas da demonstração da situação financeira e da conta de resultados (consolidadas) em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 anexas foi a seguinte:

ATIVO	Milhares de euros		PASSIVO	Milhares de euros	
	2016	2015		2016	2015
Imobilizado intangível	1	-	Resultado exercício	12.317	10.590
Imobilizado tangível	1.974	1.975	Dívidas com instituições de crédito	4.019	-
Imobilizado financeiro	28	10	Credores no longo prazo	4.055	-
Estoques	14.028	5.647	Credores e dívidas no curto prazo	188.568	123.039
Devedores	136.935	103.703			
Investimentos financeiros temporários	10.241	(319)			
Tesouraria	41.304	20.475			
Ajustes por periodização	4.448	2.138			
Total	208.959	133.629	Total	208.959	133.629

	Milhares de euros	
Conta de Resultados	2016	2015
Valor líquido volume de negócios	255.174	101.265
Aprovisionamentos	(197.300)	(67.022)
Receitas acessórias	333	259
Despesas com pessoal	(12.857)	(5.313)
Serviços externos	(23.081)	(11.268)
Tributos	(2.343)	(1.824)
Perdas por deterioração e variação de provisões por operações comerciais	(437)	113
Dotação para a amortização	(376)	(177)
Deterioração e resultado por alienação de imobilizado	18	-
Receias financeiras	358	57
Despesas financeiras	(5.938)	(3.081)
Diferenças de câmbio	(820)	181
Impostos estrangeiros	(414)	(2.600)
Total	12.317	10.590

23. CARTEIRA DE ENCOMENDAS

A carteira de encomendas pendente de executar em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 pela Sociedade controladora, excluídas as Uniões Temporárias de Empresas (Nota 22) e detalhada por linhas de negócio, é a seguinte:

Por Áreas Geográficas	Milhares de euros	
	2016	2015
Nacional	338.280	307.748
Exterior	1.475.859	1.618.054
Total	1.814.139	1.925.802
Por Atividades		
Eletricidade	475.122	675.461
Instalações	32.345	42.829
Gás	147.870	167.822
Geração de Energia	860.849	730.071
Ferrovias	83.500	71.779
Construção	67.931	121.505
Meio ambiente e água	10.997	12.302
Telecomunicações e sistemas	97.001	70.825
Manutenção	38.524	33.208
Total	1.814.139	1.925.802

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 a carteira de encomendas pendente de executar pelas sociedades controladas ascende a €524.592.000 (€576.643.000 em 2015), basicamente relacionada com as realizadas para empresas do setor elétrico.

24. REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a) Remunerações e outros proventos do Conselho de Administração-

Durante o exercício de 2016, os membros do Conselho de Administração da Sociedade controladora receberam remunerações no valor de €7.355.000 por todos os itens (€7.215.000 no exercício de 2015). Essas remunerações incluem as decorrentes da sua qualidade de pessoal diretivo.

A Sociedade controladora satisfaz um valor de €23.000, aproximadamente, a título de seguros de vida contratados a favor dos membros antigos ou atuais do Conselho de Administração (€17.000 no exercício de 2015).

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade controladora não tinha contraídas obrigações em matéria de pensões, nem garantias com os membros antigos ou atuais do referido Órgão de Administração, bem como nenhum crédito concedido.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Conselho de Administração da Sociedade controladora é composto por 14 membros, sendo um deles mulher.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor satisfeito pela Sociedade controladora, a título de prêmio de seguro de responsabilidade civil de todos os administradores ou de algum deles, por danos ocasionados por atos ou omissões no exercício do cargo não foi significativo.

b) Situações de conflito de interesse dos Administradores-

Os Membros do Conselho de Administração da Elecnor, S.A., e as pessoas ligadas aos mesmos, não incorreram em nenhuma situação de conflito de interesse que devesse ser objeto de comunicação, de acordo com o disposto no Artigo 229 do TRLSC.

c) Transações alheias ao negócio ordinário ou em condições diferentes de mercado realizadas pelos Administradores-

Durante o exercício de 2016 e 2015 os Administradores da Sociedade não realizaram com esta nem com sociedades do Grupo operações alheias ao negócio ordinário ou em condições diferentes às de mercado.

25. REMUNERAÇÕES DA ALTA DIRETORIA

Os custos com o pessoal (remunerações em dinheiro, em espécie, Seguridade Social, etc.) dos Diretores-Gerais da Sociedade controladora e pessoas que desempenham funções semelhantes – excluídos aqueles que, simultaneamente, têm a condição de membros do Conselho de Administração (cujas remunerações foram detalhadas antes) – durante os exercícios de 2016 e de 2015, ascendem a aproximadamente €2.103.000 e €1.967.000, respectivamente.

Nos exercícios de 2016 e de 2015 não foram verificadas outras operações com diretores alheias ao andamento normal do negócio. Todos os Diretores-Gerais da Sociedade controladora são homens em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Todos os saldos significativos mantidos no encerramento do exercício entre as entidades consolidadas e o efeito das transações realizadas entre si, ao longo do exercício, foram eliminados no processo de consolidação (Nota 2.f).

As condições das transações com as partes relacionadas são equivalentes às que ocorrem em transações feitas em condições de mercado. As transações efetuadas pelo Grupo com as sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação durante o exercício de 2016 e de 2015, são as seguintes:

Exercício de 2016

	Milhares de euros			
	Aprovisionamentos	Serviços externos	Vendas e outras receitas operacionais	Receias financeiras
Pelo método de equivalência patrimonial:				
Dioxipe Solar, S.L.	-	-	5.273	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	-	-	10.360	-
Gasoducto de Morelos, SAPI de CV	-	-	350	2.093
Morelos EPC, SAPI de CV	-	-	2.076	-
Total	-	-	18.059	2.093

Exercício de 2015

	Milhares de euros			
	Aprovisionamentos	Serviços externos	Vendas e outras receitas operacionais	Receias financeiras
Pelo método de equivalência patrimonial:				
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	-	14	-
Dioxipe Solar, S.L.	-	-	5.659	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	324	-	10.784	216
Gasoducto de Morelos, SAPI de CV	-	-	1.028	2.400
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	-	-	1	-
Morelos EPC, SAPI de CV	-	-	3.191	-
Outras sociedades:				
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	-	7	7
Fundación Elecnor	-	600	3	-
Total	324	600	20.687	2.623

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a composição dos saldos a receber e a pagar a estas sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação, decorrentes das operações anteriores, é a seguinte:

	Milhares de euros					
	2016			2015		
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a pagar	
	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas vinculadas e investimentos em empresas vinculadas a curto prazo	Credores comerciais, empresas coligadas e vinculadas	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas vinculadas e investimentos em empresas vinculadas a curto prazo	Credores comerciais, empresas coligadas e vinculadas
Pelo método de equivalência patrimonial:						
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	-	5	-	7	5
Sociedad Aguas Residuales Pirineos S.A.	-	-	-	-	1	-
Dioxipe Solar, S.L.	-	7.605	-	28.160	4.967	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	125	5.646	-	119	2.124	-
Gasoducto Morelos S.A.P.I. de CV	31.451	2.207	-	29.026	2.226	-
Brilhante Transmisora de Energia, S.A.	-	67	-	-	138	-
Morelos EPC, SAPI de CV	-	3.145	-	-	1.260	-
Outras sociedades:						
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	-	-	-	258	-
Enervento, Ventos do Faro Farelo, S.L.	-	-	-	-	13	-
Morelos O&M	-	220	-	-	-	-
Cantiles XXI, S.L. (Nota 5)	-	-	2.432	-	-	2.361
Consorcio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L.	-	-	-	250	-	-
	31.576	18.890	2.437	57.555	10.994	2.366

A Elecnor, S.A. concluiu em 2013 a construção das usinas termossolares para a Dioxipe Solar, S.L. e para a Aries Solar Termoeléctrica, S.L. Em 31 de dezembro de 2016 não há valor pendente de pagamento à Elecnor, S.A. por parte das sociedades devido aos contratos de construção (€2.105.000 pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2015 por parte da Aries Solar Termoeléctrica, S.L., e constava registrado na rubrica "Devedores comerciais, empresas vinculadas" da demonstração da situação financeira consolidada na mencionada data em anexo). Tudo o que está pendente de pagamento com ambas as sociedades no encerramento do exercício é devido aos contratos de manutenção. Em 31 de dezembro de 2016 a sociedade Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C. tem uma participação significativa na Elecnor, S.A., Sociedade controladora do GRUPO ELECNOR. Durante o exercício não foi realizada nenhuma transação com a referida sociedade, nem há saldos pendentes de cobrança ou pagamento em 31 de dezembro de 2016.

27. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES DE CONTAS

Durante o exercício de 2016 e 2015, os honorários relativos aos serviços de auditoria de contas e a outros serviços prestados pelo auditor da Sociedade controladora, a KPMG Auditores, S.L., ou por uma empresa vinculada ao auditor por controle, propriedade comum ou gestão foram os seguintes (em milhares de euros):

Exercício de 2016

Descrição	Milhares de euros	
	Serviços prestados pelo auditor principal	Serviços prestados por outras firmas de auditoria
Serviços de Auditoria	661	445
Outros serviços de Verificação	187	-
Total serviços de Auditoria e Relacionados	848	445
Serviços de Assessoria Fiscal	66	70
Outros serviços	667	56
Total Serviços Profissionais	1.581	571

Exercício de 2015

Descrição	Milhares de euros	
	Serviços prestados pelo auditor principal	Serviços prestados por outras firmas de auditoria
Serviços de Auditoria	578	473
Outros serviços de Verificação	220	-
Total serviços de Auditoria e Relacionados	798	473
Serviços de Assessoria Fiscal	16	59
Outros serviços	125	271
Total Serviços Profissionais	939	803

28. LUCROS POR AÇÃO

Os lucros básicos por ação correspondentes aos exercícios de 2016 e de 2015 são os seguintes:

	2016	2015
Lucro líquido atribuível (Milhares de euros)	68.465	65.662
Número de ações totais em circulação	87.000.000	87.000.000
Menos – Ações próprias (Nota 13 d)	(2.464.032)	(2.483.110)
Número médio ponderado de ações em circulação	84.535.968	84.516.890
Lucros básicos por ação (euros)	0,81	0,78

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Elecnor, S.A., Sociedade controladora do Grupo ELECENOR, não emitiu instrumentos financeiros nem outros contratos que dão direito ao seu possuidor a receber ações ordinárias da Sociedade. Como consequência, os lucros diluídos por ação coincidem com os lucros básicos por ação.

29. INFORMAÇÃO AMBIENTAL

O compromisso responsável com a proteção do entorno e com a eficiência no consumo de recursos energéticos são denominadores comuns em todas as atividades da Elecnor. Esses objetivos fizeram com que o respeito pelo meio ambiente e pela sustentabilidade façam parte de sua cultura e de seus valores em toda a organização.

Em 2016 a Elecnor renovou o Certificado AENOR Meio Ambiente CO2 Verificado segundo a norma ISO 14064-1. Através dessa verificação, o Grupo obtém um apoio independente e rigoroso da quantificação de suas emissões de GEI em suas atividades, visando melhorar sua gestão ambiental e energética.

Do mesmo modo, a Elecnor obteve o certificado de inscrição no Registro Nacional de Pegada de Carbono, compensação e projetos de absorção e dióxido de carbono. Trata-se de uma iniciativa da Oficina Española de Cambio Climático (OECC) do Ministério da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente (MAGRAMA) cujo objetivo é incentivar as organizações para que calculem, reduzam e compensem sua pegada de carbono, e que a registrem voluntariamente.

A Elecnor cumpriu seu objetivo de integrar a pegada de carbono nesse Registro, adiantando-se, assim, à regulamentação e obtendo um valor acrescentado para futuros projetos.

Na área de Sistemas de Gestão, a Elecnor conseguiu em 2016 a Certidão Multisite de seus Sistemas de Gestão Meio ambiental, outorgada pela AENOR. Trata-se de um certificado único para todas as organizações da Elecnor Infraestructuras que contém a abrangência das diferentes atividades e de todos os centros de trabalho que até agora estavam certificados em cada uma delas de forma individual.

O certificado único é o GA-2000/0294, que abrange as seguintes organizações:

- Subdireção Geral Grandes Redes
- Subdireção Geral Energia
- Subdireção Geral Instalações e Redes: Diretoria Centro e Delegações Norte, Diretoria Nordeste, Diretoria Leste, Diretoria Sul, Elecnor Meio Ambiente, Elecnor Segurança, Área 3 e Elecnor Infrastrutture S.R.L.

Mantém-se também os certificados das seguintes filiais:

- Ehisu Construcciones y Obras (GA-2006/0131)
- Aplicaciones Técnicas de la Energía, (GA-2009/0396)
- Audeca, (GA-1999/0134)

- Deimos (ES 028048-2)
- Hidroambiente (SGI 1201167/12)
- Enerfín (GA-2003/0416)
- Jomar Seguridad (GA-2014/0085)

Por outro lado, consolidou-se a implantação e a certificação pela AENOR do Sistema de Gestão Energética (GE-2013/0033) segundo a norma UNE-EN ISO 50001:2011, reforçando-se, assim, o compromisso do Grupo com a sustentabilidade. Neste contexto, foram realizadas uma série de auditorias energéticas na companhia que permitirão identificar os pontos nos quais se pode minimizar os consumos energéticos e, assim, contribuir para a redução da Pegada de Carbono.

30. INFORMAÇÃO SOBRE O PERÍODO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES. DISPOSIÇÃO FINAL SEGUNDA DA LEI 31/2014, DE 3 DE DEZEMBRO

A informação sobre o período médio de pagamento a fornecedores para os exercícios de 2016 e 2015 é o seguinte:

	2016	2015
	Días	
Período médio de pagamento a fornecedores	63	62
Rácio das operações pagas	70	69
Rácio das operações pendentes de pagamento	41	40
	Contravalor em Milhares de euros	
Total pagamentos realizados	799.612	786.415
Total pagamentos pendentes	202.148	206.862

Os dados mostrados no quadro anterior sobre pagamentos a fornecedores se referem aos das sociedades espanholas do conjunto consolidável que, por sua natureza, são credores comerciais por dívidas com fornecedores de bens e serviços, de modo que incluem os dados relativos às rubricas "Credores comerciais e outras contas a pagar - Dívidas por compras ou por prestação de serviços" do passivo circulante da demonstração da situação financeira consolidada.

31. FATOS POSTERIORES

Com data de 10 de fevereiro foi realizada a operação de venda da sociedade Barcaldine Remote Solar Farm, dedicada à exploração do parque solar fotovoltaico que o Grupo mantinha na Austrália, por um preço de 33,4 milhões de dólares australianos, que vai gerar um efeito positivo que ficará registrado na conta de resultados do exercício de 2017.

Anexo I:

DADOS DE EMPRESAS

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Sociedades participadas consolidadas por consolidação global				
Controlada da: ELECNOR,S.A.				
Elecven Construcciones, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construções e montagem	96,20%
Elecдор ,S.A.	EQUADOR	Atig Auditores	Construções e montagem	100,00%
Elecnor Do Brasil, L.T.D.A.	BRASIL	KPMG	Construções e montagem	100,00%
IDDE,S.A.	Madrid	***	Comercial	100,00%
Omninstal Electricidade, S.A.	PORTUGAL	KPMG	Construções e montagem	100,00%
Elecnor Argentina, S.A.	ARGENTINA	SMS	Construções e montagem	99,90%
Rasacaven, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construções e montagem	93,72%
Electrolíneas de Ecuador, S.A.	EQUADOR	Atig Auditores	Construções e montagem	100,00%
Elecnor Perú, S.A.	PERU	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Corporación Electrade, S.A.	VENEZUELA	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Chile, S.A.	CHILE	Armando Vergara Gutiérrez	Construção e montagem	100,00%
Hidroambiente, S.A.U.	Getxo (Vizcaya)	KPMG	Atividades de meio ambiente	100,00%
Deimos Engenharia, S.A.	PORTUGAL	ESAC Espírito Santo Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia aeronáutica e espacial	100,00%
Celeo Concesiones E Inversiones,S.L.U.	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	100,00%
Área 3 Equipamiento y Diseño del Interiorismo, S.L.U.	Madrid	***	Obras de design de interiores	100,00%
Celeo Termosolar,S.L.	Madrid	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termosolares.	100,00%
Audeca, S.L.U.	Madrid	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas.	100,00%
Deimos Castilla La Mancha, S.L.U.	Ciudad Real	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledeteção	100,00%
Elecfance,SASU	França	Excelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas	100,00%
Ditra Cantabria,S.A.U.	Santander	***	Instalação de redes elétricas	100,00%
Jomar Seguridad, S.L.U.	Guadalajara	***	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100,00%
Elecnor Energie and Bau, GmbH	ALEMANHA	***	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis.	100,00%
IQA Operations Group LTD	ESCÓCIA	KPMG	Instalações elétricas	96,88%
Elecnor Australia PTY, Ltd.	AUSTRÁLIA	ESV	Gestão e administração de empresas	100,00%
Elecnor South Africa (PTY) LTD	África do Sul	***	Construção e montagem	100,00%
Grupo Elecnor Angola	Angola	***	Atividades nas áreas das obras públicas e construção civil	55,00%
BETONOR,S.L. (****)	ANGOLA	***	Sem atividade	51,00%
Montelecnor, S.A.	URUGUAI	Ernst & Young	Construções e montagem	100,00%
Elecnor de Mexico, S.A.	MEXICO	KPMG	Construções e montagem	100,00%

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Enertel, S.A. de C.V.	MEXICO	KPMG	Construções e montagem	99,99%
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	Saragoça	Luis Ruiz- Apilanez	Construções e montagem	100,00%
Deimos Space, S.L.U.	Madrid	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Elecen, S.A.	HONDURAS	***	Construções e montagem	100,00%
Elecnor Seguridad, S.L.	Madrid	***	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100,00%
Elecnor, INC	Delaware (EUA)	RP&B	Instalações	100,00%
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	Valência	Deloitte	Energia solar	100,00%
Elecnor Montagens Eletricas.Ltda.	BRASIL	***	Construções e montagem	100,00%
Enerfin Sociedad de Energía,S.L.	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	99,99%
Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U.	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100,00%
Montagens Eléctricas da Serra, Ltda.	BRASIL	***	Construções e montagem	100,00%
Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	ESV	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Elecdal, URL	ARGÉLIA	***	Construções e montagem	100,00%
CELEO CONCESIONES E INVERSIONES,S.L.U.				
Celeo Redes,SLU (*)	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	51,00%
Celeo Energía S.L. (*)	ESPANHA	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar,S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
CELEO ENERGIA,S.L.				
Celeo Energía Chile,SPA (*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc	100,00%
Celeo Energía Brasil,LTDA (*)	BRASIL	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
CELEO REDES BRASIL,S.A.				
Encruzo Novo Transmissora de Energia, Ltda. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	51,00%
Integração Maranhense Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	26,01%
Linha De Transmissao Corumba,Ltda (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	51,00%
Caiua Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	26,01%
Cantareira Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	26,01%
Coqueiros Transmissora de Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	51,00%
Pedras Transmissora De Energía, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	51,00%
Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	51,00%

EXERCÍCIO DE 2016	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Jauru Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	16,99%
Lt Triangulo,S.A (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	51,00%
Vilhena Montagens Elétricas, Ltda (*)	BRASIL	***	Construções e montagem	100,00%
CELEO REDES CHILE Ltda				
Celeo Redes Operación Chile,S.A. (*)	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
CELEO REDES CHILE OPERACIÓN, S.A				
Diego de Almagro Transmisora de Energia,S.A. (*) (****)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Alto Jahuel Transmisora de Energia, S.A. (*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	50,99%
Charrua Transmisora De Energia,S.A. (*)	CHILE	KPMG	Montagem, instalação, exploração de Nova Linha , 2 x 5 Charrua – Ancoa	51,00%
Celeo Redes,S.L.U.				
Celeo Redes Brasil, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Corporación Electrade				
Electrade Investment, Ltda (*)	BARBADOS	***	Venda de materiais	100,00%
Deimos Space, S.L.U.				
Deimos Space UK, Limited (*)	INGLATERRA	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
S.C. Deimos Space,S.R.L. (*)	ROMÊNIA	***	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
ELEC NOR FINANCIERA ,S.L.				
Parque Eólico Malpica,S.A. (*)	Corunha	Deloitte	Construção e exploração de instalações de aproveitamento energético	87,80%
Elecnor Australia				
Green Light Contractors PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	ESV	Construção de um parque fotovoltaico	100,00%
Elecnor, INC				
Belco Elecnor Electric INC (*)	EUA	RP&B	Instalações elétricas	100,00%
Elecnor Hawkeye, LLC (*)	EUA	***	Instalações elétricas	100,00%
Electrol, S.A.				
Zogu,S.A. (*)	EQUADOR	Atig Auditores	Construções e montagem	100,00%
ENERFIN ENERVENTO EXTERIOR, S.L.U				
Ventos do Sul S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
ENERFIN DO BRASIL- SDAD DE ENERGIA LTDA				
Ventos de Cabo Verde I, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde II, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%

EJERCICIO 2016	Domicilio	Auditor	Actividad	% de Participación Directa o Indirecta
Ventos de Cabo Verde III, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Granja Vargas Energia, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Granjas Vargas II Energia, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Parques Eólicos Palmares, S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	80,00%
Ventos da Lagoa, S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos do Litoral Energia, S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
ENERFIN ENERGY CO OF CANADA, INC				
LAMBTON ENERWIND LIMITED PARTNERSHIP (SEC) (*) (****)	CANADÁ	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
LAMBTON ENERWIND GENERAL PARTNER INC (GP) (*) (****)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, INC. (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
ENERFIN ENERGY COMPANY OF AUSTRALIA PTY, LTD				
Bulgana Wind Farm PTY LTD (*)	AUSTRÁLIA	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
ENERFIN ENEVENTO EXTERIOR				
GUAJIRA EOLICA, S.A.S. (*)	COLÔMBIA			100,00%
ENERFIN SOCIEDAD DE ENERGÍA, S.L.				
Muiño do Vicedo, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	94,00%
Enerfera, S.R.L. (*)	ITÁLIA	***	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Enerfin Rodonita Galicia, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Parque Eólico Cofrentes, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Enerfin Energy Company, INC (*)	EUA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Zaragua 2005, S.L.U. (*)	Saragoça	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Enerfin Québec Services, INC (*)	CANADÁ	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin Energy Company of Australia PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin Developments British Columbia, Inc (*)	CANADÁ	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin Energy Company of Canada, INC (*)	CANADÁ	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Elecnor Financiera, S.L. (*)	Bilbau	Deloitte	Administração e assessoria	100,00%
Enerfin Enevento, S.A. (*)	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	70,00%
Enerfin do Brasil Sociedad de Energia LTDA (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100,00%
Enerfin Enevento Exterior, S.L.U. (*)	Madrid	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
ENERFIN, ENERVENTO, S.A.				
Galicia Vento II, S.L. (*)	Lugo	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%

EJERCICIO 2016	Domicilio	Auditor	Actividad	% de Participación Directa o Indirecta
Aerogeneradores del Sur, S.A. (*)	Sevilha	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	76,00%
Eólica Montes de Cierzo, S.L. (*)	Tudela	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	70,00%
Eólica Páramo de Poza, S.A. (*)	Madrid	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	55,00%
Galicia Vento, S.L. (*)	Lugo	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%
Enervento Galicia, S.L.	Corunha	***	Construção, instalação, venda e gestão de parques e usinas eólicas na Galiza	58,80%
ENERVENTO EXTERIOR, S.L.				
RIO SUL 1 ENERGIA, LTDA (*) (****)	BRASIL	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
RIO SUL 2 ENERGIA, LTDA (*) (****)	BRASIL	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
EOLIENNES DE L'ÉRABLE COMANDITAIRE, INC				
EOLIENNES DE L'ÉRABLE COMMANDITE INC (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	CANADÁ	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar, S.L.U.				
Celeo Fotovoltaico, S.L.U. (*) (****)	ESPAÑA	KPMG	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Elc, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Aascv, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Aascv 2, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Antequera, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Hae, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Siberia Solar, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Helios Almussafes, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100,00%
Helios Almussafes II, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100,00%
Hidroambiente, S.A.U.				
Everblue Private Limited (*)	ÍNDIA	***	Atividades de meio ambiente	100,00%
Sdad Aragonesa De Estaciones Depuradoras, S.A. (*)	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60,00%
INVESTISSEMENTS EOLIENNES DE L'ÉRABLE SEC				
EOLIENNES L'ÉRABLE COMMANDITAIRE INC (*)	CANADÁ	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
RIO SUL 1				
VENTOS DOS INDIOS ENERGIA, S.A. (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Zogu, S.A.				
CLN, S.A. (*)	VENEZUELA	***	Sem atividade	100,00%

EJERCICIO 2016	Domicilio	Auditor	Actividad	% de Participación Directa o Indirecta
Sociedades participadas consolidadas				
Pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)				
Controlada da:				
ELECNOR,S.A.				
Sdade. Aguas Residuales Pirineos,S.A.	Saragoça	***	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	50,00%
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. (Sdad Anónima Promotora de Inversión) de C.V.	MEXICO	Deloitte	Exploração e manutenção do gasoduto Morelos	50,00%
MORELOS EPC S.A.P.I. de CV	MEXICO	Deloitte	Construção, engenharia e fornecimento do gasoduto Morelos	50,00%
MORELOS O&M, SAPI, CV	MEXICO	***	Mantenimiento Gasoducto Morelos	50,00%
Cosemel Ingenieria,Aie	Madrid	***	Promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades de instalações e eletrificações ferroviárias de alta velocidade	33,33%
CELEO REDES BRASIL,S.A.				
Brilhante Transmissora De Energia SA (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	25,50%
Brilhante II Transmissora De Energia SA (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	25,50%
Celeo Termosolar,S.L.				
Dioxipe Solar,S.L. (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,00%
Aries Solar Termoeléctrica, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,70%
ELECNOR FINANCIERA ,S.L.				
Parque Eólico La Gaviota,S.A. (*)	Canárias	Ernst & Young	Exploração de instalações de aproveitamento energético	34,53%
ENERFIN, ENERVENTO, S.A.				
Consortio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35,00%
Ventos do Faro Farelo,S.L. (*)	Galiza	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	37,50%

(*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A.

(***) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(****) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2016.

Anexo I:

DADOS DE EMPRESAS

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2015	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Sociedades participadas consolidadas				
Por consolidação global				
Aerogeneradores del Sur, S.A. (*)	Sevilha	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	76,00%
Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.A. (*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	50,99%
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	Valência	Deloitte	Energia solar	100,00%
Área 3 Equipamiento y Diseño del Interiorismo, S.L.U.	Madrid	***	Obras de design de interiores	100,00%
Audeca, S.L.U.	Madrid	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas.	100,00%
Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY, LTD	AUSTRÁLIA	ESV	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Belco Elecnor Electric INC (*)	EUA	RP&B	Instalações elétricas	100,00%
Bulgana Wind Farm PTY LTD (*)	AUSTRÁLIA	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Caiua Transmissora De Energía,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Cantareira Transmissora De Energía,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Celeo Concesiones E Inversiones,S.L.U.	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	100,00%
CELEO ENERGIA BRASIL,LTDA (*) (****)	BRASIL	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
CELEO ENERGIA CHILE,SPA (*) (****)	CHILE	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc	100,00%
CELEO ENERGÍA S.L. (*) (****)	ESPAÑA	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
CELEO REDES BRASIL,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Celeo Redes Chile, Ltda.	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
Celeo Redes,SLU (*)	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	51,00%
Celeo Termosolar,S.L. (*)	Madrid	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termossolares.	100,00%
Charrua Transmisora De Energía,S.A. (*)	CHILE	KPMG	Montagem, instalação, exploração de Nova Linha , 2 x 5 Charrua – Ancoa	51,00%
CLN,S.A. (*)	VENEZUELA	***	Sem atividade	100,00%
Coqueiros Transmisora de Energía, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Corporación Electrade, S.A.	VENEZUELA	Olivier D. Baylone Garrido	Construção e montagem	100,00%
Deimos Castilla La Mancha, S.L.U.	Ciudad Real	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledetecção	100,00%

EXERCÍCIO DE 2015	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Deimos Engenharia, S.A.	PORTUGAL	ESAC Espírito Santo Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia aeronáutica e espacial	80,00%
Deimos Space UK, Limited (*)	INGLATERRA	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Deimos Space, S.L.U.	Madrid	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Ditra Cantabria,S.A.U.	Santander	***	Instalação de redes elétricas	100,00%
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	Saragoça	Luis Ruiz- Apilanez	Construção e montagem	100,00%
ElecdaI, URL	ARGÉLIA	***	Construção e montagem	100,00%
Elecдор ,S.A.	EQUADOR	Atig Auditores	Construção e montagem	100,00%
Elecen, S.A.	HONDURAS	***	Construção e montagem	100,00%
Elecfrance,SASU	França	Excelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas	100,00%
Elecnor Argentina, S.A.	ARGENTINA	KPMG	Construção e montagem	99,89%
Elecnor Chile, S.A.	CHILE	Armando Vergara Gutiérrez	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Do Brasil, L.T.D.A.	BRASIL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Financiera, S.L. (*)	Bilbau	Deloitte	Administração e assessoria	100,00%
Elecnor Perú, S.A.	PERU	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Australia PTY, Ltd.	AUSTRÁLIA	ESV	Gestão e administração de empresas	100,00%
Elecnor de Mexico, S.A.	MEXICO	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Energie and Bau, GmbH	ALEMANHA	***	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis.	100,00%
Elecnor Hawkeye, LLC (*)	EUA	***	Instalações elétricas	100,00%
Elecnor Montagens Eletricas.Ltda.	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnor Seguridad, S.L.	Madrid	***	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100,00%
Elecnor South Africa (PTY) LTD	África do Sul	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnor, INC	Delaware (EUA)	RP&B	Instalações	100,00%
Encruzo Novo Transmissora de Energia, Ltda. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Enerfera, S.R.L. (*)	ITÁLIA	***	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Enerfin Developments British Columbia,Inc (*)	CANADÁ	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin do Brasil Sociedad de Energia LTDA (*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100,00%
Enerfin Energy Company of Australia PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin Energy Company of Canada, INC (*)	CANADÁ	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Enerfin Energy Company, INC (*)	EUA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin Enervento Exterior, S.L.U. (*)	Madrid	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfin Québec Services,INC (*)	CANADÁ	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin Rodonita Galicia,S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Enerfin Sociedad de Energía,S.L.	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfin Enervento,S.A. (*)	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	70,00%
Enertel, S.A. de C.V.	MEXICO	KPMG	Construção e montagem	99,99%
Enervento Galicia,S.L. (*)	Corunha	***	Construção, instalação, venda e gestão de parques e usinas eólicas na Galiza	59,50%
Eólica Montes de Cierzo , S.L. (*)	Tudela	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	70,00%

EXERCÍCIO DE 2015	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Eólica Páramo de Poza, S.A.(*)	Madrid	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	55,00%
EOLIENNES L'ERABLE COMMANDITAIRE INC (*)	CANADÁ	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
EOLIENNES L'ERABLE COMMANDITAIRE INC (*) (****)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	CANADÁ	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
Galicia Vento II, S.L. (*)	Lugo	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%
Galicia Vento, S.L. (*)	Lugo	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%
Green Light Contractors PTY, LTD (*)	AUSTRÁLIA	***	Construção de um parque fotovoltaico	100,00%
Grupo Elecnor Angola	Angola	***	Atividades nas áreas das obras públicas e construção civil	55,00%
Helios Almussafes II, SLU (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100,00%
Helios Almussafes II, SLU (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar,S.L.U.(*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Hidroambiente, S.A.U.	Getxo (Vizcaya)	KPMG	Atividades de meio ambiente	100,00%
IDDE,S.A.	Madrid	***	Comercial	100,00%
Infraestructuras Villanueva,S.L. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	59,47%
Integração Maranhense Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Investissements Eoliennes de L'Érable, INC. (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
IQA Operations Group LTD	ESCÓCIA	KPMG	Instalações elétricas	96,88%
Jauru Transmissora De Energia,S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	16,99%
Jomar Seguridad, S.L.U.	Guadalajara	***	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100,00%
LAMBTON ENERWIND GENERAL PARTNER INC (GP) (*) (****)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
LAMBTON ENERWIND LIMITED PARTNERSHIP (SEC)(*) (****)	CANADÁ	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Linha De Transmissao Corumba,Ltda (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Lt Triangulo,S.A (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Montagens Elétricas da Serra, Ltda.	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
Montelecnor, S.A.	URUGUAI	Ernst & Young	Construção e montagem	100,00%
Muiño do Vicedo, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	94,00%
Omninstal Electricidade, S.A.	PORTUGAL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Parque Eólico Cofrentes,S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Parque Eólico Malpica,S.A.(*)	Corunha	Deloitte	Construção e exploração de instalações de aproveitamento energético	68,64%
Parques Eólicos Villanueva,S.L.U.(*)	Valência	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%

EXERCÍCIO DE 2015	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Parques Eólicos Palmares,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	80,00%
Pedras Transmissora De Energía, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Rasacaven, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construção e montagem	93,72%
S.C. Deimos Space,S.R.L. (*)	ROMÊNIA	***	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Sdad Aragonesa De Estaciones Depuradoras,S.A.(*)	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60,00%
Siberia Solar,S.L.(*)	Madrid	KPMG	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U.	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100,00%
Ventos da Lagoa,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos de Granjas Vargas Energía, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Granjas Vargas II Energía,S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde I, S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde II, S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde III, S.A. (*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos do Litoral Energía,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos do Sul, S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A. (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Vilhena Montagens Eléctricas,Ltda(*)	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
Zaragua 2005, S.L.U.(*)	Saragoça	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Zinertia Antequera,S.L.U.(*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Aascv 2, S.L.U.(*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Aascv, S.L.U.(*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Elc,S.L.U.(*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zinertia Renovables Hae,S.L.U.(*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%
Zogu,S.A.(*)	EQUADOR	Atig Auditores	Construção e montagem	100,00%
Pelo método da participação (Nota 10)				
Aries Solar Termoeléctrica, S.L. (Aste) (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoeléctrica	55,70%
Brilhante II Transmissora De Energia SA (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%
Brilhante Transmissora De Energia SA (*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%

EXERCÍCIO DE 2015	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
Consorcio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35,00%
Cosemel Ingenieria,Aie	Madrid	***	Promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades de instalações e eletrificações ferroviárias de alta velocidade	33,33%
Dioxipe Solar,S.L.(*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoeleétrica	55,00%
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. (Sdad Anónima Promotora de Inversión) de C.V.	MEXICO	Deloitte	Exploração e manutenção do gasoduto Morelos	50,00%
MORELOS EPC S.A.P.I. de CV	MEXICO	Deloitte	Construção, engenharia e fornecimento do gasoduto Morelos	50,00%
Parque Eólico La Gaviota,S.A.(*)	Canárias	Ernst & Young	Exploração de instalações de aproveitamento energético	34,53%
Sdade. Aguas Residuales Pirineos,S.A.	Saragoça	***	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	50,00%
Ventos do Faro Farelo,S.L.(*)	Galiza	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	37,50%

(*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A.

(***) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(****) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2015.

Anexo II:

RELAÇÃO DE UTES INTEGRADAS

Milhares de euros

	Porcentagem de participação	2016		2015	
		Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
Aeroporto Lanzarote Sampil-Elecnor Ute	50,00%	-	-	-	-
Auditorio Torre Vieja Ute	10,00%	-	-	-	-
Consortio Efacec-Elecnor	50,00%	-	-	-	-
Consortio Nueva Policlínica De Chepo	100,00%	1.932	2.587	2.305	3.897
Consortio Nueva Policlínica De Chitre	100,00%	2.312	3.392	2.574	4.958
Elecnor Target Llc, Jv	60,00%	16.783	37.646	-	-
Groupement International Sante Pour Haiti	100,00%	21.611	9.766	2.758	31.377
Terminal Alicante, Ute	20,00%	-	-	-	-
UTE 2ª FASE NIÑO DE ORO	100,00%	-	-	-	-
Ute Abastecimiento Pedraza	100,00%	299	619	224	918
Ute Actuac Etaps Cyii Lote2	50,00%	36	459	-	-
Ute Adec Locales Cercanias	100,00%	278	-	134	278
Ute Aeropolis	50,00%	-	-	-	-
Ute Aeropuerto De Palma	100,00%	250	12	935	262
Ute Aeropuerto De Valencia	100,00%	45	1.259	309	1.304
Ute Aeropuerto Teruel	50,00%	1.350	-	-	1.350
Ute Aeropuerto Vigo Bancadas	100,00%	-	-	-	-
Ute Agente Urbanizador Sector 13 De La Playa De Tavernes	50,00%	-	-	-	-
Ute Alstom Renovables-Elecnor II	25,64%	-	-	-	-
Ute Ampliacion Museo Moreria	100,00%	8	-	-	-
Ute Anillo Galindo	25,00%	8.261	874	6.082	9.135
Ute As Somozas	50,00%	66	-	-	42
Ute Asegop Ibiza	65,00%	1.169	1.529	34	2.698
Ute Audio Barajas	50,00%	-	-	-	-
Ute Avele	22,00%	(6)	-	500	-
Ute Avele 2	22,00%	5	-	409	-
Ute Avele3	22,00%	-	-	322	79
Ute Avele4	22,00%	-	-	276	54
Ute Avesur	12,00%	347	-	821	210
Ute Ayto Segura De La Sierra	100,00%	-	-	-	-
Ute Biblioteca Castelldefels	100,00%	-	-	-	-
Ute Biomasa Huerta Del Rey	50,00%	-	2.136	-	-
Ute Bt Hospital De Zamora	50,00%	108	573	118	681
Ute Cal Paracuellos	50,00%	-	-	169	-
Ute Calanda	100,00%	-	-	-	-
Ute Campo Arañuelo	50,00%	-	-	-	-
Ute Campo De Vuelo Tf Norte	100,00%	67	102	829	169
Ute Campo De Vuelo Vigo	100,00%	49	-	629	49
Ute Campo De Vuelos Asturias	100,00%	2	1.648	-	-
Ute Can Colomer	50,00%	-	-	49	-
Ute Carpio Y Pollos	50,00%	38	337	-	-
Ute Casa De Las Artes	50,00%	-	-	-	-
Ute Castellflorite	100,00%	1.103	135	1.262	1.238
Ute Cauces Cordoba	50,00%	-	-	505	-
Ute Ceip Sobradriel	100,00%	-	2.626	-	-

	Porcentagem de participação	2016		2015	
		Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
Ute Centro De Prospectiva Rural	100,00%	-	-	-	-
Ute Centro Log. Iberebro	41,90%	29.818	636	-	30.454
Ute Centro Mayores Baena	100,00%	-	-	-	-
Ute Centro Oupacional Ferrol	50,00%	-	-	-	-
Ute Cintas	100,00%	-	-	-	-
Ute Comasa - Elecnor les San Agusti	50,00%	8	-	-	-
Ute Comunicacions Sant Cugat	100,00%	68	-	94	-
Ute Contar	100,00%	194	157	2	351
Ute Cra Enagas	100,00%	106	-	300	74
Ute Cueto Del Moro	25,00%	-	12	415	12
Ute Deinor Noain	100,00%	-	-	402	70
Ute Demolicion Cine Invierno	100,00%	-	-	-	-
Ute Desvios Lav Sevilla	28,85%	77	227	-	810
Ute Edares Segovia	70,00%	1.550	-	2.100	1.494
Ute Edificio 7000	100,00%	-	-	-	-
Ute Edificio Estancia Diurna	100,00%	-	-	-	-
Ute Elecnor - Comasa les Sant Joan	25,00%	-	-	-	-
Ute Elecnor - Deimos Sipa	100,00%	1.479	-	1.489	-
Ute Elecnor - Eurofinsa	50,00%	-	-	1.780	-
Ute Elecnor Alghanim	60,00%	14.241	2.165	680	20.754
Ute Elecnor Butec Bellara	60,00%	13.265	139.744	12.371	529
Ute Elecnor Gonzalez Soto	50,00%	75	-	173	57
Ute Elecnor Onilsa	85,00%	-	-	9	-
Ute Elecnor Osepsa	50,00%	-	-	-	-
Ute Elecnor-Ondoan Servicios	50,00%	827	-	695	-
Ute Elnr-Constucs E. Hidrogeno	50,00%	-	-	-	-
Ute Embarque Desembarque T4	100,00%	35	31	362	66
Ute Empalme II	50,00%	81.725	58.005	8.556	60.899
Ute Energia Galicia	20,00%	14.304	51.416	14.384	65.720
Ute Energia Galicia Mantenimiento	20,00%	1.288	50.260	-	-
Ute Energia Granada	33,34%	1.532	450	2.735	1.982
Ute Energía Línea 9	20,00%	4.629	-	16.940	925
Ute Equipamiento Ampliacion T2 Valencia	100,00%	-	-	-	-
Ute Equipamiento Terminal Gran Canaria	100,00%	-	-	-	-
Ute Espacios Verdes San Vicente Del Raspeig	100,00%	925	-	720	94
Ute Eurocat Sur Av	41,20%	(12)	-	2.024	-
Ute Explotacion Zona 07-A	60,00%	945	-	1.052	-
Ute Explotacion Zona P2	50,00%	621	-	612	-
Ute Feria Requena	100,00%	-	-	-	-
Ute Figueres Wifi	50,00%	7	7	7	14
Ute Fira Pavello 2	70,00%	1.096	29	-	-
Ute Foc Elecnor	50,00%	-	-	-	-
Ute Fornillos	100,00%	-	-	-	-
Ute Fotovoltaica Fira	50,00%	-	-	-	-
Ute Galindo	100,00%	1.139	-	1.255	1.180
Ute Hernani-Irun	50,00%	1	4.892	-	-
Ute Hormigones Mtnez-Elecnor, Casco Antiguo Alicante	30,00%	-	55	-	55
Ute Imdea Mobiliario Lote 2	100,00%	-	-	-	-
Ute Inst. Mercat De Sant Antoni	60,00%	2.408	6.891	-	9.299
Ute Inst. Recerca Sant Pau	50,00%	730	4.384	-	5.114
Ute Instalaciones Electricas Sincrotron Alba	50,00%	-	-	-	-

	Porcentagem de participação	2016		2015	
		Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
Ute Instalaciones Loiola	50,00%	226	535	-	-
Ute Installacions Tecnocampus	50,00%	-	-	244	-
Ute Jardines Mogan	100,00%	1.057	-	1.045	-
Ute La Harinera	100,00%	-	-	-	-
Ute Laboratorio Aitex-Ite	100,00%	-	-	-	-
Ute Led Mollet	70,00%	-	-	-	-
Ute Linea 1	20,00%	11.845	1.316	-	-
Ute Llanera Elecnor Sector Tulell	50,00%	-	-	-	-
Ute Los Carambolos	100,00%	-	-	-	-
Ute Mancomunidad De Durango	60,00%	18	-	16	-
Ute Mantenimiento Aeropuerto De Palma	50,00%	1.604	29	448	1.067
Ute Mantenimiento Ave Energia	12,37%	15.623	134.656	4.809	150.279
Ute Mantenimiento Valebu	50,00%	445	2.803	94	3.248
Ute Marina Baja	40,00%	92	-	537	92
Ute Matiko	20,00%	4.820	3.375	1.415	8.195
Ute Metro San Inazio	100,00%	43	-	-	-
Ute Mobiliario Huca	100,00%	5	-	-	-
Ute Mobiliario Terminal Gran Canaria	100,00%	-	-	-	-
Ute Montes Sevilla Sur	100,00%	-	-	-	-
Ute Mto. Seg. Y Emerg. Madrid	100,00%	-	-	1	-
Ute Muvim	30,00%	-	-	-	-
Ute Nave Logistica Del Ctms	100,00%	-	-	-	-
Ute Nave Sestao	50,00%	3.446	245	-	-
Ute Niño De Oro	100,00%	-	-	-	-
Ute Oficinas Gencat	60,00%	-	353	-	-
Ute Oficinas Iberebro	100,00%	5.181	4.689	-	-
Ute Overtal - Elecnor	24,00%	308	52	-	360
Ute Parquesur Ocio	90,00%	-	-	-	-
Ute Patrimonio Seguridad	66,66%	372	-	488	-
Ute Pcth	100,00%	-	-	-	-
Ute Pif Algeciras	100,00%	11	-	581	-
Ute Planta Rsu Acahualinca	70,00%	-	-	-	-
Ute Plazas Comerciales T4	100,00%	-	-	-	-
Ute Puente Mayorga	50,00%	-	-	-	-
Ute Quevedo	50,00%	144	215	-	-
Ute Recintos FERIALES	100,00%	-	-	48	-
Ute Red De Telecomunicaciones	50,00%	-	-	-	-
Ute Red Energia At	70,00%	-	-	-	-
Ute Red.Es	100,00%	-	-	-	-
Ute Reforma Pavello 4 Clinic	25,00%	-	-	-	-
Ute Remolar	23,51%	-	-	-	-
Ute Reubic Equip Nav Barajas	100,00%	110	38	1.455	-
Ute Rota High School	50,00%	-	-	-	-
Ute S/E Blanes	33,34%	-	-	-	-
Ute S'Olivera Comasa-Elecnor	33,33%	-	-	-	-
Ute San Crispin	100,00%	304	-	341	24
Ute San Jeronimo	100,00%	103	-	104	9
Ute San Jose Tecnologias - Elecnor	50,00%	-	-	-	-
Ute Sancho Abarca	100,00%	-	-	-	-
Ute Serrano - Elecnor Cansalades	40,00%	-	114	-	114
Ute Sica	100,00%	601	1.674	-	2.275
Ute Sica Bcn	100,00%	853	-	689	162

	Porcentagem de participação	2016		2015	
		Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
Ute Ssaa Eix Diagonal	50,00%	-	-	-	-
Ute Subestacion Juncaril	50,00%	209	-	-	130
Ute Taraguilla	25,00%	-	-	-	-
Ute Tarazona	100,00%	-	-	-	-
Ute Terminal De Carga	50,00%	-	-	-	-
Ute Terminal De Carga Tf Norte	50,00%	766	1.649	-	-
Ute Terminal E	50,00%	1.409	15.436	-	-
Ute Torrente - Xativa	50,00%	8.067	1.102	-	9.169
Ute Tranvia Ouargla	33,00%	57.961	57.850	53.292	115.811
Ute Tuneles Abdalajis	100,00%	589	1.350	32	1.939
Ute Ube La Isla	100,00%	106	-	123	-
Ute Urbanizacion Pedro III	100,00%	2	-	145	2
Ute Urbanizadora Riodel	50,00%	194	-	-	194
Ute Urduliz Barria	50,00%	74	642	-	-
Ute Urtegi	60,00%	362	-	425	-
Ute Valdelinares	100,00%	-	-	-	-
Ute Valdespartera	100,00%	-	-	-	-
Ute Vencillon	100,00%	-	-	-	-
Ute Via La Cartuja	20,00%	-	-	-	-
Ute Vigilancia Boadilla	100,00%	166	-	-	166
Ute Villagonzalo, Z - 3	35,00%	-	-	-	-
Ute Villasequilla - Villacañas	21,00%	-	-	-	-
Ute Vopi4-Elnr Ca L'Alier	50,00%	-	3.497	943	3.777
Ute Zona 07 A	60,00%	-	-	-	-
Ute Zona P-2	50,00%	-	-	-	-
Ute Karrantza	41,50%	-	-	140	-
Ute Lekunberri	50,00%	-	-	-	-
Ute Ultzanueta	50,00%	-	-	139	-
Ute Pedrera	50,00%	-	-	1.768	19
Ute Binaced	50,00%	-	-	-	-
Ute Saica	50,00%	15	-	27	-
Ute Amc5 Ehisa	50,00%	-	-	-	-
Ute Roea Ebro	34,00%	-	-	-	-
Ute Transdina	50,00%	-	-	-	-
Ute Caleta Olivia	100,00%	-	115	1.100	(1.100)
Ute Enarsa Ear-Bmsa	50,00%	-	-	2.835	-
Consorcio Ute Elecdor Electrol	100,00%	12.964	(904)	4.785	(4.785)
Consorcio Elecven Elecdor	100,00%	2.618	18.431	-	-
Ute Isdefe	21,59%	-	-	-	-
Ute Pita	100,00%	-	-	-	-
UTE Deimos Y Navento	27,46%	-	-	195	-
Ute Seg. Estaciones Locales	100,00%	-	-	5	-
Ute Aeronave Tierra	20,00%	-	300	-	-
Ute Melialabs	55,00%	-	75	-	-
Algete Ute	50,00%	-	-	(66)	-
Aucosta Conservacion Ute	50,00%	1.218	-	1.363	-
Audevi C.Real II Ute	60,00%	-	-	-	-
Conservación Leon 3 Ute	80,00%	-	-	548	4.162
Conservación Maqueda Ute	50,00%	1.458	2.239	1.356	3.633
Cordoba Norte II Ute	50,00%	1.196	705	83	1.901
Cordoba Norte Ute	50,00%	81	-	647	-
Huelva Sureste II Ute	50,00%	1.133	2.426	977	1.291

	Porcentagem de participação	2016		2015	
		Produção realizada	Carteira não ocorrida	Produção realizada	Carteira não ocorrida
Huelva Sureste Ute	50,00%	-	-	244	110
Jerez Ute	75,00%	-	-	380	-
Lugo Sur Ute	50,00%	-	-	1.593	-
Madrid Noroeste Ute	50,00%	-	-	32	-
Madrid Oeste Ute	50,00%	-	-	-	-
Malaga Este II Ute	50,00%	-	-	-	51
Malaga Este U.T.E.	50,00%	-	-	4	-
Manzanares Ute	60,00%	2.250	2.603	1.770	1.605
Murcia San Javier Ute	50,00%	-	-	39	250
Pontesur Ute	50,00%	-	-	350	6.728
Pontevedra Sur Ute	50,00%	1.847	4.881	2.208	-
Puerto Gandia Ute	50,00%	69	30	63	58
Riaño Ute	50,00%	-	-	1.190	-
Acciona Infraestructuras-Elecnor Hospital David, S.A.	25,00%	7.997	17.743	22.209	49.731
Proyectos Electricos Aquaprieta, Sapi De Cv	50,00%	-	(10.218)	40.644	14
Dunor Energia	50,00%	-	107.342	4.187	353.437
León-3 Ute	80,00%	1.915	2.247	-	-
Ute Murcia-San Javier	50,00%	279	260	-	-
Sma Olvega Ute	60,00%	292	5.458	-	-
Guadix-Baza Ute	51,00%	81	2.023	-	-
Ute Til Til	50,00%	28	77.068	-	-

Anexo III

ELEC NOR, S.A. E SOCIEDADES CONTROLADAS

Informação Financeira Resumida das sociedades consolidadas em equivalência patrimonial

31 de dezembro de 2016

(Contravalor em Milhares de euros)

	Gasoducto de Morelos, S.A. Promotora de Inversión de C.V.	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	Brilhante Transmissora de Energía, S.A.	Jauru Transmissora de Energía, S.A.	Morelos EPC, S.A.P.I. de CV
Informação da demonstração da situação financeira						
Ativos não circulantes	297.821	268.739	498.980	93.131	135.663	2
Passivos não circulantes	218.444	230.477	453.319	22.852	64.107	-
Passivos financeiros não circulantes (*)	218.444	228.400	447.586	21.221	63.556	-
Total ativos líquidos não circulantes	79.377	38.262	45.661	70.279	71.556	2
Ativos circulantes	55.566	8.928	16.737	6.852	13.348	44.730
Numerário e equivalentes ao numerário	47.900	2.342	3.514	11	41	11.454
Passivos circulantes	106.123	19.622	19.357	6.274	8.208	8.899
Passivos financeiros circulantes (*)	10.268	10.708	11.471	3.266	6.052	-
Total ativos líquidos circulantes	(50.557)	(10.694)	(2.620)	578	5.140	35.831
Ativos líquidos	28.820	27.568	43.041	70.857	76.696	35.833
Porcentagem de participação	50%	55%	55,7%	50%	33%	50%
Participação em ativos líquidos	14.410	15.162	23.974	35.429	25.310	17.917
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-
Valor contábil da participação (**)	13.762	25.490	36.880	37.212	24.194	17.914
Informação da conta de resultados						
Receitas ordinárias	29.068	26.949	54.912	11.122	15.037	21.443
Depreciação e amortização	(10.761)	(12.114)	(25.061)	(2.885)	(3.776)	-
Receitas por juros	-	-	-	338	1.251	-
Despesas por juros	(11.704)	(13.128)	(26.565)	(2.229)	(6.673)	-
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos	(974)	(350)	(1.033)	(1.195)	(488)	(3.268)
Resultado do exercício das atividades contínuas	2.108	(6.911)	(12.813)	1.810	889	7.591
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	2.108	(6.911)	(12.813)	1.810	889	7.591
Outro resultado global	1.444	(573)	(2.974)	-	-	-
Resultado global total	3.552	(7.484)	(15.787)	1.810	889	7.591
Dividendos recebidos	-	-	-	485	-	2.504

Anexo III

ELEC NOR, S.A. E SOCIEDADES CONTROLADAS

Informação Financeira Resumida das sociedades consolidadas em equivalência patrimonial

31 de dezembro de 2015

(Contravalor em Milhares de euros)

	Gasoducto de Morelos, S.A. Promotora de Inversión de C.V.	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	Brilhante Transmissora de Energía, S.A.	Jauru Transmissora de Energía, S.A.	Morelos EPC, S.A.P.I. de CV
Informação da demonstração da situação financeira						
Ativos não circulantes	261.625	278.991	517.873	75.444	110.254	6
Passivos não circulantes	215.058	328.775	454.148	20.168	52.251	-
Passivos financeiros não circulantes (*)	215.058	326.851	448.998	19.551	52.251	-
Total ativos líquidos não circulantes	46.567	(49.784)	63.725	55.276	58.003	6
Ativos circulantes	55.859	7.392	14.721	5.236	9.354	42.358
Numerário e equivalentes ao numerário	39.403	1.635	3.461	18	47	5.240
Passivos circulantes	77.647	25.779	19.618	5.156	7.474	13.492
Passivos financeiros circulantes (*)	12.123	12.258	14.996	2.559	4.829	-
Total ativos líquidos circulantes	(21.788)	(18.387)	(4.897)	80	1.880	28.866
Ativos líquidos	24.779	(68.171)	58.828	55.356	59.883	28.872
Porcentagem de participação	50%	55%	55,7%	50%	33%	50%
Participação em ativos líquidos	12.390	(37.494)	32.767	27.987	19.961	14.436
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-
Valor contábil da participação (**)	9.901	-	43.770	28.201	18.221	15.825
Informação da conta de resultados						
Receitas ordinárias	14.602	29.146	59.889	10.875	14.365	63.845
Depreciação e amortização	(4.404)	(12.016)	(25.012)	(3.027)	(4.020)	-
Receitas por juros	-	-	-	351	897	-
Despesas por juros	(5.243)	(19.516)	(33.236)	(2.307)	(7.078)	-
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos	(1.353)	(648)	(1.792)	(1.180)	-	(4.189)
Resultado do exercício das atividades contínuas	(2.752)	(12.049)	(16.199)	1.380	(136)	20.877
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(2.752)	(12.049)	(16.199)	1.380	(136)	20.877
Outro resultado global	(2.455)	4.236	9.216	-	-	-
Resultado global total	(5.207)	(7.813)	(6.983)	1.380	(136)	20.877
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-

(*) Exclui contas de credores comerciais e outras contas a pagar, bem como as provisões.

(**) A diferença com a participação em ativos líquidos/reconciliação corresponde à homogeneização de critérios com as normas internacionais e as políticas de grupo.



RELATÓRIO
DE GESTÃO
2016

elec
nor
2016

Grupo Elecnor

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Correspondente ao exercício encerrado em sábado, 31 de dezembro de 2016

1. INTRODUÇÃO

No exercício de 2016, o Grupo Elecnor alcançou um resultado líquido atribuído de **68,5 milhões de euros**, o que representa um crescimento de **4,3%** em relação aos 65,7 milhões com os que encerrou 2015.

Em termos de **EBITDA normalizado**, calculado a partir do EBITDA consolidado e neutralizando o efeito da aplicação da CINIIF 12, relativa a Contratos de Concessão de Serviços às linhas de transmissão operadas pelo Grupo no Brasil, o Grupo Elecnor alcançou **291,7 milhões de euros**, o que representa um **crescimento de 6,7%** em relação ao EBITDA normalizado alcançado em 2015.

Esses bons dados foram conseguidos num ambiente econômico que, embora em termos globais tenha sido estável, não deixa de esconder algumas divergências, registrando-se um crescimento maior nas economias mais avançadas.

Neste contexto, a Elecnor continua seu processo de internacionalização, mantendo ao mesmo tempo sua posição de liderança no mercado nacional, no qual continua crescendo e criando emprego apesar da tímida recuperação dos setores em que opera. Assim é observado na composição de seu volume de negócios em 31 de dezembro, avaliado em **€2.035.000.000**, dos quais **55%** têm sua origem no exterior. E se observa ao analisar o comportamento da carteira de contratos pendentes de execução que, quando do fechamento do exercício, tinha um volume **2,339 bilhões de euros**, **82%** dos quais provenientes de mercados externos.

No que diz respeito às vendas, os €2.035.100.000 acima referidos foram atingidos em 31 de dezembro, e representam um **aumento de 8,2%** face aos 1.881.100.000 do exercício de 2015.

A visão geral do Grupo neste exercício não ficaria completa se não fossem mencionados vários fatos significativos que aconteceram no Grupo Elecnor em 2016. Desse modo, a Elecnor, através de sua filial eólica Enerfin Sociedad de Energía, formalizou a venda da sociedade Parques Eólicos de Villanueva para a Cubico Naranja Wind Spain por 34 milhões de euros, operação esta que teve uma repercussão positiva para os resultados do Grupo em 2016. Com esta operação, a Elecnor continua sua estratégia de rentabilizar o trabalho de promoção, desenvolvimento e construção de projetos até sua exploração.

Do mesmo modo, e aproveitando a atual situação das taxas de juros baixas, a Elecnor assinou, no mês de junho passado, um contrato de novação para alterar o prazo do financiamento sindicado acordado em junho de 2014 com 19 instituições financeiras, tanto nacionais quanto internacionais, no valor de 600 milhões de euros. Através da novação desse contrato, em julho de 2015, o prazo foi ampliado em um ano e as condições das margens originalmente acordadas melhoraram consideravelmente. Com sua entrada em vigor imediata, esta novação amplia o prazo de vencimento em um ano, até julho de 2021, e mantém as condições das margens que foram acordadas para este financiamento no ano anterior.

Por outro lado, o Conselho de Administração da Elecnor, S.A., em sua reunião realizada no dia 21 de setembro de 2016 e no âmbito de sua política de sucessão ordenada, acordou, por unanimidade e com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2017, nomear Presidente não Executivo do Conselho de Administração e de sua Comissão Executiva o Sr. Jaime Real de Asúa Arteché, que era até essa altura Vice-presidente, para substituir o Sr. Fernando Azaola, que tinha apresentado sua renúncia voluntária como presidente executivo a partir da referida data. Após a substituição efetuada na Presidência, o Sr. Fernando Azaola continua fazendo parte, como vogal, do Conselho de Administração da Companhia e de sua Comissão Executiva. Além disso, o Sr. Fernando Azaola continua como Presidente da Fundação Elecnor.

2. MODELO DE NEGÓCIO E CONTEXTO

2.1. Modelo de negócio

A Elecnor é uma corporação espanhola de caráter global, com vendas em mais de 50 países e com dois grandes negócios que se complementam e enriquecem mutuamente:

- **Infraestruturas:** execução de projetos de engenharia, construção e serviços, com atividade especial nos setores de eletricidade, geração de energia, telecomunicações e sistemas, instalações, gás, construção, manutenção, meio ambiente e água, ferrovias e espaço.
- **Patrimonial:** operação de serviços através do investimento em ativos de geração de energia, fundamentalmente eólica e termossolar, sistemas de transporte de energia e outros ativos estratégicos.

2.2. Contexto econômico

2.2.1. Economia global

Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) no início de 2017, o crescimento global para 2016 teria sido calculado em 3,1%, um décimo a menos que em 2015, com uma grande estabilidade ao longo de todo o exercício. No entanto, essa estabilidade esconde divergências entre os diferentes grupos de países. Assim, o crescimento se retomava com mais força da que era prevista nas economias avançadas, com os Estados Unidos na liderança, enquanto em algumas economias de mercados emergentes, como o México, Argentina e Brasil, é observada uma desaceleração inesperada. Por sua vez, a segunda potência econômica mundial, a China, ultrapassou as expectativas graças a uma contínua política de estímulo.

O ano de 2016 foi cenário de dois fenômenos, cujo impacto macroeconômico ainda era incipiente ao finalizar o exercício: o triunfo do Brexit no referendo britânico de 23 de junho e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais norte-americanas de 8 de novembro. Ambos estes fatores terão certamente como consequência uma transformação significativa no mapa comercial internacional, com um anunciado retorno ao protecionismo.

No que diz respeito à Eurozona, destaca-se a resistência a vários efeitos adversos, entre eles a crise bancária italiana ou o enfraquecimento de vários mercados extracomunitários para os quais países como Alemanha e França fazem volumes significativos de exportações. Sendo essa a situação, a região finalizava 2016 com uma leve aceleração em relação ao esperado inicialmente e com um crescimento estimado de 1,7%, segundo o FMI.

2.2.2. Principais mercados estratégicos da Elecnor

2.2.2.1. Espanha

Na Espanha, a paralisação da agenda política até quase o final do ano não impediu o crescimento da economia com taxas superiores a 3%. O último cálculo eleva o aumento do PIB até 3,2%, percentagem idêntica à de 2015.

Mas o fator central da economia espanhola continua sendo, devido a sua influência sobre a configuração dos restantes objetivos macroeconômicos, a consecução da redução do déficit público a que se comprometeu com a UE. A meta de 2016, estabelecida em 4,6% do PIB, após uma política de revisão para cima no período de governo interino, foi considerada conseguida no final do exercício, embora isso tenha sido possível graças a uma medida extraordinária adotada em setembro: o adiantamento da liquidação do imposto sobre as sociedades para as grandes empresas. O outro grande pilar da situação macroeconômica espanhola, a dívida pública, evoluiu segundo o previsto durante o exercício, chegando a uma taxa próxima de 100% do PIB.

Bens de capital: A evolução positiva da economia espanhola em 2016 se evidencia no fato de o investimento em bens de capital ter fechado o ano, de acordo com estimativas preliminares do Instituto de Estudos Económicos (IEE), com um crescimento de 6,7%.

Infraestruturas: De acordo com dados provisórios, o Ministério de Obras Públicas assinou novos contratos de obras no valor de cerca de 1,3 bilhões de euros no exercício de 2016, o que representa um decréscimo de 23% em comparação com os 1,693 bilhões de 2015. Verificam-se, portanto, três exercícios consecutivos de quedas. Além disso, trata-se do valor mais baixo após os 908 milhões contabilizados em 2009. A diminuição de adjudicações de contratos é decorrente da queda da licitação. A conclusão de várias linhas de AVE nos últimos anos, o governo interino prolongado e a necessidade de cumprir o objetivo do déficit são alguns dos fatores desta estagnação nas obras públicas.

Energia: A procura de energia elétrica na Espanha registrou, em 2016, um ligeiro crescimento de 0,8%, segundo o estudo da Red Eléctrica de España (REE) realizado com dados estimados quando do encerramento do ano. Por sua vez, a geração registrou uma queda de 1,9% em relação a 2015, afetando principalmente o carvão, cuja produção caiu 29,8%.

Em 2016, o parque gerador de energia elétrica na Espanha diminuiu, após um longo caminho de contínuo crescimento. Especificamente, registrou uma diminuição de 0,9% em relação ao ano anterior, decorrente do fechamento de várias usinas de carvão que totalizam em conjunto 932,2 MW. A restante tecnologia do parque gerador não sofreu variação alguma, exceto a energia solar fotovoltaica, que registrou um ligeiro aumento de 0,3%.

2.2.2.2. América Latina

A América Latina, segundo a revisão dos últimos valores da economia global feita pelo FMI, teria vencido a recessão em 2016, ao ampliar-se 1,2%, índice que, no entanto, é inferior ao que se esperava no início do exercício.

Por principais mercados da América Latina, cabe uma menção especial ao Brasil que, após decrescer 3,8% em 2015, em 2016 acumulou seu segundo ano consecutivo de recessão (-3,5%, de acordo com estimativas do FMI), o que revela maiores dificuldades das previstas para a recuperação do gasto privado.

Entre os setores-chave do país, aquele que continua mostrando um dinamismo especial é o energético. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foram incorporados no ano passado ao sistema nacional 9.526 MW. Desse total de novos MW incorporados, 53% correspondeu a grandes usinas hidrelétricas. A segunda fonte com maior capacidade adicional instalada foi a eólica, com 2.564 MW, seguida pelas usinas termoelétricas (1.758 MW).

No **México**, a expansão do PIB perdeu força em 2016, ficando num índice estimado pelo FMI de 2,2%, face aos 2,6% de 2015. Enquanto isso, o país avança nos planos definidos pelo Presidente Enrique Peña Nieto em infraestruturas. De fato, encontra-se em pleno vigor o Plano de Infraestrutura Nacional (PIN) 2014-2018, que prevê a mobilização de cerca de 400 bilhões de euros em 6 grandes setores da economia mexicana: comunicações, saúde, desenvolvimento urbano, habitação, turismo e energia com especial ênfase neste último campo, no desenvolvimento das energias renováveis.

O **Chile** é mais um dos países da região cujo ritmo de atividades se desacelerou em 2016 até ficar em 1,6%. Em 2015, o ritmo tinha sido de 2,3%.

Entre os setores que estão passando por uma maior transformação no país, destaca-se o energético, com o lançamento do chamado "Energia 2050", um ambicioso programa que inclui a implementação das medidas necessárias para garantir que as energias renováveis constituam 60% da geração de eletricidade no ano de 2035 e, pelo menos, 70% em 2050, bem como uma aposta clara na eficiência energética.

Na **Venezuela**, segundo dados preliminares do FMI, a economia teria sofrido, em 2016, uma contração de 12%, praticamente o dobro que em 2015. O dado de 2016 é o pior dos últimos 13 anos. O país não conseguiu sair da recessão em que entrou no início de 2014 e, pelo contrário, a queda na produção teria aumentado, acelerando ainda mais uma inflação considerada pelos organismos internacionais como a mais alta do mundo (cerca de 800% em 2016).

2.2.2.3. América do Norte

Estados Unidos da América: Segundo o FMI, em 2016 o PIB do país teve um aumento de 1,6%, longe dos 2,1% de 2015, se bem que com um comportamento que tem ido de menos a mais ao longo dos 12 meses do exercício. Quanto ao emprego, a administração cessante de Barack Obama deixou uma taxa de desemprego de 4,7%, face aos 7,8% com que se encontrou no início de seu primeiro mandato em janeiro de 2009.

O exercício terminou com a perspectiva de mudanças profundas na economia do país, anunciadas pelo novo Presidente Trump, especialmente em energia e meio ambiente, com a promoção de combustíveis fósseis em detrimento das energias renováveis, e em comércio internacional com o abandono ou a reestruturação de seu papel em várias alianças internacionais. Também foi anunciado um grande impulso para diferentes projetos de infraestruturas.

Canadá: O FMI estima que a economia canadense cresceu 1,3% em 2016, 4 décimos a mais do que em 2015, com o qual se vislumbra uma inflexão ascendente que terá continuidade nos próximos anos. Um exemplo importante da reativação que está havendo no país é o lançamento, durante o exercício passado, de um plano de infraestrutura para 10 anos, que prevê a mobilização de 10 bilhões de dólares canadenses. É muito importante também o impulso que o Canadá está dando ao setor das energias renováveis, especialmente da eólica, que no final de 2016 dispunha de um parque instalado de mais de 11.200 MW, o que o situa no sétimo lugar no mundo, embora sua meta em longo prazo (2025) seja mais ambiciosa ainda: 55.000 MW.

2.2.2.4. África

Os riscos geopolíticos e vários fatores não econômicos continuam escurecendo as perspectivas em regiões como o Oriente Médio e a África, afetadas fundamentalmente pelas tensões do conflito com o denominado Estado Islâmico. Além disso, há que acrescentar os efeitos prolongados da seca no leste e no sul da África.

Em 2016, a África subsaariana sofreu, segundo o FMI, uma correção acentuada do seu crescimento, mantendo-se em apenas 1,6%, em comparação com os 3,4% de 2015. São decisivos para este dado a entrada em recessão do principal produtor e exportador de petróleo da região, a Nigéria, e a estagnação da África do Sul.

Também há estagnação em Angola, que só cresceu um décimo, afetada igualmente pela baixa cotação do petróleo durante os primeiros 9 meses do exercício. O país, no entanto, lançou diversas iniciativas para diversificar sua economia e torná-la menos dependente do ouro negro no futuro.

2.2.2.5. Austrália

O último dado conhecido do PIB australiano em 2016 é do final do terceiro trimestre, quando a atividade registrou uma queda de 0,5%, deixando a taxa interanual em uma percentagem positiva de 1,8%, o que em qualquer caso evidencia a clara desaceleração que está ocorrendo no país, após ter conseguido esquivar com sucesso os piores anos da crise financeira global. O motivo principal deste relativo declínio se encontra no mercado de matérias-primas, com cotações em retrocesso para os produtos da poderosa mineração australiana. Mas esse mercado finaliza o ano em recuperação, o que abona a ideia de que o país voltará a ter taxas de crescimento significativas, através do apoio aos planos de expansão em infraestruturas e energias renováveis em que está imerso.

3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS VALORES DO EXERCÍCIO

3.1. Dados consolidados

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Dados sobre resultados	2016	2015	Varição
Resultado operacional	166.727	124.433	+34%
EBITDA	244.312	224.310	+9%
EBITDA NORMALIZADO (1)	291.722	273.466	+7%
Resultado antes de impostos	129.309	128.760	+1%
Resultado do exercício	85.736	90.333	-5%
Resultado atribuível Juros Minoritários	17.271	24.671	-30%
Resultado atribuível Sociedade Controladora	68.465	65.662	+4%

(1) Excluído o efeito de aplicar CINIIF 12 em Concessões Brasil

Patrimônio líquido

Patrimônio líquido	980.040	740.371	+32%
--------------------	---------	---------	------

Volume de negócio

Vendas	2.035.136	1.881.143	+8%
nacional	915.826	851.500	+8%
internacional	1.119.310	1.029.643	+9%

Grupo Elecnor – Informação por Segmentos

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Dados sobre resultados	2016	2015	Varição
Negócio de Infraestruturas	52.989	44.216	+20%
Negócio Patrimonial	19.834	21.075	-6%
Corporação	(4.895)	959	
Operações entre Segmentos	537	(588)	
Resultado atribuível Sociedade Controladora	68.465	65.662	+4%

Volume de negócio

Negócio de Infraestruturas	1.891.910	1.767.035	+7%
Negócio Patrimonial	211.213	200.352	+5%
Corporação	200	-	-
Operações entre Segmentos	(68.187)	(86.244)	-21%
Vendas	2.035.136	1.881.143	+8%

3.1.1. Lucro líquido

O lucro depois de impostos alcançado pelo Grupo Elecnor em 2016 foi de **68,5 milhões de euros**, o que representou um **acréscimo de 4,3%** em relação ao mesmo período do exercício anterior. Este avanço se baseou, principalmente, no negócio de infraestruturas do Grupo. Os principais fatores que incidem na evolução favorável do resultado consolidado de 2016 em relação ao conseguido no exercício passado são:

- A contribuição positiva de algumas das empresas do Grupo que operam em mercados estrangeiros, especialmente no Chile, devido, entre outros projetos, ao trabalho de montagem do maior parque eólico do país para a Latin American Power.
- A contribuição dos grandes projetos ligados às energias renováveis e ao transporte e transformação de energia que o Grupo desenvolve na América Latina (República Dominicana, Chile e México), África (Angola e Argélia) e Austrália.
- Os resultados obtidos no mercado nacional de infraestruturas, onde a Elecnor mantém uma sólida posição de liderança.
- A venda da empresa eólica Parques Eólicos de Villanueva para a Cubico Naranja Wind Spain por 34 milhões de euros.
- Os bons resultados gerados pelos parques eólicos brasileiros, favorecidos pelos elevados dados de produção conseguidos.

Por outro lado, o Grupo continuou suportando, durante 2016, os custos de implantação em países nos quais iniciou suas operações nos últimos anos, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido. No entanto, as previsões para o exercício de 2017 prognosticam uma melhoria considerável nos resultados desses países. Da mesma forma, a evolução de algumas moedas locais nas quais estão estruturados financiamentos de projetos, em relação às moedas funcionais dos mesmos, teve um impacto negativo na conta de resultados do Grupo. Concomitantemente, o Grupo continuou aprofundando as políticas de contenção e controle das despesas nas quais, de forma recorrente e especialmente no mercado atual, todas as sociedades do Grupo vêm trabalhando. Desse modo, conseguiu atenuar os efeitos dos fatores descritos acima. Neste contexto, o Grupo fez um grande esforço para adaptar os recursos utilizados na atividade ao atual cenário econômico. Por segmentos, observa-se o avanço significativo dos negócios de infraestrutura do Grupo, com um aumento de 20% em relação ao ano passado, devido aos fatores mencionados acima, com exceção dos referentes aos negócios eólicos. Por sua vez, o negócio patrimonial diminuiu em 6% em consequência da comentada evolução de algumas moedas locais em que estão estruturados os financiamentos de projetos, face às moedas funcionais dos mesmos.

Quanto à sociedade controladora do Grupo, a Elecnor, S.A., em 2016 experimentou um retrocesso de 1,7% em seu lucro depois de impostos, até se situar em €35.800.000. Este efeito se deve, fundamentalmente, ao fato de a Elecnor, S.A. ter registrado no exercício passado em suas contas o lucro resultante do acordo alcançado com a empresa canadense Urthecast, que incluía a venda dos satélites pertencentes a ambas as sociedades, uma das quais estava participada diretamente pela Elecnor, S.A. Este fato foi parcialmente compensado pelo aumento de dividendos recebidos: 20,8 milhões de euros face aos 18,5 milhões de euros em 2015.

3.1.2. EBITDA

Em termos de **EBITDA normalizado**, calculado a partir do EBITDA consolidado e neutralizando o efeito da aplicação da CINIIF 12, relativa a Contratos de Concessão de Serviços às linhas de transmissão operadas pelo Grupo no Brasil, o Grupo Elecnor alcançou **291,7 milhões de euros**, o que representa um **crescimento de 6,7%** em relação ao EBITDA normalizado alcançado em 2015. Com base nessa interpretação, são reconhecidas como receitas de exploração apenas as relativas aos serviços de manutenção e exploração das referidas linhas de transmissão, motivo pelo qual, para utilizar um dado mais analisável para esse valor, esse EBITDA foi contabilmente eliminado.

Contribuíram essencialmente para estes bons dados os mesmos fatores descritos anteriormente na evolução do Lucro Líquido do Grupo, com exceção do relativo à evolução das moedas locais nas quais os financiamentos dos projetos estão estruturados, em relação às moedas funcionais dos mesmos.

Em termos do EBITDA consolidado, o Grupo Elecnor alcançou **244,3 milhões de euros**, o que representa um **crescimento de 8,9%** em relação ao EBITDA do exercício precedente.

3.1.3. Vendas

O volume de vendas conseguido pelo Grupo Elecnor em 2016 foi de **2,035 bilhões de euros**, o que, em comparação com os 1,881 bilhões alcançados no ano anterior, representa um **aumento de 8,2%**. Os motivos que explicam este dado são, entre outros, os seguintes:

- A evolução positiva dos projetos que o Grupo vem executando nos mercados externos, especialmente no México, com o início dos trabalhos da central de ciclo combinado que o Grupo Elecnor está executando nesse país, e no Chile, onde estão sendo executados, entre outros projetos, os trabalhos para a montagem do maior parque eólico do país para a Latin American Power.
- O início das atividades da linha de transmissão de Alto Jahuel no Chile, bem como de seu segundo circuito, linhas que dão serviço ao sistema de transmissão troncal do país.
- Os bons dados de produção de energia gerada pelos projetos eólicos que o Grupo possui no Brasil.
- A evolução favorável do negócio nacional de infraestruturas do Grupo, graças à crescente eficiência de suas operações.

Por segmentos, o negócio patrimonial atingiu um valor de 1,892 bilhões de euros, com um aumento de 7,1% em relação ao exercício anterior, ao passo que, no negócio patrimonial aumentou para 211 milhões, representando um aumento de 5,4% em relação a 2015.

Quanto à distribuição do volume de negócios por áreas geográficas, o mercado internacional representa **55%** do total, e o nacional **45%**. Estes dados garantem a aposta do Grupo Elecnor na internacionalização como motor de crescimento para os próximos exercícios, tudo isso sem descuidar da conservação do mercado nacional.

3.1.4. Carteira

No encerramento de 2016, a carteira de contratos pendente de executar se elevava a **€2.338.700.000**. Por mercados, a carteira de origem internacional se situou em **1.917.400.000 (82% do total)**, enquanto a contabilizada no mercado nacional é de **€421.300.000**, isto é, 18% da carteira total.

3.2. Vendas 2016 por atividades

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Áreas Geográficas	2016	2015	Varição
Nacional	915.826	851.500	+8%
Internacional	1.119.310	1.029.643	+9%
	2.035.136	1.881.143	+8%

Atividades	2016	2015	Varição
Eletricidade	651.953	540.512	20%
Instalações	165.778	127.779	30%
Gás	112.010	121.361	-8%
Geração de Energia	452.911	471.281	-4%
Ferrovias	46.250	43.025	8%
Construção, meio ambiente e água	198.415	160.924	23%
Telecomunicações	261.006	251.355	4%
Manutenção	146.813	164.906	-11%
	2.035.136	1.881.143	+8%

Mais um ano a atividade principal, em termos de volume de negócios, foi a Eletricidade, com €652.000.000, embora seguida de perto pela Geração de Energia, devido à execução de grandes projetos de fábricas desenvolvidos no mercado internacional.

É preciso ressaltar que as atividades de Instalações e Construção, Meio Ambiente e Água, entre outras, apresentaram importantes níveis de crescimento em relação ao exercício passado.

4. INFORMAÇÃO BURSÁTIL

	2016	2015
Preço da ação na data de encerramento (€)	8,98	8,23
Volume total títulos (milhões)	4,4	5,7
Total efetivo negociado (milhões €)	34,4	50,2
Número de ações (milhões)	87,0	87,0
Capitalização bursátil (milhões €)	781,3	716,0
PER	11,4	10,9
Rentabilidade por dividendos	3,2%	2,9%

Os títulos da Elecnor fecharam com um preço de **8,98 euros por ação**, o que representa um aumento de 9,1% em relação ao final de 2015, um desempenho melhor do que o observado no Ibex-35, que caiu 2,01%. O volume efetivamente negociado ascendeu a €34.400.000. A capitalização bursátil, por sua vez, situou-se em 781 milhões de euros, enquanto que o PER foi de 11,4, 0,5 pontos acima do valor do ano anterior.

No que diz respeito à rentabilidade por dividendos, esta chegou a **3,2%**, em comparação com os 2,9% de 2015.

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Como parte fundamental de sua estratégia, a Elecnor mantém uma política de prudência financeira. A estrutura de capital é determinada pelo compromisso de solvência e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

O primeiro risco a ser atenuado é o Risco de Mercado, fundamentalmente pelo Risco de Taxa de Câmbio, que é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos de aprovisionamentos está denominada em moedas diferentes do euro. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação ao euro afetarem os lucros do Grupo. Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio. Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a Instituição Financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de "cesta de moedas" para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

As variações nas taxas de juros alteram o justo valor daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termosolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de "Project Finance". Este tipo de contratação exige que sejam mitigados contratualmente os Riscos de Juros. Tanto para os financiamentos de Project Financing, quanto para os financiamentos corporativos, é habitual que o endividamento seja contratado nominalmente a uma taxa variável, sendo utilizados, se for o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a instrumentos de dívida financeira e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

Do mesmo modo, o Grupo está exposto ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente, estratégias de cobertura.

Por outro lado, o Risco de Liquidez é atenuado aplicando a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro Nacional com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares a muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias por um limite e prazo suficientes para suportar as necessidades previstas.

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia e proficiência (CNMC), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, as empresas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, Ltda., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energia, S.A. e Ventos dos Índios Energia, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos, através de contratos em longo prazo assinados com as respectivas companhias de distribuição elétrica brasileiras, enquanto que a Éoliennes de L'Érable assinou um contrato de venda de energia a 20 anos com a companhia de distribuição elétrica em Québec. Do mesmo modo, as sociedades brasileiras concessionárias de infraestruturas elétricas mantêm acordos de distribuição de energia com clientes altamente qualificados, o que, junto com as restrições impostas pelo próprio sistema de transmissão, afastam a possibilidade de insolvências.

Por sua vez, quanto às linhas de transmissão, mais especificamente as que prestam seus serviços no Brasil em regime de concessão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem a responsabilidade de coordenar as cobranças e pagamentos do sistema, e indica mensalmente à Concessionária as sociedades que deverão pagar-lhe: geradoras, grandes consumidoras e transmissoras conectadas ao sistema. Essas sociedades deverão depositar, antes de conectar-se ao sistema, uma garantia que será executada em caso de não pagamento, sendo imediatamente desconectadas do sistema e, neste momento, a obrigação de pagamento será distribuída entre o resto de usuários do sistema. Deste modo a concessionária tem a cobrança garantida pelo sistema elétrico nacional.

As linhas de transmissão do Chile pertencem ao sistema de transmissão troncal, onde o Centro de Despacho Económico de Carga do sistema correspondente, o CDEC-SIC (Sistema Interconectado Central) ou o CDEC-SING (Sistema Interconectado del Norte Grande), é o responsável por coordenar o fluxo de pagamentos dos geradores aos transmissores. A garantia de cobrança do sistema de transmissão troncal se sustenta num protocolo pelo qual o CDEC, em caso de eventuais faltas de pagamento, desconecta do sistema o gerador incumpridor, distribuindo a obrigação de pagamento entre o resto de geradores usuários do sistema. A partir do exercício de 2017, o CDEC-SIC e o CDEC-SING se

fundem no Coordenador Elétrico Nacional, que assume as funções de regulação do sistema, repartindo as obrigações de pagamento aos transmissores entre geradores e distribuidores.

Em uma conjuntura econômica como a atual, o Risco de Crédito continua sendo preponderante sobre os demais riscos financeiros. Perante esta situação, a Elecnor continua tomando todas as medidas necessárias para mitigar o mesmo e para realizar análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, efetuando as pertinentes correções valorativas por depreciação.

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados.

7. MEIO AMBIENTE

Ciente do impacto ambiental que suas atividades possam acarretar, a Elecnor definiu e aplicou os mecanismos e medidas corretoras mais eficazes para minimizar o alcance do mesmo.

Além disso, a Elecnor assumiu como parte intrínseca dos seus negócios determinadas atividades que contribuem para a proteção do meio natural e dos seus recursos. Constam, dentre elas, a geração de energias renováveis, o tratamento e reciclagem da água e a eficiência energética em cada uma das suas ações.

Em termos globais, a estratégia de Gestão Ambiental, como parte constitutiva do seu Sistema Integrado de Gestão, se rege pelos seguintes princípios de atuação:

- A busca permanente do equilíbrio entre a rentabilidade econômica e a proteção do Meio Ambiente, propiciando enfoques para que ambos os conceitos se reforcem mutuamente.
- Considerar o aspecto ambiental nas decisões quanto a investimento em novos projetos e atividades que o Grupo esteja estudando fazer.
- A sensibilização dos funcionários mediante as pertinentes ações de formação, bem como a implantação de protocolos de atuação ágeis para minimizar os possíveis danos em caso de ocorrerem incidentes.
- Promover também o envolvimento dos demais grupos de interesse (acionistas, clientes, fornecedores e a sociedade em geral) na procura conjunta de soluções úteis para o desafio da preservação do meio ambiente e dos recursos energéticos.
- Melhorar a gestão ambiental e energética, quantificando e verificando as emissões de gases do efeito estufa de suas atividades, o que significa um ponto de referência na hora de desenhar estratégias de negócio que incluam objetivos que visem a redução de emissões GEE, contribuindo, deste modo, para lutar contra a alteração climática.

8. RECURSOS HUMANOS

Quadro de funcionários

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano	2016	2015	Varição
Nacional	7.866	7.535	4%
Internacional	5.539	5.205	6%
	13.405	12.740	5%

As pessoas constituem o principal ativo de Elecnor, que baseia sua estratégia geral em valores como o talento, a transparência e o trabalho em equipe em condições de máxima segurança possível. Por isso, a prevenção de riscos no trabalho é um denominador comum em todas as atividades que são realizadas no Grupo. O compromisso com a prevenção faz parte da sua cultura. É um compromisso que vai além das normas legais e das exigências dos clientes, com objetivos exigentes e muito claros: zero acidentes e zero tolerância quanto à falta de cumprimento das medidas preventivas estabelecidas pela empresa.

No encerramento do exercício de 2016, o quadro de funcionários do Grupo havia aumentado em 665 pessoas (+5,2%), até ficar situado em 13.405 funcionários. O principal fator que explica o aumento de pessoal no mercado interno se encontra na atividade de Manutenção e Infraestruturas de Telecomunicações. Por sua vez, o mercado externo cresce em 334 pessoas para responder ao crescimento da atividade em Angola e na República Dominicana, principalmente.

9. PD&I

Ao longo de 2016, as mudanças introduzidas em 2015 se consolidaram e foram lançadas novas iniciativas com o objetivo de promover a realização de projetos inovadores, que permitam manter a competitividade e sustentabilidade da empresa. Algumas das iniciativas implementadas ao longo do ano foram:

- Adaptação e certificação dos Sistemas de Gestão de PD&I da Elecnor e Audeca à nova norma UNE 166.002:2014.
- Definição de uma Visão empresarial da PD&I.
- Implementação de uma nova sistemática para a melhoria do processo de captação e divulgação de vigilância tecnológica.
- Aperfeiçoamento das ferramentas para medir o nível de satisfação dos colaboradores e clientes no âmbito da PD&I.

Para 2017 prevê-se que sejam realizadas as seguintes ações:

- O lançamento de um novo modelo de convocação interna de financiamento de projetos INNOVA, com uma operativa mais rápida e prêmios para as melhores ideias.
- Aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação e divulgação dos resultados da PD&I.
- Consolidação da nova sistemática para o processo de Inteligência Competitiva.

10. FATOS SIGNIFICATIVOS POSTERIORES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Em 10 de fevereiro, foi concretizada a operação de venda da sociedade Barcaldine Remote Solar Farm, dedicada à exploração do parque solar fotovoltaico que o Grupo mantinha na Austrália por 33,4 milhões de dólares australianos, que terá um efeito positivo de quantia não relevante, que ficará registrado na conta de resultados do exercício de 2017. Com exceção da citada operação societária, não houve acontecimentos entre o encerramento do exercício de 2016 e a preparação destas demonstrações contábeis que pudessem significar uma alteração significativa na imagem fiel das demonstrações financeiras, tanto da Elecnor, S.A. quando das sociedades controladas que integram seu Grupo.

11. PERSPECTIVAS DO EXERCÍCIO DE 2017

11.1. Contexto econômico

Segundo o relatório "Perspectivas da economia mundial" publicado no dia 13 de janeiro passado pelo Fundo Monetário Internacional, prevê-se uma aceleração da atividade econômica, tanto nas economias avançadas quanto nas emergentes e em desenvolvimento para os anos de 2017 e 2018, nos quais o crescimento mundial se prevê em 3,4% e 3,6%, respectivamente. Segundo essas previsões, as economias avançadas crescerão 1,9% em 2017 e 2,0% em 2018, se bem que tudo isso rodeado de incertezas decorrentes das mudanças que o novo governo norte-americano poderia vir a introduzir em suas diversas políticas. Segundo a citada publicação, a economia dos Estados Unidos prevê crescimentos de 2,2% e 2,5% para os anos de 2016 e 2017, respectivamente, apoiados em estímulos fiscais. Do mesmo modo, para as economias alemã, espanhola, japonesa e britânica foram estimados dados melhores do que nas últimas previsões, devido a um desempenho melhor do que se esperava na última parte do exercício de 2016.

No entanto, o fator que mais influi na melhoria das perspectivas para os próximos exercícios é a recuperação das economias emergentes e em desenvolvimento, que se estima que cresçam em níveis de 4,5% para 2017 e 4,8% para 2018.

11.2. Grupo Elecnor

Para o exercício de 2017, partindo da hipótese de que o quadro regulatório se mantém estável tanto para as energias renováveis quanto em matéria fiscal, está previsto que o Grupo Elecnor continue no caminho do crescimento sólido e sustentado dos últimos anos. Ao longo dos últimos exercícios, foram assinados acordos que incluem a entrada de parceiros em alguns dos projetos de concessão que visam promover esses negócios, mitigar os riscos inerentes aos mesmos e gerar recursos que contribuam para melhorar a posição financeira do Grupo. Pelo contrário, a diminuição da percentagem de participação do Grupo sobre estes ativos tem afetado o resultado líquido atribuído consolidado, o qual foi compensado com um melhor desempenho do negócio de infraestruturas do Grupo.

Quanto à dívida, o exercício de 2016 foi encerrado com uma **Dívida Financeira Líquida Corporativa de 272 milhões de euros**, face aos 280 do exercício passado, e com um **coeficiente de Dívida Financeira Líquida/EBITDA** do Grupo Restrito de 2.04, muito abaixo dos limites estabelecidos pelos acordos financeiros.

Se analisarmos o coeficiente da **Dívida Financeira Líquida/EBITDA** sem excluir do cálculo do mesmo os valores correspondentes a projetos e tomando como referência o EBITDA normalizado, ficaria um **índice de 3,98**.

A Elecnor mantém sua aposta no crescimento nos mercados internacionais, baseado nos projetos que tem em carteira nos mesmos, mas que exigem um período de amadurecimento plurianual. Por sua vez, e com a prudência a que obriga a atual situação, a recuperação do

mercado nacional parece confirmar-se, o que deveria contribuir para cumprir os objetivos de crescimento estabelecidos. Diante desse cenário, o Grupo prossegue com a melhoria contínua de suas estruturas gerais e produtivas, adequando-as ao volume de atividade dos diferentes negócios desenvolvidos na Espanha e no exterior, o que aumentará a rentabilidade, produtividade e competitividade dos referidos âmbitos. Com tudo isso, e apoiados na sólida carteira de projetos pendentes de executar explicado no ponto 3.1.5., o Grupo Elecnor encara o exercício de 2017 com o propósito de obter valores, tanto de volume de negócio quanto de resultados, superiores aos efetivamente conseguidos ao longo do exercício de 2016.

12. CAPITAL SOCIAL E AQUISIÇÃO DE AÇÕES PRÓPRIAS

Em sábado, 31 de dezembro de 2016, o capital social da Elecnor, S.A., é composto por 87 milhões de ações ordinárias de 0,10 euros de valor nominal cada uma delas, totalmente subscritas e integralizadas.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação na modalidade SIBE (Sistema de Interconexão Bursátil) do mercado contínuo, que é onde se concentra a negociação das ações das empresas mais representativas da economia espanhola e com maior volume de contratação.

A Elecnor, S.A. mantinha 2.483.110 ações próprias em quinta-feira, 31 de dezembro de 2015. Ao longo do exercício de 2016, adquiriu um total de 156.011 títulos, tendo alienado 175.089. Desse modo, em sábado, 31 de dezembro de 2016, mantinha um total de 2.464.032 ações próprias. Tudo isso significa ter passado de uma percentagem de carteira própria de 2,85% no início do ano para 2,83% no final de 2016.

13. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No que respeita à informação relativa às operações com partes relacionadas, reportamo-nos ao discriminado nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas em sábado, 31 de dezembro de 2016, conforme estabelecido no artigo 15 do Real Decreto 1362/2007.

14. RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A falta de cumprimento das obrigações legais e a partir do modelo circularizado pela CNMV, o Conselho de Administração da Elecnor, S.A. elaborou um Relatório Anual de Governança Corporativa correspondente ao exercício encerrado em sábado, 31 de dezembro de 2016. Esse documento está disponível no site da Comissão Nacional do Mercado de Valores.



INFORMAÇÃO
ECONÔMICA DA
ELEC NOR, S.A.
2016

ELECNOR, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Milhares de euros)

ATIVO	2016	2015
Ativo não circulante	1.013.775	983.217
Ativo intangível	2.466	2.176
Concessões administrativas	43	45
Fundo de comércio	928	1.031
Software	1.474	928
Outros ativos intangíveis	21	172
Imobilizado	49.472	44.842
Terreno e edificações,	17.751	16.392
Instalações e outro imobilizado	31.721	28.450
Participações em empresas relacionadas	935.238	908.064
Instrumentos de capital	895.248	872.622
Créditos a empresas relacionadas	39.990	35.442
Investimentos temporários a longo prazo	2.862	2.057
Créditos a terceiros	18	18
Derivados	523	222
Outros ativos financeiros	2.321	1.817
Impostos diferidos ativos	23.737	26.078
Ativo circulante:	858.675	818.720
Ativos não circulantes mantidos para a venda	9.348	3.766
Estoque	15.257	13.909
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	4.048	4.565
Produtos acabados de ciclo curto	978	1.361
Adiantamento a fornecedores	10.231	7.983
Devedores comerciais e outras contas a receber	720.137	657.308
Clientes para vendas e serviços	647.348	591.774
Clientes, empresas do grupo e associadas	51.543	42.217
Devedores diversos	5.071	5.549
Pessoal	32	62
Ativos por imposto corrente	6.640	6.335
Outros valores a receber de administrações públicas	9.503	11.371
Investimentos em empresas do grupo e associadas	38.643	30.294
Créditos a empresas	32.384	28.447
Outros ativos financeiros	6.259	1.847
Investimentos financeiros de curto prazo	1.323	2.752
Créditos a empresas	-	8
Derivados	76	-
Outros ativos financeiros	1.247	2.744
Acréscimos de curto prazo	377	462
Caixa e equivalentes de caixa	73.590	110.229
Caixa	70.604	110.141
Outros equivalentes de caixa	2.986	88
Total Ativo	1.872.450	1.801.937

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

Patrimônio Líquido e Passivo	2016	2015
Patrimônio Líquido	537.585	527.658
<i>Capital y Reservas</i>		
Capital Social	8.700	8.700
Capital subscrito	8.700	8.700
Reservas	529.626	518.869
Reserva Legal y estatutário	1.743	1.743
Outras reservas	527.883	517.126
Ações próprias	(21.989)	(22.341)
Lucro do exercício	35.829	36.432
Dividendo por conta do exercício	(4.481)	(4.350)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>		
Operações de cobertura	(10.100)	(9.652)
Passivo não circulante	313.081	312.384
Dívidas de longo prazo	307.191	306.695
Dívidas de instituições de crédito	292.056	291.113
Credores por arrendamento financeiro	5.644	6.037
Derivados	9.491	9.545
Dívidas de empresas do grupo e associadas	2.000	2.000
Impostos diferidos passivos	3.890	3.689
Passivo circulante	1.021.784	961.895
Provisões de curto prazo	26.267	27.371
Dívidas de curto prazo	90.554	117.425
Obrigações ou outros títulos	72.628	99.419
Dívidas com instituições de crédito	7.243	8.829
Credores por arrendamento financeiro	373	368
Derivados	4.563	3.536
Outras dívidas financeiras	5.747	5.273
Dívidas de empresas do grupo e associadas	7.325	16.109
Credores comerciais e outras contas a pagar	897.161	800.990
Fornecedores	307.564	307.719
Fornecedores, empresas do grupo e associadas	3.383	4.864
Vários credores	31.102	30.648
Pessoal	25.005	16.802
Passivos por impostos correntes	1.319	2.533
Otras dívidas com administrações públicas	32.774	30.263
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado	496.014	408.161
Acréscimos de curto prazo	477	-
Total Patrimônio Líquido e Passivo	1.872.450	1.787.646

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

ELEC NOR, S.A.

CONTAS DE RESULTADOS

CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31 DEZEMBRO 2016 E DE 2015 (Milhares de euros)

	2016	2015
Operações continuadas		
Valor líquido do volume de negócio	1.184.245	1.075.406
Vendas	1.184.245	1.075.406
Varição do estoque de produtos acabados	(382)	(739)
Trabalho realizado pela entidade e capitalizados	1.706	543
Aprovisionamentos	(635.594)	(571.346)
Compras de matérias-primas e outros aprovisionamentos	(277.747)	(319.902)
Trabalho realizado por outras entidades	(357.847)	(251.444)
Outras receitas operacionais	6.451	6.825
Receitas acessórias	5.603	5.736
Subvenções oficiais ao resultado	848	1.089
Despesas com pessoal	(341.487)	(314.511)
Salários e ordenados	(269.387)	(237.814)
Despesas sociais	(72.100)	(76.697)
Outras despesas operacionais	(162.606)	(179.154)
Serviços de terceiros	(154.255)	(144.778)
Tributos	(12.832)	(6.745)
Perdas por deterioro e variação de provisões por operações comerciais	6.616	(25.721)
Outras despesas operacionais	(2.135)	(1.910)
Depreciação do activo imobilizado	(5.840)	(5.703)
Deterioro e ganhos na transferencia de imobilizado	(317)	(100)
Resultados nas transferencias e outros	(317)	(100)
LUCRO OPERACIONAL	46.176	11.221
Receitas financeiras	30.392	22.010
De participações em instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	20.783	18.670
De títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	3.826	2.654
- Em terceiros	5.783	686
Despesas financeiras	(15.043)	(14.173)
Por dívidas com empresas do grupo e associadas	(269)	(367)
Por dívidas com terceiros	(14.774)	(13.806)
Diferenças de câmbio	1.433	4.287
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	(13.409)	14.973
Deterioro e prejuízos	(13.409)	(5.565)
Resultado por alienação e outras	-	20.538
LUCRO FINANCEIRO	3.373	27.097
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	49.549	38.318
Impostos sobre lucros	(13.720)	(1.886)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.829	36.432
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.829	36.432

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.



© 2017 Elecnor

Direção e Edição:
Subdireção de Comunicação

Concepção e diagramação:
JLC diseño gráfico

Fotografia:
Arquivo Gráfico Elecnor

Impressão:
Graymo

Elecnor, S.A.
Paseo de la Castellana, 95
Edif. Torre Europa
28046 Madrid
Espanha
www.elecnor.com

